

revista de estudos guineenses

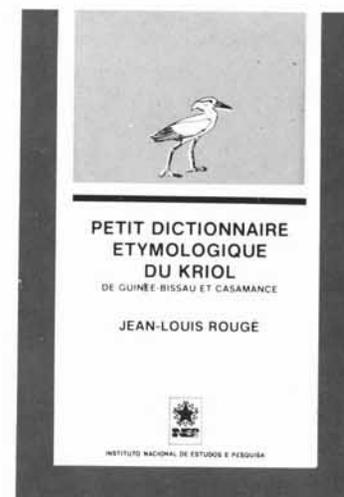
n. 13 jan. 92

SORONDA



INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

COLECÇÃO
"KACU MARTEL"



SUMÁRIO

- Estratégias de desenvolvimento e alternativas tecnológicas:
um estudo de caso (Guiné-Bissau) 3
Abdulai Silá
- Conquista militar da Guiné: da resistência à «pacificação»
do Arquipélago dos Bijagós 41
Peter Karibe Mendy
- Aspectos da vida social dos Mancanhas:
a cerimónia do Ulém 59
Mamadú Jao
- Kasisas: marginais deste e do outro mundo 67
Teresa Montenegro
- Psiquiatria e saúde mental
na medicina tradicional dos países em desenvolvimento 85
Carlos António Gomes
- Educação e conflito cultural: a experiência do Senegal
na utilização das línguas nacionais 105
Samba Mbuub
- Documentos
A nova lei da imprensa na Guiné-Bissau 129
- Actividades do INEP 153
- Notas de leitura
Promotores e promovidos 163
Raúl Mendes Fernandes

OS AUTORES

Abdulai Silá

Engenheiro electrónico, formado pela Universidade de Dresden. É coordenador do Centro de Tecnologia Apropriada do INEP.

Peter Karibe Mendy

Doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Birmingham, Inglaterra, com especialização em história política africana. É investigador permanente do Centro de Estudos de História Contemporânea do INEP.

Mamadú Jao

Licenciado em História e Etnologia pela Universidade de Lamanossov, de Moscovo. É investigador permanente do Centro de Estudos de História Contemporânea do INEP e prepara actualmente uma tese sobre os Brames ou Mancanhas.

Teresa E. Montenegro

Licenciada em Psicologia pela Universidade do Chile (Santiago do Chile), é investigadora permanente do INEP.

Carlos António Gomes

Médico psiquiatra, trabalha actualmente no Dispensário de Higiene Mental do Hospital Miguel Bombarda, em Lisboa.

Samba Mbuub

Linguísta, desempenha funções no ARPAC/Ministério da Cultura de Moçambique, Maputo.

Raúl Mendes Fernandes Jr.

É diplomado com D.E.A. em Sociologia pela Universidade de Paris VIII. Foi coordenador do CESE e actualmente é coordenador do CEHC do INEP.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS: UM ESTUDO DE CASO (GUINÉ-BISSAU)

O presente artigo, produzido no âmbito do Grupo de Trabalho da Guiné-Bissau do CODESRIA, foi apresentado como comunicação ao Colóquio «A Industrialização em África», organizado pela Academia Africana das Ciências e realizado em Nairobi (Quênia), em Julho de 1989. A sua publicação neste número de Soronda obedece ao interesse e vigência das questões nele abordadas.

Abdulai SILÁ

1. Introdução

O objectivo da actividade económica de qualquer sociedade consiste na produção de bens e serviços necessários para a sua subsistência, bem-estar e conforto. Por outras palavras, toda e qualquer sociedade ou

comunidade humana tem, obrigatoriamente, que produzir alimentos, vestuário, locais de habitação, etc. e garantir o fornecimento regular e permanente de outros bens e serviços fundamentais tais como a água, energia e assistência sanitária.

Porque todo este conjunto de actividades sempre esteve intrinsecamente associado à própria existência do Homem, elas foram-se transformando à medida que o Homem (ou a sociedade humana) foi evoluindo. Assim, a quantidade e a qualidade dos bens e serviços de que uma determinada sociedade dispõe são função do grau de desenvolvimento desta mesma sociedade, isto é, da sua capacidade de aproveitar e transformar os recursos que a natureza pôs à sua disposição.

À maneira como se processa esta transformação, aos meios e aos métodos que nela se empregam, convencionou-se chamar tecnologia. Este termo engloba, portanto, todo um conjunto de conhecimentos, competências, métodos de trabalho, formas de organização e procedimentos necessários para criar, utilizar e desenvolver as coisas.

Torna-se assim evidente que cada sociedade é detentora de uma determinada tecnologia, que se caracteriza essencialmente pelas relações persistentes entre os elementos desta sociedade e a natureza que os envolve. Alterar estas relações no sentido do progresso, isto é, aumentar o domínio do Homem sobre a natureza, é a condição *sine qua non* para qualquer desenvolvimento sócio-económico e social.

Sendo assim, não se pode dissociar o objectivo político de desenvolvimento sócio-económico e cultural da evolução tecnológica e cultural da evolução tecnológica, quer dizer, uma estratégia de desenvolvimento requer, para ser bem sucedida, a elaboração e aplicação de uma coerente política tecnológica.

De uma maneira geral esta política engendra três componentes fundamentais:

- o aperfeiçoamento e a divulgação da tecnologia de que, conforme vimos atrás, cada sociedade dispõe;
- a aquisição e assimilação de tecnologia estrangeira;
- a formação e capacitação dos recursos humanos.

No caso dos países africanos, que estão tecnologicamente atrasados em relação aos restantes países, o objectivo principal desta política deve ser a transformação tecnológica que, conforme veremos mais adiante, significa algo mais que a mera importação de tecnologia.

Pensamos assim ter dito o suficiente para deixar claro o objectivo deste trabalho: ver como e até que ponto foram articuladas as componen-

tes desenvolvimento sócio-económico e desenvolvimento tecnológico na Guiné-Bissau.

Aqui fica uma advertência: não constitui nosso propósito «julgar» ninguém, nem constitui objecto prioritário deste estudo «descobrir» as causas concretas que ditaram o falhanço dos «grandes» projectos industriais e agro-industriais no nosso país. Todavia, se algumas destas causas não forem aqui abordadas e discutidas, este trabalho não terá nenhum valor, pois não teria conexão com o título que lhe foi atribuído e não iria ao encontro das razões que justificaram a sua elaboração.

2. A Estratégia de Desenvolvimento

2.1. *Perspectiva histórica*

Conforme constatámos no capítulo anterior, todas as sociedades estão «condenadas» a produzir. Apesar disso nenhuma consegue actualmente, nesta era de Divisão Internacional do Trabalho, produzir tudo quanto precisa.

O que se produz e quanto se produz dependem de vários factores, entre os quais os conhecimentos e os equipamentos — em suma, a tecnologia — de que se dispõe. Mas é sabido, por outro lado, que a relação produção-tecnologia é biunívoca, quer dizer, a necessidade de produzir certos bens para satisfazer certas necessidades estimula a actividade criadora, força a procura de soluções e alternativas tecnológicas, o que no fundo dita a evolução da tecnologia.

Durante os séculos em que estiveram sujeitos à exploração pelo colonialismo, aos povos africanos foi imposta a monocultura de determinados produtos agrícolas. A actividade industrial nas colónias foi de tal modo desencorajada que — salvo raras unidades transformadoras — era praticamente inexistente. Os produtos manufacturados eram, regra geral, todos importados da metrópole.

Sendo no entanto a indústria o sector onde mais se concentra a tecnologia — e que lhe confere portanto maior dinâmica — a sua inexistência gerou a estagnação, sob o ponto de vista tecnológico, minando as condições objectivas susceptíveis de promover a evolução da capacidade tecnológica dos povos colonizados. Estes, marginalizados e submetidos à monocultura, utilizavam métodos e técnicas rudimentares que eram transmitidos, quase inalterados, de geração para geração ao longo dos séculos.

O carácter incipiente do sector industrial — do qual resulta, em termos práticos, a inexistência de mão-de-obra qualificada e de *savoir-faire* tecnológico — é bem patente nos dados estatísticos e em particular nos valores dos indicadores macro-económicos referentes aos países africanos, em geral, na altura em que acederam à independência.

No nosso caso concreto «segundo os técnicos económicos, a percentagem de participação das indústrias transformadoras implantadas na Guiné na formação do produto interno bruto era, em 1976, da ordem dos 0,5%. Isto demonstra aquilo que, aliás, toda a gente sabe: os colonialistas portugueses não deixaram no país qualquer estrutura industrial» ⁽¹⁾.

Cientes do papel que a indústria podia jogar no desenvolvimento sócio-económico e com o intuito de ultrapassar a situação de atraso em que se encontrava a África em relação a outras regiões do Terceiro Mundo, os dirigentes dos países africanos, após a conquista da independência política, voltaram todas as suas atenções e dedicaram uma grande parte das disponibilidades financeiras ao sector industrial.

O esforço de industrialização atingiu toda a sua dimensão e ela tornou-se num dos pontos de apoio essenciais da expressão da soberania desses países.

No entanto, as políticas adoptadas nem sempre eram as mais adequadas. Segundo Barbier e Giri «les investissements ont souvent été réalisés sur la base d'anticipations sur l'avenir trop optimistes fondées sur une demande potentielle exprimée en termes physiques plutôt qu'en termes de solvabilité ou sur de recettes d'exploitation surevaluées (effets de la détérioration des termes de l'échange). Ces surinvestissements ont été d'ailleurs largement encouragés par les pratiques des vendeurs de matériel avec le soutien non dissimulé des banques occidentales. Comme l'autre part, ces investissements réalisés au prix fort (nombreux investissements clés-en-main) étaient financés pour l'essentiel par l'emprunt, avec des garanties des États, on arrivait à des montages financiers extrêmement sensibles au prix du crédit et au cours du dollar» ⁽²⁾.

A Guiné-Bissau nasceu treze anos após o ano da África (1960) e o seu aparecimento na arena internacional coincidiu com o momento em que a maioria dos países africanos se via confrontada com as consequências da errada política industrial que tinha seguido.

Soube a Guiné-Bissau então tirar lições e evitar cometer os mesmos erros que outros tinham cometido antes de si?

2.2. O ponto de partida

Antes de procurarmos dar resposta à questão anterior vejamos em traços breves qual era a situação de alguns dos principais sectores económicos e sociais do país no momento em que conquistou a sua independência e qual era o modelo de desenvolvimento preconizado.

2.2.1. Indústria

«Efectivamente, a Guiné-Bissau é um país sem indústrias. Tudo o que encontramos no momento da conquista da nossa independência total resume-se a algumas poucas unidades de descasque de arroz e mancarra, de serração, de destilarias de aguardente de cana, algumas fábricas de moagem, fábrica de camisas de fraca rentabilidade e uma fábrica de cerveja e refrigerantes — a CICER — fundada em 1974 e que é, de facto, a única unidade industrial» ⁽³⁾. Ainda no tocante ao sector industrial encontramos na *Introdução à Geografia Económica da Guiné-Bissau* uma interessante revelação: «No campo da indústria nota-se provavelmente o maior atraso de todos. Uma estatística citada por A. Castro lembra que havia no tempo colonial 3.383 operários nas «indústrias transformadoras», enquanto que havia 8.176 empregados domésticos no país, servindo pouco mais de 8.320 pessoas 'civilizadas' ⁽⁴⁾.

2.2.2. Recursos humanos

A Guiné-Bissau deve ter sido, na altura da independência, de entre todas as ex-colónias portuguesas, aquela que menos quadros técnicos dispunha. A título de exemplo, os serviços de Pecuária só contaram, durante os primeiros anos que se seguiram à independência, com um único médico veterinário.

Efectivamente, «é no campo da educação que a situação é talvez mais dramática, e sente-se hoje cruelmente com a falta de quadros elementarmente formados para o próximo esforço de promoção do desenvolvimento. (...) Em 1964 havia apenas 13 estabelecimentos oficiais de ensino e um total de 11.514 alunos matriculados em todo o país! Sabe-se hoje o preço gigantesco que paga um país pelo atraso do seu nível educacional, que atinge todos os sectores.» ⁽⁵⁾

2.2.3. Agricultura

Até ao momento em que foi desencadeada a luta de libertação nacional o agricultor guineense vivia isolado na sua comunidade, sem manter praticamente nenhum contacto com o mundo exterior. Utilizava instrumentos de trabalho e técnicas de produção rudimentares e cujas origens datavam de dezenas se não mesmo de centenas de anos atrás. Por outro lado os colonialistas «além de terem imposto ao nosso povo a monocultura da mancarra, de que tiveram benefício, os seus serviços, em grande parte ligados aos serviços de criação de gado, não conseguiram ultrapassar nunca o estágio de uma burocracia complexa e inútil, sempre marcada por uma falta de recursos materiais que serviu de justificação a uma inactividade crónica, o que naturalmente não podia aproveitar aos agricultores autóctones, que são o elemento essencial da agricultura da Guiné.

«Assim, enfrentamos hoje na Guiné esta realidade que é também consequência da retrógrada dominação colonial portuguesa:

- esmagadora maioria da população dependente das actividades agropecuárias;
- baixo grau de capacitação dos agricultores;
- alta taxa de analfabetismo no meio rural;
- fraco rendimento unitário das culturas;
- baixa produtividade agrícola;
- nutrição deficiente quer em quantidade quer em qualidade;
- inexistência de um sistema de crédito agrícola, notando-se apenas empréstimos de sementes;
- exploração desenfreada das florestas com a conseqüente redução do valor intrínseco das matas;
- queimada anual como prática sistemática;
- assistência técnica nula ou quase nula;
- desconhecimento das técnicas de protecção do solo;
- baixo rendimento bruto da empresa agrícola;
- nula ou quase nula taxa de poupança;
- fraca monetarização do sector.» ⁽⁶⁾

Se a esta situação, já em si dramática, acrescentarmos uma infraestrutura energética de «menos de duzentos geradores Diesel muito antigos, dispersos sem nenhuma lógica, e uma capacidade de produção que coloca o país num dos níveis mais baixos de produção de energia *per capita* no mundo (O,Oikva)» ⁽⁷⁾, e um sector de transportes débil, «com uma rede

de 430 Km de estradas asfaltadas e de cerca de 3.000 Km de pistas que necessitam ser refeitas para serem utilizadas por meios de transporte modernos»⁽⁸⁾, obtemos um quadro que nos deixa bem clara a complexidade da situação com que, «à nascença», a República da Guiné-Bissau se viu confrontada.

Na realidade, poucos países do Terceiro Mundo que emergiram do colonialismo se podem queixar de uma herança pior que a que acabamos de caracterizar.

Mas, se aqueles países, após a descolonização, tiveram que reorientar a produção ou readaptar as estruturas económicas, sobretudo do sector secundário, a Guiné-Bissau, todavia, teve a «sorte» de poder elaborar, ela mesma, as bases do seu desenvolvimento — partindo do zero — e sobretudo criar as indústrias que mais lhe convinham. Esta é a única vantagem que teve do imenso atraso a que a fora votada pelo colonialismo português.

Soube então a Guiné-Bissau tirar partido desta situação?

2.3. Transferência de tecnologia ou transformação tecnológica

O objectivo do desenvolvimento de um país é bem evidente: consiste na alteração — para melhor — das condições de vida e de trabalho das populações.

Para se atingir este objectivo elaboram-se estratégias, planos e políticas de desenvolvimento que fixam as etapas e determinam as actividades e iniciativas que devem ser empreendidas a curto, médio e longo prazo. Estas estratégias, planos e políticas variam consoante os países e de acordo com a situação concreta de cada um.

No ponto 2.2. deste trabalho tentámos dar ao leitor — embora de uma maneira muito resumida — uma imagem da situação prevalecente na Guiné-Bissau na altura em que acedeu à independência.

De tudo o que aí foi dito convém reter três factos, fundamentais para o raciocínio que pretendemos desenvolver posteriormente, e que são:

1º um atraso crónico da economia com uma indústria praticamente inexistente;

2º uma imensa carência de quadros e uma quantidade insuficiente de instituições de formação;

3º debilidade financeira e desconhecimento quase absoluto das potencialidades dos recursos naturais susceptíveis de gerar os meios financeiros indispensáveis ao arranque dos principais sectores económicos.

Não existindo empresas industriais significativas nem empresas agrícolas que utilizassem métodos de produção modernos e, não havendo um número razoável de quadros capazes, é evidente que não se podia falar de existência de «portadores sociais» de técnicas modernas.

Mais que a falta de meios financeiros, este facto constituía o maior *handicap* do país e qualquer estratégia de desenvolvimento devia pois tê-lo em devida conta.

Partilhamos a ideia de que uma estratégia de desenvolvimento por mais elegante, perfeita ou científica que seja, estará inevitavelmente condenada ao fracasso se tanto na sua fase de elaboração como na posterior execução não contar com o concurso e o engajamento criativo de quadros autóctones qualificados e tecnicamente capazes.

Se na realidade a obtenção de um crédito para o financiamento de um projecto pode durar algumas horas de negociação, a obtenção do estatuto de «portador social» de técnicas (modernas ou tradicionais, pouco importa neste caso), isto é, por um lado, a formação e qualificação do técnico num determinado ramo, e por outro lado, a criação no seio de uma empresa — ou, num sentido mais vasto, no seio de uma sociedade — de uma «cultura» técnica, do comportamento e da consciência profissional que a tecnologia moderna exige para a sua rentabilização, é um processo lento e moroso que pode durar vários anos.

Um outro elemento importante que a estratégia de desenvolvimento deve ter em consideração tem a ver com a estrutura da sociedade guineense: mais de 80% da população vive e trabalha no campo.

Se aceitarmos que o objectivo do desenvolvimento é melhorar as condições de vida e de trabalho das populações, isto é, introduzir alterações na maneira de produzir de modo a que os *outputs* sejam maiores, quantitativa e qualitativamente, então devemos reconhecer que a política tecnológica deve, necessariamente, definir acções concretas e medidas precisas com o objectivo de melhorar a maneira como se produz (aperfeiçoar a tecnologia tradicional) e, em certos casos, introduzir novas formas de produzir facilmente assimiláveis e aceites pelas populações (aquisição de tecnologias estrangeiras).

Se, por outro lado, considerarmos que o fim de toda a actividade produtiva é garantir os meios necessários para a sobrevivência, bem-estar e conforto, torna-se evidente que qualquer estratégia de desenvolvimento para um país como a Guiné-Bissau tem que assentar e definir como um dos alvos principais, senão o principal, a satisfação das necessidades e aspirações legítimas da esmagadora maioria da população: os camponeses.

Para tal — e ao contrário do que preconizam os promotores do «desenvolvimento pela industrialização» — há que atribuir uma importância fundamental ao desenvolvimento da produção popular de bens e serviços.

Definida como «a criação de bens e serviços para a família, a aldeia ou para o mercado local, graças à exploração dos recursos naturais da região e a transformação de produtos agrícolas»⁽⁹⁾, a produção popular deve ser encarada como o embrião do processo de industrialização do país e a sua evolução pode contribuir decisivamente para o aumento do nível tecnológico geral.

É preciso salientar que sem o aumento do nível tecnológico não é possível falar em desenvolvimento, e muito menos de industrialização. Efectivamente, o país que não tem, por um lado, a capacidade de, na base de conhecimento adquiridos e experiências acumuladas pelos seus quadros, poder localmente conceber e aplicar métodos, processos e equipamentos para produzir determinados bens e, por outro lado, a capacidade de assimilar, adaptar e melhorar, sem dificuldades maiores, tecnologias modernas oriundas do exterior, este país deve apostar em tudo menos na industrialização.

Um exemplo ilustrativo: «o primeiro ponto que ressalta da experiência de industrialização em África é o facto do processo não ter conseguido se constituir em elemento dinamizador da economia no seu conjunto, tornando-se num quisto da economia moderna que depende, para a sua sobrevivência e funcionamento, de um cordão umbilical cada vez mais importante que o liga aos países desenvolvidos»⁽¹⁰⁾.

As razões deste falhanço são por demais conhecidas: lançamento de projectos de uma envergadura que não correspondia às necessidades nem às capacidades internas de manutenção e gestão.

O que não se pretende aqui é deixar a ideia de que, como afirmam alguns círculos pessimistas, os países africanos não devem pensar na industrialização, o que é errado, pois é bem evidente que a indústria tem o seu papel importante a jogar no processo de desenvolvimento das nações africanas, conforme veremos mais adiante.

Na Guiné-Bissau, como em toda a parte, há certas potencialidades que não podem ser aproveitadas cabalmente sem o contributo do sector industrial: «o problema, em consequência, não é o de criar (ou não) indústrias, e sim de criar as dinâmicas internas que tomam a instalação das unidades industriais produtiva. Isto não significa que o processo de industrialização deve ser retardado, mas que a indústria tendo grandes efeitos dinamizadores ou desorganizadores segundo as escolhas feitas, se

busque um movimento de dinamização recíproca dos diferentes sectores de economia, e que a decisão relativa a cada unidade fabril seja confrontada com estes efeitos estruturais sobre o conjunto.»⁽¹¹⁾

Na Guiné-Bissau — como aliás em outros países do Terceiro Mundo — industrialização é sinónimo de importação de tecnologia. No entanto, esta importação de tecnologia estrangeira não deve constituir, em si, o objectivo da política industrial ou tecnológica do país. Este deve ser sim, conforme pretendemos demonstrar atrás, a transformação da realidade tecnológica, o incremento da capacidade tecnológica. Já tínhamos visto que esta transformação tecnológica ia para além da simples importação de tecnologia. Esta transformação «não se trata simplesmente do crescimento dos insumos tecnológicos: trata-se de facto do seu desenvolvimento propriamente dito. As mudanças tecnológicas podem processar-se mediante importações massivas de tecnologia estrangeira, sem que mude em absoluto a capacidade nacional para dominar os novos processos e controlar, organizar, planear e gerir esses processos. Por outra parte a transformação tecnológica tem uma dimensão muito mais qualitativa. Naturalmente compreende a tecnologia física inerente aos instrumentos e processos de produção de bens e serviços. Mas, além disso, abarca também o desenvolvimento da tecnologia social — o domínio dos conhecimentos necessários para produzir esses mesmos instrumentos e processos, organizar, administrar, gerir e planear o seu desenvolvimento futuro, distribuir os seus frutos de maneira equitativa e assegurar um processo coerente e harmonioso de toda a sociedade. Reúne a um tempo a transformação económica e a transformação social.»⁽¹²⁾

Estas várias facetas da tecnologia sugerem que a capacidade e as intenções dos detentores do poder de decisão sobre a política industrial — e conseqüentemente da importação de tecnologia — não devem ser avaliados pelo número de unidades industriais instaladas, mas sim pelo esforço de «preparação da implantação de cada unidade, de maneira que esta surja como coroamento de um processo, e não como início de uma desestabilização económica».⁽¹³⁾

3. A Indústria

Após termos caracterizado o estágio de desenvolvimento tecnológico da Guiné-Bissau e questionado alguns aspectos que condicionam a dinâmica da evolução da capacidade tecnológica nacional, propomo-nos a seguir abordar a política de industrialização seguida pelo país após a sua

independência política. O objectivo é analisarmos até que ponto as decisões tomadas iriam influenciar a evolução tecnológica do país e fomentar o aumento da capacidade nacional de assimilação tecnológica.

Para já há uma coisa que se pode avançar e que resulta do que foi dito nos pontos 2.2 e 2.3 deste trabalho: a sociedade guineense não estava preparada para efectuar grandes «saltos», não haviam condições que favorecessem a assimilação de tecnologias sofisticadas. Consequentemente, as unidades industriais a instalar, para serem rentáveis, tinham de utilizar uma tecnologia relativamente simples.

3.1 A política da industrialização

Para caracterizarmos o papel que fora reservado à indústria na estratégia de desenvolvimento, e na falta de outros documentos, vamos servir-nos dos relatórios e resoluções do III Congresso e do I Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C. sobre a matéria. Segundo a própria Constituição do Estado da Guiné-Bissau, o P.A.I.G.C. é a «força política dirigente da nação» e é a ele que compete estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social e cultural».

Vejamos então como era concebida em 1977 (três anos após a conquista total da independência) a função da indústria:

«Na nossa estratégia de desenvolvimento cabe à indústria, nesta fase, um papel de complementar o desenvolvimento da agricultura, sobretudo no domínio das indústrias de transformação»⁽¹⁴⁾. O sector industrial não era portanto visto senão como um dos elementos (os outros eram o comércio, transportes, etc.) que deviam catalizar o desenvolvimento da agricultura, a qual era considerada a base da economia.

Por isso tinha sido prevista uma série de medidas concretas a cumprir a médio prazo, de entre as quais salientamos:

- «desenvolvimento da indústria de bens de produção para a agricultura;
- desenvolvimento da indústria de bens de consumo popular, com o objectivo de aumentar a parte comercializada da produção agrícola;
- desenvolver a produção popular de bens de boa qualidade, segundo as tradições locais;».⁽¹⁵⁾

A julgar por estas medidas devia-se esperar o desenvolvimento de um sector industrial com uma base rural, quer dizer, uma indústria de transformação de produtos agrícolas a de produção de bens para a

agricultura tais como arados, instrumentos de moagem, material de irrigação, bicicletas, etc.

A lógica em que se baseava a implantação de tais indústrias é bem simples: ao contribuir para a modernização da agricultura, estas indústrias iniciavam ao mesmo tempo o tal «movimento de dinamização recíproca» que as tornava viáveis. Por outras palavras, modernizada, a agricultura estaria em melhores condições de produzir os excedentes ou as matérias primas de que as unidades industriais necessitam e, comercializando estes excedentes, os camponeses teriam os meios financeiros e consequentemente o interesse na aquisição dos produtos industriais.

Mas esta era só uma das vantagens que esta política industrial oferecia. Uma outra vantagem está relacionada com o aspecto tecnológico: utilizando métodos relativamente simples — este tipo de indústria não faz, normalmente, uso de tecnologias sofisticadas — as fábricas instaladas iriam ao encontro das reais capacidades, em termos tecnológicos (e não só), do país e o contacto com este tipo de tecnologia, melhor do que qualquer outro, cria e favorece o desenvolvimento do *savoir-faire* não só estritamente tecnológico, mas também organizativo e de gestão.

É evidente que este tipo de indústria não deve ser tomado senão como uma primeira etapa no âmbito da estratégia geral de desenvolvimento económico e transformação tecnológica a longo prazo. É um primeiro passo ao qual, à medida que iam aumentando os conhecimentos e capacidades tecnológicas e de organização, gestão e planeamento, iam seguindo outros passos rumo ao desenvolvimento equilibrado e à independência económica.

Mas estará esta concepção de desenvolvimento, «lento» e orientado de «baixo para cima», em concordância com a euforia que se viveu após a independência — que se justificava pelos êxitos conseguidos durante a exemplar luta de libertação nacional — e com o «dinamismo» que se dizia caracterizar o governo naquela altura?

A prática provou que não. E não porque a quantidade e a envergadura das unidades industriais instaladas se tivessem revelado sobredimensionadas para as necessidades e capacidades da nossa ainda débil economia; o abastecimento em matérias primas, a comercialização, a capacidade de manutenção dos equipamentos (assistência técnica) e a gestão, etc. eram pura e simplesmente insuficientes.

Mas vejamos então quais as indústrias que deveriam ser instaladas até 1980: «No período de 1975/77 puseram-se em funcionamento na República da Guiné-Bissau as seguintes unidades industriais:

1. Uma unidade fabril moderna para a produção de pranchas, para a exportação, e de madeira para o consumo interno.
2. A fábrica de sumos e compotas «Titina Silá», com uma capacidade de transformação de 1.500 toneladas de frutas por ano;
3. A fábrica de espuma «Pansau Na Isna» para produção de colchões e almofadas, com a capacidade de 61kg/minuto de espuma;
4. A fábrica de cerâmica de Bandim, com a capacidade de produção de 50 ton./dia de tijolos e telhas.

«Para o período de 1977/80 encara-se a instalação das seguintes principais indústrias, tendo algumas entrado já na fase preparatória de concretização:

- Complexo industrial de Cumeré - para:
descasque de mancarra: 70 ton./ano
descasque de arroz: 8 ton./hora
produção de óleos vegetais: 25.000 ton./ano
produção de sabão: 1 ton./hora
alimentação para animais: 2 ton./hora
- Produção de mel e cera no Gabú
- Cerâmica de Bafatá
- Fábrica para a produção de oxigénio e acetileno de Bissau
- Fábrica de farinha e óleo de peixe de Cacheu
- Fábrica de curtumes
- Fábrica de artigos de plástico
- Fábrica de leite - a partir do leite em pó
- Fundição e oficinas metal-mecânicas
- Unidade de transformação de castanha de cajú
- Unidade de fabrico e de coloração de tecido em bandas.»⁽¹⁶⁾

Se a isto acrescentarmos o projecto que foi talvez o mais polémico, a linha de montagem de veículos *Citröen*, não se poderá negar «dinamismo» ao governo. No entanto, restavam em todos estes processos pelo menos duas questões pertinentes por aclarar:

1º Quais foram os critérios utilizados na selecção e avaliação dos projectos de instalação destas unidades?

2º Qual foi o contributo destas indústrias no desenvolvimento económico e social do país?

Vamos, a seguir, tentar dar respostas a estas questões.

3.2 *Os critérios de selecção e avaliação dos projectos*

Antes de entrarmos em pormenores vejamos qual foi o contexto em que se inscreveu a criação destas unidades industriais:

«Na Guiné, no momento presente, há duas questões fundamentais que estamos a resolver: uma é a criação de condições que conduzam ao estabelecimento do equilíbrio da nossa balança de pagamentos e a outra é a necessidade de reforçar e alargar as medidas tendentes a quebrar o círculo fechado da auto-subsistência, em que se encontra 80% da nossa população».

«Quanto à primeira questão devemos dar prioridade às indústrias essencialmente voltadas para o mercado exterior ou susceptíveis de, rapidamente, gerar um excedente exportável. Assim, criamos empresas no domínio das pescas e da transformação da madeira e temos em curso a instalação de um complexo agro-industrial em Cumeré, cujos produtos se destinam essencialmente à exportação. Quanto à segunda questão, a indústria e os serviços terão papéis importantes a desempenhar. A indústria terá de ir ao encontro das necessidades vitais da população rural de forma a produzir e colocar no mercado artigos utilitários que, provocando no camponês a necessidade da sua aquisição, irão estimulá-lo a produzir mais e melhor e a vender o excedente e aplicar o produto dessa venda na compra dos referidos artigos.»⁽¹⁷⁾

Se a quebra do círculo de autosubsistência é um imperativo e as soluções apontadas coincidem com as posições defendidas neste trabalho, a «primeira questão», porém, merece, quanto a nós, uma pequena discussão.

A necessidade de «gerar um excedente exportável» tem-na qualquer país. A questão que se põe, pois, é: «como gerar?». E é com esta mesma questão que se vêem confrontados — sem excepção — todos os países do Terceiro Mundo.

A resposta depende do modelo de desenvolvimento preconizado. E como há apenas dois modelos: «o que reproduz o subdesenvolvimento e o que rompe com as estruturas básicas do subdesenvolvimento e permite a criação de uma economia nacional independente»⁽¹⁸⁾, só podem existir

duas respostas. Portanto, conforme a opção por um ou outro modelo, opta-se ou por «gerar» no sector do qual as potencialidades e as perspectivas de desenvolvimento são maiores — para os países subdesenvolvidos como a Guiné-Bissau, a agricultura — ou então pela criação de modernas indústrias «cujos produtos se destinam essencialmente à exportação.»⁽¹⁹⁾

Note-se que esta última opção foi a privilegiada pela quase totalidade dos países subdesenvolvidos que julgavam que para sair do subdesenvolvimento bastava industrializar a produção. Estes países caíram então na armadilha que comprometeu para sempre o seu desenvolvimento e o povo teve que adiar *sine die* a concretização do sonho de uma vida melhor que a independência política prometera.

Um outro aspecto relacionado com esta mesma «primeira questão» é o seguinte: exportar para importar o quê?

Esta interrogação não é tão absurda como pode parecer à primeira vista. Se é verdade que um país pobre como a Guiné-Bissau necessita de mandar vir muitas coisas do exterior, não é menos verdade que a balança de pagamentos tem estado «carregada» com certos artigos que são dispensáveis, se não mesmo supérfluos. Referimo-nos por exemplo aos artigos de luxo tais como perfumes e outros. Pergunte-se por exemplo à SOCOMIN⁽²⁰⁾ quanta mancarra ou coconote teve que exportar para importar os palitos «Damas» e garrafas de vinho de toda a variedade que ocupavam uma boa parte das prateleiras do seu supermercado em 1985 que, de resto, quase nada mais ostentava.

Após estas considerações voltemos ao que está em jogo: os critérios de selecção dos projectos.

Há vários aspectos que devem ser ponderados quando se trata da compra de tecnologia, de transferência de tecnologia, como se costuma dizer. Esta transferência já se pratica há tanto tempo e nela estiveram e estão envolvidos tantos países e instituições de todo o género que actualmente há documentos suficientes que tratam das normas e condições que devem ser consideradas pelos negociadores dos países para os quais se pretende efectuar a transferência. Tentar esgotar aqui este assunto é ilusório.

Por isso, propomos abordar só o aspecto tecnológico da questão, em detrimento dos restantes que todavia, é preciso frizá-lo, não são menos importantes.

Quanto a nós, o critério básico ou a primeira questão que os negociadores ou os detentores do poder de decisão deviam analisar é: até que ponto irá este investimento contribuir para a evolução da capacidade tecnológica dos trabalhadores e do país em geral.

E porque deve ser este o critério determinante? Vamos aqui apontar duas razões:

1º Porque um dos objectivos a médio ou a longo prazo da estratégia de desenvolvimento deve ser elevar o nível tecnológico geral do país e qualquer iniciativa deve estar inserida neste contexto. Isto quer dizer, por outras palavras, que a mobilização e o aumento das capacidades locais de produção, manutenção, gestão, administração e planeamento devem ser prioritários, pois delas dependem o êxito ou fracasso de todo e qualquer projecto de desenvolvimento.

2º Porque se a criação de unidades industriais e a transferência de tecnologia não forem inseridas no quadro do esforço geral de transformação tecnológica do país e na perspectiva de suscitar o «movimento de dinamização recíproca» dos diferentes sectores da economia, corre-se o risco de criar «ilhas tecnológicas» isoladas, sem nenhuma ligação com o tecido económico do país.

Paralelamente à aplicação deste critério, «uma orientação básica é a de se evitar o sobredimensionamento. A multiplicação gradual de pequenas unidades leva a um processo de organização de todos os sectores de economia, enquanto que um «salto» excessivo através da criação de grandes unidades pode levar a um isolamento destas, com prejuízos muito importantes para a economia. É natural que os vendedores de máquinas queiram vender o máximo e o mais possível, agitando sempre o argumento das economias de escala.»⁽²¹⁾

E, pois, nossa opinião que o factor «custo-benefício» que assenta na maximização da rentabilidade económica a curto prazo, não sendo de ignorar, deve ser todavia relegado para um plano secundário.

3.3 O contributo das indústrias

Para avaliar a contribuição que as unidades industriais instaladas entre 1975 e 1980 deram para o avanço do país e para a solução dos problemas económicos e sociais, são necessários dados concretos: o investimento feito na aquisição de material e equipamento de cada unidade, os custos de produção, o valor da produção, etc.

Mas, infelizmente, apesar de todo o esforço feito no âmbito da preparação deste trabalho em pesquisa bibliográfica e entrevistas, não nos foi possível obter informações precisas e dignas de crédito a este

respeito. Antes porém de propormos uma alternativa para superar este *handicap*, vejamos o estado actual de algumas das fábricas atrás referidas:

- a fábrica de artigos de plástico não «sobreviveu» à sua inauguração;
- em Cumeré os milhões de dólares aí existentes sob a forma de maquinaria e instalações, continuam a apodrecer;
- a CICER, a fábrica de leite e a fábrica de espuma «Pansau Na Isna», apesar de potencialmente rentáveis, debatem-se com problemas tão crónicos de abastecimento em matérias primas que são obrigadas periodicamente a suspender a produção. A última delas leva mais tempo fechada do que em funcionamento.
- a Cerâmica de Bandim, apesar de funcionar na base de matéria prima local, há tempos que fechou as suas portas;
- a fábrica de sumo e compotas «Titina Silá», «encravada» numa ilha isolada, sem meios de transporte que façam chegar até ela a fruta que tanto abunda noutras regiões, não produz senão durante escassos meses por ano e uma quantidade tão baixa que os seus produtos nem sequer são vistos no mercado nacional.

Com base nestes factos já se pode imaginar o contributo da indústria no processo de desenvolvimento. Mas, para justificar a conclusão a que pretendemos chegar necessitamos de mais elementos.

Conforme fizemos menção anteriormente, não pudemos dispôr de dados estatísticos sobre a actividade das fábricas. Perante esta situação vamos ter de recorrer a outros dados mais gerais, macro-económicos.

A lógica que propomos empregar é a seguinte: se o contributo das unidades industriais existentes for positivo, então o valor acrescentado e a contribuição da indústria na formação do produto interno bruto deverão aumentar, aproximadamente, na proporção dos investimentos feitos.

Um outro elemento que podia ser útil neste contexto é a contribuição da indústria virada para a exportação no aumento de poder de importação do país. Dado no entanto que, excepto a transformação de madeira, nenhuma destas indústrias (por exemplo o Complexo de Cumeré) está a funcionar, este elemento passa a não ter nenhum peso.

O quadro nº 1 (ver final do artigo) dá-nos o valor das importações feitas de 1975 a 1985 por categorias de produtos. Interessa-nos aqui sobretudo os valores correspondentes à importação de máquinas e

equipamentos. Constatamos que de 1975 a 1979 (período de «dinamismo» industrial) a percentagem da importação de máquinas e ferramentas aumentou espectacularmente e chegou a atingir quase os 30% do total das importações em 1979. A partir de 1980 a linha desce bruscamente para se manter a um valor percentual inferior ao de 1976 (excepto em 1981).

Assim relacionado com o financiamento feito no sector industrial apresentamos a seguir o quadro nº 2 que, embora não cubra todo o período que abarca este estudo, fornece elementos interessantes para a nossa análise. Da sua leitura constata-se que a indústria absorveu entre 1976 e 1978 quase 6,1% do financiamento externo. Se tomarmos em consideração o facto de que uma boa parte da verba atribuída ao sector «serviços e assistência técnica» é canalizada para a assistência técnica à indústria, podemos facilmente imaginar que a percentagem absorvida de facto pelo sector industrial anda à volta do montante destinado à agricultura. E isto numa fase em que ainda não tinham sido lançados os «grandes» projectos.

Após termos tido a oportunidade de constatar o esforço feito em prol do desenvolvimento da indústria, propomos agora analisar os resultados deste esforço.

Segundo o quadro nº 3, em 1977 a contribuição da indústria transformadora na formação do PIB foi inferior a metade da agricultura. O quadro nº 4 confirma que apesar de todo o esforço feito no sector industrial, em termos de investimentos, não houve resultados satisfatórios. Quer dizer que não houve praticamente nenhum acréscimo na criação de valor acrescentado, o que, por sua vez, significa que não houve aumento significativo da produção industrial, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

A conclusão é, pois, por demais evidente: não houve praticamente nenhum contributo significativo das unidades industriais instaladas no processo de desenvolvimento económico e social. O investimento feito não gerou os efeitos que era legítimo esperar.

Interessa agora saber como é que se chegou a este ponto, o que justificou essa política de industrialização e o que tornou possível tal situação de fracasso. As razões devem ser várias. O I Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C., realizado em 1981, fornece uma pista interessante.

«A nossa capacidade de investimento foi canalizada muitas vezes para projectos de prestígio ou projectos industriais de rentabilidade duvidosa, tais como o Complexo Agro-Industrial de Cumeré, a linha de montagem de veículos *Citröen* e a construção da autoestrada Bissau-Bissalanca.

Além disso, foi decidida de um modo autocrático a realização de inúmeros projectos sem os devidos estudos de rentabilidade económica-financeira e sem respeitar o processo previamente estabelecido e necessário para a sua aprovação final e algumas vezes com o desconhecimento, e outras até com a oposição de organismos competentes que analisaram o seu impacto negativo na economia nacional.»⁽²²⁾

A nosso ver, existem ainda outros factores objectivos, que não foram mencionados nesta citação, que contribuíram de igual modo para o fracasso da política de industrialização.

Suponhamos que a localização da fábrica de sumos e compotas «Titina Silá» em Bolama, portanto numa ilha afastada do resto do país, foi decidida de um modo «autocrático». A rentabilização ou antes o funcionamento regular desta fábrica, uma vez instalada, dependia essencialmente da disponibilidade de recursos humanos e técnicos. Sem estes recursos a performance da unidade fica seriamente afectada e, conseqüentemente, em vez de gerar riqueza, o que é absolutamente possível diga-se de passagem, ela gera prejuízos. Portanto, uma das causas do insucesso é a ausência ou a escassez de meios técnicos e humanos susceptíveis de garantir a manutenção, a gestão e a continuidade do processo.

Uma outra causa está relacionada com a capacidade do país de financiar, com os seus próprios meios, os seus projectos de desenvolvimento. Regra geral, quando um país pretende realizar um projecto que implica a aquisição de tecnologia estrangeira e não tem meios financeiros para o executar, são os próprios interessados na venda de tecnologia que se mostram mais activos e solícitos na procura de um eventual financiador. A posição de pedinte (de dinheiro e de tecnologia) confere ao país em questão uma certa inferioridade em relação ao fornecedor, facto que o obriga a fazer várias concessões no tocante aos processos tecnológicos de produção, assistência técnica e, sobretudo, dimensão ou envergadura do projecto. Os resultados são por toda a parte os mesmos: sobre-dimensionamento, fraca-rentabilidade, incapacidade de a médio prazo garantir o fluxo regular de matérias primas e peças de reposição e, finalmente, encerramento das portas por falência. O ciclo recomeça com a tentativa de «reabilitação económica» no quadro de um «reajustamento estrutural quando, por via da enorme dívida contraída para o financiamento do projecto, o FMI invade a casa para instaurar a ordem e ditar as regras do jogo.

Note-se que o caso do Complexo de Cumeré insere-se perfeitamente neste quadro.

Um terceiro factor que deve ter tido influência no malogro da política de industrialização tem a ver com as competências, tanto técnicas como jurídicas, dos negociadores dos projectos guineenses. Quem não tem dinheiro para comprar o que mais lhe convém e que se encontra portanto na condição de «pedinte», deve ter muita experiência e elevada capacidade técnica e jurídica para negociar com as instituições financeiras e industriais estrangeiras, afim de não cair em ilusões e ciladas.

Desconhecemos as circunstâncias que envolveram as negociações que resultaram na instalação das diferentes unidades industriais, mas não é difícil de imaginar que na altura em que estas tiveram lugar, nos primeiros anos que se seguiram à independência, a Guiné-Bissau não dispunha de um *staff* de negociadores com a capacidade e, sobretudo, com a experiência necessária face aos seus interlocutores. Os factos, aliás, confirmam-no.

As razões apontadas no relatório do CNG ao I Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C., que citámos algumas linhas atrás, acrescentadas a estes três elementos, constituem a nosso entender as causas que ditaram o fracasso da política de industrialização e comprometeram grandemente o esforço de incremento do nível tecnológico do país e, em especial, da capacidade nacional de assimilação tecnológica.

Por outro lado, estamos agora habilitados para responder à questão levantada no 2º capítulo deste trabalho (ponto 2.1), a saber, se a Guiné-Bissau tinha sabido tirar as devidas lições dos erros cometidos pelos outros países africanos independentes antes de si. A analogia das situações gerais prevalentes neste como noutros países africanos prova que, de facto, a Guiné-Bissau não soube ou não pôde evitar cair nas ciladas em que muitos outros países tinham tombado antes dela.

Se não, vejamos o que constatou a este respeito a Organização Internacional de Trabalho:

«Il est peut-être paradoxal que, pendant toute la période où de nombreuses colonies accédaient à la souveraineté politique, les responsables de leurs stratégies de développement se soient empressés de reproduire les modèles économiques européen et nord-américain. Comme la grande transformation des pays développés conduit traditionnellement de l'agriculture à l'industrie, puis débouché sur la montée du secteur des services, les PVD on voulu progresser rapidement dans la voie de l'industrialisation. Les stratégies suivies ont négligé le secteur rural et la petite industrie traditionnelle en faveur du développement urbain à grande échelle. Elles étaient attrayantes politiquement parce qu'associées à la modernisation et au progrès technique. Les difficultés de la voie

choisie étaient connues. On avait conscience de l'exigüité des marchés, de l'insuffisance des infrastructures économiques et sociales, ainsi que du faible niveau de l'encadrement et de la qualification professionnelle, mais on pensait que l'expansion industrielle suivait automatiquement si l'État accordait des aides fiscales et d'autres initiatives.

Puis, croyait-on, la richesse produite par le secteur moderne entraînerait le développement des petites industries, créerait des emplois et permettrait de satisfaire les besoins fondamentaux.»⁽²³⁾

4. Os Recursos Humanos

Para além da indústria, há outros sectores susceptíveis de fornecer elementos válidos para o juízo da política tecnológica de um país.

Um destes sectores é, sem dúvida, o dos recursos humanos.

Já tínhamos constatado anteriormente que a disponibilidade em recursos humanos condicionava qualquer projecto ou iniciativa de desenvolvimento. É na realidade o nível das competências humanas que decide, em última análise, o ritmo de desenvolvimento dos países tecnologicamente atrasados. Estas competências ou capacidades transformaram-se assim numa espécie de bens de produção e, por isso, vamos qualificar de investimento, como qualquer outro, os gastos feitos na educação, formação e capacidade dos cidadãos.

O «rendimento» deste tipo de investimento, isto é, a formação do capital humano, tem uma dupla finalidade: serve como bem de consumo e ao mesmo tempo como bem de capital. É um bem de consumo na medida em que contribui directamente para elevar o bem-estar social, assim como o nível e a qualidade da vida; é um bem de capital na medida em que estimula e incrementa a capacidade produtiva dos trabalhadores e o nível tecnológico em geral.

No ponto 2.2.2 deste estudo damos uma ideia do atraso da Guiné-Bissau neste campo concreto. Como evoluiu este sector após a independência?

Esta questão sugere a análise do sistema educativo nacional nos seus diferentes níveis.

Convém recordar que já foram realizados ou estão em vias de realização vários estudos sobre o assunto no quadro do exercício NAT-CAP e do projecto PNUD-UNESCO GBS/86/004. Destes estudos vamos extrair os dados que mais nos interessam, a saber: o grau de escolarização, os níveis e áreas de formação, a qualidade da formação, a

quantidade de quadros formados e, em suma, os gastos efectuados e os rendimentos obtidos.

Vejamos o que se passa no ensino básico elementar (1ª a 4ª classe):

— «menos de 40% das crianças em idade de o frequentar, frequentam-no (cerca de 40% não concluem, contudo, o ano escolar);

— menos de 4% dos alunos que o frequentam podem prosseguir-lo tal como está previsto (isto é, menos de 1% do conjunto de crianças, escolarizadas e não escolarizadas, do país).

Por outras palavras, o ensino elementar de base de quatro classes:

— não é frequentado por mais de 60% das crianças em idade de o frequentar

— não é seguido normalmente, tal como está previsto, por mais de 96% dos alunos que nele se inscrevem (quer dizer por mais de 99% do conjunto das crianças, escolarizadas e não escolarizadas do país).» ⁽²⁴⁾

Estes dados reflectem uma realidade cujas repercussões, a médio ou a longo prazo, podem ser fatais para o desenvolvimento do país. Se esta realidade não for alterada, ela minará no futuro qualquer esforço e tentativa de crescimento económico.

No que diz respeito aos «rendimentos» a situação não é menos alarmante. «A proporção de professores diplomados aumentou em cerca de 400%, passando de 7% a 29%, aproximadamente. Este esforço e esta «melhoria» não parecem, no entanto, ter tido grande impacto nos resultados. Mantiveram-se se é que não se registou um ligeiro declínio. Com efeito, na mesma altura, a percentagem de aproveitamento baixou de 46% para 44%, o rendimento mínimo é de 5,4% e é sempre necessário «gastar» 17 anos/aluno para formar um diplomado da 4ª classe (em vez dos 4 previstos).» ⁽²⁵⁾

O facto de que nem 1% das crianças em idade escolar possa transitar normalmente do ensino básico para o secundário e de se precisar, em média, 17 (!) anos para se concluir os 4 anos do ensino básico elementar, é deveras preocupante e abre perspectivas sombrias para o desenvolvimento do país.

Quanto à formação técnico-profissional, só a partir dos últimos anos é que ela começou a merecer uma maior atenção por parte das autoridades. O quadro nº 5 mostra a lista das instituições de formação existentes no país, os seus domínios e níveis de formação.

O Instituto Técnico de Formação Profissional, criado em 1979, pode desempenhar um papel relevante no processo de formação daquilo que é o alicerce do desenvolvimento científico-tecnológico: os técnicos especializados. Se se conseguir um enquadramento adequado dos formados

por este Instituto no processo de produção, ter-se-á criado as bases que garantem a aquisição do *savoir-faire* que condiciona decisivamente o ritmo da evolução tecnológica do país.

No tocante à formação a nível médio e superior, que se efectua quase na sua globalidade no exterior, há a registar uma tendência que se verificou desde sempre e que é a proporção entre quadros superiores e médios. Embora tenha havido nos últimos anos uma ligeira mudança a favor dos «médios», o contingente estudantil em formação no estrangeiro continuava a ser constituído, segundo dados publicados no *Anuário Estatístico* do MECD referentes ao ano 1983/84, maioritariamente pelos «superiores» na proporção de 5:1 aproximadamente. Mas é de conhecimento geral que, no estádio actual do seu desenvolvimento, a Guiné-Bissau necessita mais de quadros médios que superiores, talvez exactamente na proporção de 1 quadro superior para 5 médios, o que significa a inversão da pirâmide actual.

Um último aspecto referente aos recursos humanos que gostaríamos de aqui abordar refere-se à criação de condições objectivas que permitam o aproveitamento racional e favoreçam o desenvolvimento normal destes recursos. Em suma, trata-se de procurar rentabilizar o capital humano com o fim de incrementar a capacidade nacional de assimilação tecnológica.

Se em 1974 a Guiné-Bissau praticamente não dispunha de quadros, doze anos depois não pode queixar-se da sua falta, pelo menos em termos quantitativos. O quadro nº 6, embora os seus dados careçam de exactidão, dá-nos todavia uma ideia do potencial disponível.

A questão que se põe, em nosso entender, é a de saber qual é a capacidade de intervenção ou de rendimento destes quadros.

Ora, como é de conhecimento geral, o rendimento de uma pessoa ou de uma máquina depende de vários factores. Neste caso concreto ele depende, entre outras coisas, da formação de base científico-técnica, do enquadramento, da oportunidade de trabalho, dos estímulos materiais e das condições de vida. Quer dizer que existem dois tipos de condicionamentos embora se reconheça uma relação dialéctica entre ambos: uns inerentes ao próprio quadro, resultantes do seu *background*, e outros dependentes do meio em que actua e evolui.

Não pretendemos aqui quantificar este rendimento nem justificar o seu relativamente baixo nível. O que gostaríamos é de sugerir que esta questão fosse analisada a fundo, por quem de direito, com o objectivo final de criar as condições objectivas e o ambiente que façam com que a contribuição dos quadros nacionais seja qualitativamente melhor, pois só

assim será possível recuperar do atraso tecnológico em que nos encontramos e eliminar progressivamente a enorme brecha que nos separa dos países mais avançados.

Se estas condições e ambientes não existirem, assistiremos brevemente na Guiné-Bissau — à semelhança do que sucedeu noutros países em situação idênticas — ao alastramento do fenómeno a que, pelas suas características e implicações, se convencionou chamar «transferência inversa de tecnologia». Quer dizer, uma boa parte do capital humano hoje existente no país, e formado à custa dos investimentos feitos pelo país, partirá à procura de condições mais favoráveis à sua evolução. O pior é que, regra geral, são os melhores quadros que partem pois são os que se sentem mais seguros e com maiores chances de se realizar no estrangeiro.

Se isto se verificar — o que é muito provável, a amplitude é que pode variar — o país terá o seu futuro comprometido e terá que recorrer, para a execução dos seus projectos de desenvolvimento, ainda mais à caríssima «assistência técnica» estrangeira. Nota-se a este propósito que, nos anos 70, um técnico estrangeiro custava à Guiné-Bissau «uma média de 5.000 dólares por mês, ou seja, cerca de 170.000 pesos. Isto equivale a aproximadamente 15.000 kg de arroz. Mas para produzir 15.000 kg de arroz na Guiné-Bissau é necessário o trabalho de 30 trabalhadores durante um ano inteiro. Assim, 30 trabalhadores da Guiné devem trabalhar um ano inteiro para pagar um mês de trabalho de um técnico europeu ou americano.»⁽²⁶⁾

Se considerarmos que actualmente um técnico nacional com formação superior «custa» menos de 50 dólares por mês, podemos imaginar a vantagem, pelo menos financeira, de o conservar.

5. Produção Popular

Após termos analisado a política do país nos sectores industriais e educacional e constatado as suas implicações em termos tecnológicos, propomo-nos agora apreciar um terceiro elemento, também susceptível de fornecer dados que nos permitirão formar um juízo mais completo do impacto da política de desenvolvimento em geral sobre a evolução da capacidade tecnológica nacional.

No segundo capítulo tínhamos definido a produção popular como sendo um processo produtivo baseado nas tecnologias e matérias primas locais. Também tínhamos dito que ela desempenhava um papel prepon-

derante no abastecimento das populações das zonas rurais em bens de consumo de primeira necessidade e meios de produção. Ora, a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, que reputamos ser o objectivo final do desenvolvimento ambicionado, pressupõe uma mudança qualitativa da maneira como se produz tanto os bens de consumo como os meios de produção de modo a que tanto uns como outros sejam, primeiro, mais abundantes e, segundo, qualitativamente melhores.

É evidente que esta mudança dificilmente ocorrerá por si só, pois estamos na presença de processos tecnológicos socialmente enraizados, transmitidos de uma geração para outra, de pai para filho. Se se verificar no entanto uma intervenção externa significativa no processo de produção e de transmissão de conhecimentos podem, em princípio, ocorrer dois fenómenos diametralmente opostos:

1. O processo evolui qualitativamente e ganha uma nova dinâmica por via da melhoria das técnicas utilizadas e da introdução e da assimilação de elementos novos, catalizadores do processo.

2. A rotina de produção é interrompida e o processo de transmissão de conhecimentos pela produção tende a estagnar por falta de estímulos material e até de abastecimento.

Como o desenvolvimento é um objectivo de qualquer país assim como a conservação do património científico e cultural é do interesse de qualquer nação, é justo e legítimo que a produção popular encontrasse o apoio devido pela parte do Estado.

Inicialmente votada ao esquecimento em detrimento dos «grandes» projectos de modernização, a produção popular veio a ter mais tarde — após a constatação da inviabilidade da maioria de tais projectos — uma outra imagem e a beneficiar de um maior apoio da parte do Estado. Este apoio manifesta-se actualmente pelo número de projectos de apoio à produção popular e por outras iniciativas paralelas tais como a criação do «Grupo Dinamizador de Produção Popular» no seio do Ministério do Plano e a publicação de um boletim de informação sobre a produção popular.

É importante referir que tal como o número de unidades industriais instaladas não diz nada sobre as reais capacidades dos que decidem da sua instalação, a quantidade de projectos de apoio não garante, por si só, a tal mudança qualitativa que é necessário atribuir à produção popular. Neste contexto há dois factores que determinam, a longo prazo, o efeito dos projectos: o enquadramento e a continuidade.

Os projectos devem ser enquadrados no esforço geral de melhoramento das condições de vida das populações no meio rural, através do aproveitamento dos recursos localmente disponíveis e da utilização de uma tecnologia adaptada ao meio e ao nível de conhecimentos dos que a empregam. Se tal não for o caso, isto é, se o projecto for encarado como um simples meio de ensaiar ideias e objectos, ele estará votado ao fracasso.

Nesta ordem de ideias, há que criar condições para que as actividades e os processos iniciados no quadro do projecto tenham continuidade para além do prazo deste.

Assim, os projectos de apoio não devem ser vistos como experiências isoladas no espaço e no tempo, mas sim como uma iniciativa que deve, durante um certo período, excitar e provocar um movimento permanente e autónomo.

Claro está que para que este movimento tenha tais características é indispensável que os planificadores e enquadradores dos projectos observem não só os aspectos técnicos mas também os económicos e, fundamentalmente, os culturais, na medida em que mesmo as acções que tecnologicamente apresentem um carácter pouco complexo podem significar socialmente inovações importantes susceptíveis de alterar a relação Homem - Meio Ambiente.

Nesta base convém lembrar que «a melhor garantia para o sucesso de uma acção de desenvolvimento é sempre a participação e o interesse da comunidade e dos indivíduos na modificação dos seus modos de produção. As investigações tecnológicas que não sejam uma resposta a uma vontade de mudança expressa por uma comunidade ou um grupo de indivíduos, estão, muitas vezes, votadas ao insucesso e são estéreis.»⁽²⁷⁾

Comentário final

O objectivo deste estudo foi analisar a política seguida pela Guiné-Bissau de 1974 a 86 no campo das tecnologias, como componente da estratégia geral de desenvolvimento sócio-económico, e, a partir dessa análise, tirar conclusões sobre o impacto das opções feitas sobre a evolução do sector tecnológico e sobre a própria economia nacional.

Tratava-se de avaliar uma acção desencadeada durante um determinado espaço de tempo, (1974-86), de um «balanço» portanto, em que importava saber até que ponto a política traçada e os resultados obtidos coincidiam com os imperativos de desenvolvimento nacional e favore-

ciam a evolução tecnológica do país. Para esse efeito baseámo-nos fundamentalmente em duas teses:

1º O objectivo final do desenvolvimento é a melhoria das condições de vida e de trabalho das populações.

2º Cada sociedade é detentora e portadora de uma determinada tecnologia e sem um aumento qualitativo do nível e da eficiência dessa tecnologia não pode haver uma mudança no modo de vida e de trabalho dessa sociedade, isto é, não pode haver desenvolvimento.

Partindo desta base seleccionámos três sectores — a indústria, os recursos humanos e a produção popular — nos quais procurámos analisar o assunto com o objectivo acima identificado.

O sector industrial mereceu, dentre os três, a nossa maior atenção por ser o que está mais vocacionado para transferência da tecnologia e por ser aquele em que a discrepância entre «esforço» e «rendimento» foi de longe mais notória. Na ausência de outros dados, talvez mais interessantes, a análise deste sector utilizou como elementos de referência o montante global dos investimentos feitos num determinado período, que infelizmente não cobre todo o período de análise, os valores do produto interno bruto (PIB) e o valor acrescentado dos produtos industriais. Constatou-se que a contribuição da indústria na formação do PIB não correspondeu ao aumento dos investimentos feitos. Consequentemente, o contributo do sector no desenvolvimento económico ficou aquém do que se devia esperar.

Os motivos que conduziram a esta situação foram abordados e discutidos. Concluiu-se que eles tinham a ver com a baixa capacidade de assimilação tecnológica, a carência em recursos humanos, a fraca capacidade de negociação e a debilidade financeira, entre outros.

As consequências desta situação são a considerável dívida externa assim contraída, a paralisação total e absoluta de algumas das unidades e um regime de funcionamento intermitente das outras. Para além disso há a salientar o facto de — ao contrário da euforia e da auto-confiança que reinavam nos primeiros tempos que se seguiram à conquista da independência — esta situação ter contribuído para a criação, no cidadão vulgar guineense, de uma certa sensação de incapacidade e de falta de confiança nas próprias forças.

No que diz respeito aos recursos humanos verificou-se que, também aí, os investimentos feitos não resultaram numa melhoria, em termos globais, do sistema educativo. Embora o número de analfabetos tenha

sido reduzido ao longo dos últimos dois anos, a situação não deixa de ser preocupante se considerarmos que, segundo dados do Ministério da Educação, Cultura e Desportos, actualmente nem 1% do total das crianças em idade escolar consegue transitar normalmente do primeiro nível de ensino para o segundo, isto é, do ensino básico elementar para o secundário.

Além do processo de formação abordámos igualmente o da pós-formação e concluímos que é necessário criar condições que incentivem os quadros formados e que contribuam para o aumento do seu rendimento. Se isso não se verificar, a «transferência inversa de tecnologia» atingirá brevemente uma outra envergadura.

Quanto à produção popular vimos que ela desempenha um papel relevante no abastecimento sobretudo do mundo rural em bens de consumo e meios de produção. Por esta sua função, pela sua amplitude e pela sua natureza julgamos que ela deve merecer uma grande atenção das autoridades e a sua evolução requer a implementação de outras actividades afins e catalizadoras do processo, tais como o comércio, a comunicação e os transportes, etc. Constatámos que de facto existem actualmente vários projectos e estruturas de apoio a produção popular e que urgia coordenar e orientar tais projectos de tal modo que as actividades e os empreendimentos lançados durante os projectos tenham continuidade na fase pós-projecto.

É evidente que podíamos ter analisado mais outros sectores. Não o fizemos por duas razões:

— porque estes não iriam fornecer elementos novos susceptíveis de alterar o panorama geral;

— porque o estudo não devia exceder um número previamente estabelecido de páginas ⁽⁴⁰⁾.

Da pesquisa bibliográfica que efectuámos na fase de preparação deste trabalho constatámos uma certa analogia entre a situação embaraçosa em que se vê a Guiné-Bissau e a experiência amarga vivida anteriormente pelos países africanos que tinham conquistado a independência política uma dezena de anos antes.

Efectivamente nota-se não só uma situação semelhante, mas também uma certa identidade de aspirações e de abordagem.

Por isso, a «acusação» principal a que a Guiné-Bissau terá que responder é a de que não soube ou não pôde tirar proveito da experiência dos outros países que surgiram na arena internacional antes de si.

Resta agora saber se ela saberá tirar as devidas lições dos seus próprios erros.

NOTAS

- (1) *Relatório do C.S.L. ao III Congresso do P.A.I.G.C.*, Ed. do P.A.I.G.C., S. Vicente, 1978.
- (2) Jean Pierre Barbriere e Jacques Giri, *L'industrialisation des pays ACP en question*, Le Courier nº 88, Novembro-Dezembro 1984, pp. 50-53.
- (3) *Relatório do C.S.L.* (op. cit.) pp. 78-79.
- (4) *Introdução à Geografia Económica da Guiné-Bissau*, Commissariado de Estado da Coordenação Económica e do Plano, Bissau, 1980.
- (5) *Relatório do C.S.L.* (op. cit.).
- (6) *Relatório do C.S.L.* (op. cit.) p. 76.
- (7) *Introdução à Geografia Económica ...* (op. cit.), p. 69.
- (8) Idem.
- (9) *A Produção Popular na Guiné-Bissau*, Ministério da Coordenação Económica, Plano e Cooperação Internacional, Bissau, 1985, p. 3.
- (10) *Introdução à Geografia Económica ...* (op. cit.), pp. 123-124.
- (11) Idem, p. 36.
- (12) *Una estrategia para la transformación tecnológica de los países en desarrollo*, Relatório da CINCTDA, documento TD/B/C.
- (13) *Introdução à Geografia Económica ...* (op. cit.).
- (14) *Relatório do C.S.L.* (op. cit.) p. 79.
- (15) *Relatório do C.S.L.* (op. cit.) p. 65.
- (16) *Relatório do C.S.L.* (op. cit.) p. 79 e 80.
- (17) *Relatório do C.S.L.* (op. cit.) p. 63.
- (18) Idem.
- (19) Idem.
- (20) Empresa estatal de importação-exportação.
- (21) *Introdução à Geografia Económica ...* (op. cit.) p. 137.
- (22) *Relatório do CNG ao I Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C.*, Bolama, 1981, p. 26.

- (23) *L'industrialisation des pays ACP en question*, Le Courrier nº 88, Novembro-Dezembro 1984, pp. 64-65.
- (24) Jean-Pierre Lepri, *Formação de professores, locais e materiais escolares e insucesso escolar na Guiné-Bissau*, INDE, Bissau, 1987.
- (25) Idem.
- (26) *Introdução à Geografia Económica ...* (op. cit.) p. 98.
- (27) *A Produção Popular na Guiné-Bissau*, Ministério da Coordenação Económica, Plano e Cooperação Internacional, Bissau, 1985, p. 36.

BIBLIOGRAFIA

- Relatório do C.S.L. ao III Congresso do P.A.I.G.C.*, Ed. do P.A.I.G.C., S. Vicente, 1978.
- Relatório do CNG ao I Congresso Extraordinário do P.A.I.G.C.*, Bolama, 1981.
- Introdução à Geografia Económica da Guiné-Bissau*, Comissariado de Estado da Coordenação Económica e do Plano, Bissau, 1980.
- Jean Pierre Barbier e Jacques Giri, *L'industrialisation des pays ACP en question*, Le Courrier nº 88, Novembro-Dezembro 1984, pp. 50-53.
- A Produção Popular na Guiné-Bissau*, Ministério da Coordenação Económica, Plano e Cooperação Internacional, Bissau, 1985.
- Una estrategia para la transformación tecnológica de los países en desarrollo*, Relatório da UNCTDA, Documento TD/B/C.6/90, 23 de Setembro 1982.
- L'industrialisation des pays ACP et la création d'emplois*, documento da OIT, in Le Courrier, op. cit., pp. 64-66.
- Jean-Pierre Lepri, *Formação de professores, locais e materiais escolares e insucesso escolar na Guiné-Bissau*, INDE, Bissau, 1987.
- Mário Murteira, *Desenvolvimento económico e comércio internacional*, Moraes Editores, Lisboa, 1978.
- Transfert et développement de la technologie au Rwanda*, Relatório de missão, doc. UNCTAD/TT/51, 1982.
- Política Tecnológica en la República Unida de Tanzania: Estudio de cuestiones planteadas y recomendaciones para la acción*, Relatório de missão, doc. UNCTAD/TT/52, 1982.
- Transfer of technology, evaluation and negotiation: contractual terms and conditions*. Secretariado da UNIDO, 1987.

Techniques Industrielles pour l'Afrique, doc. UNIDO/IS.222, 1981.

Development and demonstration of technologies suitable for rural areas in Africa, CEA, Science and Technology Unit, 1985.

Aspectos económicos, comerciales y de desarrollo de las tecnologías nuevas e incipientes, Relatório do Secretariado da UNCTAD, doc. TB/B/C.6/120, 1984.

Restructuration de l'environnement juridique: Transfert international de technologie, Relatório do Secretariado da CNUCED, doc. TD/B/C.6/91, 1982.

Exame des législations et mécanismes nationaux réglementant les importations de technologies dans quelques pays africains, CEA, Groupe de la Science et de la Technologie, 1985.

Quadro 1

Importações 1975 - 1985 (em milhões de dólares americanos)

CATEGORIA DE PRODUTOS	1975		1976		1977		1978		1979		1980		1981		1982		1983		1985	
	valor	%																		
Alimentos e Bebidas	10,9	28,8	8,9	24,3	9,7	26,5	20,3	29,2	8,6	13,7	11,2	16,4	14,1	24,7	11,7	17,2	14,5	22,3	13,3	20,3
Carburantes e Lubrificantes	5,7	15,1	3,5	9,5	4,4	12,0	2,3	4,3	3,9	6,3	10,7	15,7	8,6	15,0	11,3	16,5	7,5	11,6	8,3	12,6
Máquinas e Equipamento	1,4	3,7	3,9	10,6	5,5	15,0	8,2	15,8	18,1	28,8	6,6	9,6	8,4	14,7	6,7	9,8	4,4	6,8	6,4	9,7
Materiais de Transporte	5,7	15,1	4,3	11,7	3,2	8,7	6,1	11,7	9,5	15,2	12,1	17,7	8,7	15,2	8,9	13,0	7,3	11,2	5,0	7,6
Outros Bens de Consumo	4,4	11,6	5,2	14,2	6,8	18,5	4,7	9,1	8,5	13,6	6,0	8,8	9,1	15,9	10,1	14,8	14,6	22,5	12,1	18,4
Outros Produtos	9,7	25,7	10,9	29,7	7,1	19,3	10,1	19,5	14,1	22,5	21,7	31,8	8,3	14,5	19,6	28,7	16,6	25,6	20,7	31,4
Total	37,8	100,0	36,7	100,0	36,7	100,0	51,7	100,0	62,7	100,0	68,3	100,0	57,2	100,0	68,3	100,0	66,7	100,0	65,9	100,0

Fonte: BNG (Guiné-Bissau - Reconstrução Nacional, 1978)

Direção Geral da Estatística do Ministério do Plano BNGB - Estudos Económicos

Quadro 2

Financiamento dos sectores da Actividade Económica
1976-1978

	Valor	%
Agricultura	11.137	10,2
Pescas	852	0,8
Educação	5.422	5,0
Saúde	3.739	3,4
Transportes	3.618	3,3
Energia	4.650	4,3
Obras Públicas	1.590	1,5
Hidráulica	3.797	3,5
Recursos Naturais	2.980	2,7
Indústria	6.725	6,1
Serviços e Assistência Técnica	13.425	12,2
Diversos	1.268	1,2
Comércio	50.188	45,8
Total	109.341	100

Fonte: CEP, Introdução à Geografia da Guiné-Bissau, 1980.

Quadro 3

Distribuição do Produto Interno Bruto aos preços do mercado por classes de actividade económica

Classes de Actividade	Valor Acrescentado Bruto do Sector Monetário	Valor Acrescentado Bruto do Sector Subsistência	TOTAL (2 + 3)
10 ³ PG			
1	2	3	4
1. Agricultura, Sicultura, Caça e Pesca	30.100,0	1.662.000,0	1.692.100,0
2. Indústria de Transformação	400.130,0	415.500,0	815.630,0
2.1 Indústria Alimentar	195.003,0	415.500,0	610.503,8
2.2 Indústria de Bebidas	140.440,3	—	140.440,3
2.3 Fabrico de Vestuário	11.875,3	—	11.875,3
2.4 Fabrico de Artigos em Madeira	179,1	—	179,1
2.5 Móveis	22.923,8	—	22.923,8
2.6 Artes Gráficas	5.947,4	—	5.947,4
2.7 Fabrico doutros Prod. Metálicos	1.824,0	—	1.824,0
2.8 Fabrico de Produtos Metálicos	9.936,5	—	9.936,5
2.9 Construção de Mat. de Transporte	12.000,0	—	12.000,0
3. Electricidade, Gás e Água	27.588,8	—	27.588,8
4. Construção e Obras Públicas	55.993,6	380.300,0	436.293,6
5. Serviços de Habitação	72.399,0	124.000,0	196.399,0
6. Comércio	574.928,2	—	574.928,2
7. Transportes e Comunicações	103.462,3	—	103.462,3
8. Restaurantes, Cafés, Pensões e Hotéis	39.944,6	—	39.944,6
9. Bancos, Seguros e Outras Instituições Financeiras	64.138,7	—	64.138,7
10. Administração Pública	681.062,0	—	681.062,0
11. Outros Serviços	5.465,5	—	5.465,5
12. Produto Interno Bruto aos Preços do Mercado	2.055.212,9	2.081.800,0	4.637.012,9
13. Impostos Indirectos menos Subsídios	295.596,7	—	295.596,7
14. Produto Interno Bruto ao Custo dos Factores	1.759.616,2	2.581.800,0	4.341.416,2

Fonte: Introdução à Geografia da Guiné-Bissau, MCEP, 1980.

Quadro 5

ESCOLAS NACIONAIS DE FORMAÇÃO

ESCOLAS	Ano de criação	Domínios de Formação	Nível	Título académico que outorga	Duração do Curso
Escola de Direito	1979	Jurídico	Superior	Bacharel Ciênc. Jurídicas	3 anos
Escola Normal Superior «Tchico Té»	1979	Português, Francês, Inglês, História, Matemáticas, Física, Química, Biologia, Geografia	Superior	Prof. Ensino Secundário	3 anos
Escola Normal «17 de Fevereiro»	1977	Professor	Médio	Prof. Ensino Básico	3 anos
Escola Normal «Amílcar Cabral»	1967	Professor	Médio	Prof. Ensino Básico	3 anos
Instituto Técnico de Formação Profissional — Centro de Formação Industrial - CENFI	1979	Mecânica Geral, Electricidade, Construção Civil, Carpintaria, Mec. de Automóveis	Profissional	Operário Especializado	3 anos
— Centro de Formação Administrativa	1982	Administração Secretariado, Contabilidade, Dactilografia, Gestão de Tesouraria, Gestão de Stocks, Doc. e Arquivos		Médio Profissional	3 anos
Escola de Enfermagem	1974	Enfermagem Geral Parteira, Laboratório, Serviços Sociais	Médio Profissional	Enfermeiro Auxiliar de Parteira, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Laboratório, Téc. de Serviços Sociais	3 anos
Escola Nacional de Educação Física	1979	Professor	Médio	Prof. Educação Física e Desportos.	3 anos

Quadro 6

Efectivos dos Quadros por Serviços e por Disciplinas de Formação

SERVIÇOS	DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO								TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	ND	
Presidência do Conselho de Estado	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Ministério da Justiça	-	-	1	2	8	-	-	-	11
Ministério de Desenvolvimento Rural e Pescas	15	91	19	-	7	6	1	19	296
Ministério da Educação, Cultura e Desporto	-	89	4	103	5	-	12	-	213
Ministério do Equipamento Social	-	71	3	1	-	-	1	-	76
Ministério dos Recursos Naturais e Indústria	-	73	6	-	1	-	-	29	109
Ministério dos Negócios Estrangeiros	1	5	3	9	4	-	3	-	25
Ministério das Finanças	-	5	7	-	-	-	-	-	12
Ministério da Saúde Pública	1	-	-	-	-	391	-	-	392
Ministério do Comércio e Turismo	-	9	33	-	2	-	14	-	58
Ministério do Plano	1	15	-	1	-	-	-	-	17
Ministério da Informação e Telecomunicações	-	22	1	-	4	-	2	-	29
Banco Nacional	1	2	11	1	3	-	-	1	19
Ministério da Função Pública, Trabalho e Segurança Social	-	-	-	2	2	-	-	-	4
Secretaria de Estado da Presidência para os Assuntos Económicos e da Cooperação Internacional	-	-	4	2	2	-	-	-	8
Secretaria de Estados dos Combatentes para a Liberdade da Pátria	-	-	-	3	-	-	-	-	3
Instituto Nacional de Seguros e de Previdência Social	-	-	2	15	3	-	1	-	21
TOTAL	157	368	109	138	43	397	34	49	1295

A CONQUISTA MILITAR DA GUINÉ: DA RESISTÊNCIA À “PACIFICAÇÃO” DO ARQUIPÉLAGO DOS BIJAGÓS, 1917-1936

Peter Karibe MENDY

O gentio disparava aqui e além com a certeza da sua pontaria tranquila e firme, causando-nos bastantes baixas com as suas terríveis longas... Com grandes sacrifícios e muita persistência, conseguiu-se tomar as principais tabancas da ilha .
[de Canhabaque, em 1917].

Tenente António da Silva Loureiro
Tributo de Sangue

... do meio dum denso e impenetrável mato, rompia um fogo de longas... por momentos, tivemos a impressão de que estávamos no meio dum verdadeiro círculo de fogo, sibilando balas em todas as direcções. O mato parecia batido por um verdadeiro vendaval.

Governador Jorge Frederico Velez
Caroço, «Operações a Canhabaque», BOGP,
Suplemento N.º 9, 30 de Junho de 1925.

...as operações de Canhabaque, de 1936, não foram, de facto, simples operações de polícia para manter na ordem meia dúzia de turbulentos desordeiros.

Governador Luís António de Carvalho
Viegas, Guiné Portuguesa, Vol. II.

1. Introdução

Nas vésperas da partilha da África, a posição dos portugueses no ainda mal definido território *Província da Guiné Portuguesa*, proclamada e separada de Cabo Verde a 18 de Março de 1919, continuava a ser tão precária como sempre.

Apesar de mais de quatrocentos anos de presença, a reivindicação internacional de Portugal sobre a região era também frágil, dada a necessidade de satisfazer o requisito de «ocupação efectiva» (conforme com os acordos da Conferência de Berlim de 1885) para ser reconhecido como um poder colonial. Como todos os outros aspirantes ao poder colonial em África, Portugal tinha de provar que o território reivindicado estava efectivamente sob o seu controlo absoluto.

Num esforço desesperado para proteger pretensões centenárias repentinamente ameaçadas pela «escalada» febril na aquisição de colónias em África, os portugueses embarcaram numa estratégia audaciosa de intervenção nas lutas internas para melhorar a sua posição precária.

Através da colaboração estreita com poderosos potentados locais, e tirando partido absoluto de conflitos territoriais e religiosos sangrentos, manobravam várias classes e grupos étnicos, uns contra os outros, numa tática inteligente de «dividir e conquistar». De facto, esta nova militância portuguesa teve sucesso, e assegurou um enorme reservatório de auxiliares africanos que seriam utilizados nas fileiras da frente durante as campanhas de «pacificação».

Todavia, com o alvorecer do século XX e a Guiné Portuguesa sem estar efectivamente ocupada, e «Portuguesa» apenas de nome, os portugueses tomaram-se dia a dia mais desesperados.

Quase quinze anos depois dos acordos da Conferência de Berlim, e de mais de quatro séculos de «possessão», a soberania portuguesa permanecia quase nominal. As campanhas de «pacificação» que antecediam a Conferência de Berlim, até agora estavam mais crivadas de «tragédias» de que de triunfos. Os chamados «gentios», que recusavam firmemente ser subjugados, não agiam, obviamente, em conformidade com as declarações de Berlim (as quais desconheciam totalmente), mas reagiam sim às centenárias posturas imperialistas dos portugueses.

Em 1900, os bijagós foram os primeiros habitantes do território a entrar em conflito armado com os portugueses. Viriam a ser também os últimos antes do estabelecimento da *Pax Lusitana*.

O Governador Joaquim Judice Bicker foi levado a organizar uma expedição à ilha de Canhabaque precisamente por «os seus habitantes

não reconheceram a autoridade portuguesa»⁽¹⁾. A força invasora de 100 soldados e um «grande número de auxiliares»⁽²⁾, a bordo das canhoneiras *Massabi* e *Flecha*, desembarcou na ilha a 23 de Outubro de 1900. Uma semana depois, frustrada com a tática de guerrilha dos bijagós, a expedição embarcou para Bolama.

A 7 de Novembro de 1903, as autoridades portuguesas introduziram um novo tipo de imposto — o imposto de palhota⁽³⁾. O esforço de fazer cumprir o pagamento fortaleceria a determinação dos povos do território e intensificaria a luta contra as ambições imperiais portuguesas.

Ansiosos por aliviar os enormes encargos financeiros de «pacificar» a Guiné «Portuguesa», os portugueses dedicaram-se apressadamente a fazer cumprir o pagamento do imposto de palhota, cujo sucesso daria pelo menos a impressão da soberania portuguesa ter sido estabelecida.

Enquanto os portugueses e seus auxiliares estavam ocupados nas sangrentas «guerras de imposto de palhota» e campanhas de «pacificação», os habitantes das ilhas dos bijagós continuavam a manter a sua posição desafiadora.

Em 1914, por exemplo, os portugueses fizeram várias tentativas de lhes cobrar o imposto de palhota mas todas essas tentativas encontraram uma resistência intransigente. Com todos os soldados e auxiliares ocupados na campanha de «pacificação» contra os manjacos, as autoridades coloniais em Bolama estavam manietadas.

Um pedido urgente do administrador de Bolama (que também administrava o arquipélago) para que as autoridades fornecessem auxiliares e armas, para tornar possível cobrar os tão resistidos impostos, foi considerado como «absolutamente impossível» de satisfazer.

Os «desobedientes» bijagós, portanto, tinham de ser tratados mais tarde, assim que as condições fossem mais favoráveis:

Não sendo possível efectuar normalmente a cobrança sirva-se V. Sr. Administrador regressar a Bolama, aguardando-se melhor oportunidade para reduzir os bijagós à obediência devida ao Governo⁽⁴⁾.

Um ano mais tarde, o administrador de Bolama continuava bradando por pelo menos 90 auxiliares africanos e dez espingardas de 14 mm para proceder à cobrança do imposto de palhota, particularmente em Bubaque e Canhabaque⁽⁵⁾.

Finalizada a campanha de «pacificação» contra os pepéis de Bissau, em 1915, os portugueses concentraram-se nos preparativos para «reduzir os bijagós à obediência devida ao Governo».

2. A Campanha de “Pacificação” de 1917

A primeira campanha de vulto deu-se em Maio de 1917, quando foi organizada uma coluna com o objectivo explícito de estabelecer um posto militar na ilha de Canhabaque.

Nesta ilha, «as provas de desrespeito para com a a nossa soberania» eram, aparentemente, «cada vez mais acentuadas», e o «estado de insubmissão» tomara-se «um péssimo exemplo para os povos das outras ilhas». ⁽⁶⁾

Na verdade, de acordo com um relatório do vice-consul francês, os portugueses sofreram um «sangrento revés» quando tentaram desembarcar uma força de 150 soldados regulares e auxiliares, poucas semanas antes.

Os bijagós, que se diz estarem «bem armados», opuseram uma resistência obstinada que obrigou a força invasora a retirar-se com três mortos e vinte e dois feridos. ⁽⁷⁾

A derrota abalou a confiança dos portugueses, vindo como veio depois de uma campanha de “pacificação” vitoriosa no território continental.

Estado de Sítio

A declaração de guerra oficial, a 15 de Maio de 1917, acentua a resistência armada dos “gentios” ao estabelecimento de um posto militar em Canhabaque, um objectivo considerado «necessário e indispensável» se a soberania portuguesa era para ser respeitada e os «rebeldes» reduzidos «à obediência». ⁽⁸⁾

Ao mesmo tempo, foi declarado o estado de sítio em todo o arquipélago e estritamente proibidas todas as formas de comunicação com as ilhas de Canhabaque, Bubaque e João Vieira.

A coluna era composta por 120 soldados regulares, sob o comando do Tenente Eduardo Correia Gaspar, e 300 auxiliares chefiados por Mamadú Sissé mas sob o comando do Tenente Henrique Alberto de Sousa Guerra, “mão direita” de Teixeira Pinto e futuro governador da “província”.

De notar, a ausência do infame Abdul Injai cujas relações com os portugueses se deterioravam progressivamente.

Todas as operações eram dirigidas pelo novo chefe de estado maior, Major Carlos Ivo de Sá Ferreira, um Goês que mais tarde seria governador do território. As operações em Canhabaque duraram oito meses.

Os “Grandes Sacrifícios” e a “Submissão Platónica”

Os portugueses e seus auxiliares, uma vez mais, encontraram uma força de “gentios” bem armados que tirava partido absoluto da densa vegetação da ilha para infligir considerável número de baixas. «O gentio disparava aqui e além com a certeza da sua pontaria tranquila e firme, causando-nos bastantes baixas».⁽⁹⁾

Foi com o «troar da artilharia» e «com um consumo abundante de munições» que a coluna invasora conseguiu evitar a sua eliminação.

De novo, foi a vantagem do armamento moderno que permitiu às frustradas tropas continuar a avançar, embora vagorosamente e a muito custo.

Depois de «grandes sacrifícios e muita persistência»⁽¹⁰⁾, e apesar de uma epidemia de *beri-beri* que também causou «um razoável contingente de baixas»⁽¹¹⁾, a coluna conseguiu derrotar os “rebeldes” e estabelecer um posto militar em Bine e Inorei.

Porém, a submissão dos “rebeldes” só podia ser vista como um fenómeno temporário, «pois êste gentio é, nas suas qualidades de insubmissão, muito semelhante aos papéis».⁽¹²⁾

Embora os chefes de dois povoados onde os portugueses tinham estabelecido postos militares tenham assinado um “acto de submissão” em Janeiro de 1918, as gentes de Canhabaque e outras ilhas “rebeldes” continuaram, todavia, com outras formas de resistência passiva, incluindo a evasão aos impostos de palhota e esquivança às autoridades locais:

Os indígenas desta Circunscricção não recorrem por enquanto à justiça das autoridades europeias, não só porque o seu estado de atraso lh’o impede, mas também e principalmente porque resolvem todos os conflitos de harmonia com o rito da sua religião.⁽¹³⁾

3. A Campanha de “Pacificação” de 1925

Por volta de 1925, a situação em Canhabaque mereceu ainda outra campanha de “pacificação”. Segundo o Governador Jorge F. Velez Carozo, as condições do “acto de submissão”, assinado pelos chefes de Bine e Inorei em Janeiro de 1918, nunca tinham sido observados:

Muito platónico foi esta submissão, porque, o que é certo, é que os indígenas de Canhabaque nunca desarmaram e com relação ao imposto de palhota, só com muita diplomacia e fechando os olhos a muitas insolências, se tem conseguido que eles paguem alguma coisa.⁽¹⁴⁾

Este «intolerável estado de coisas», considerado extremamente perigoso para o prestígio português no arquipélago, levou o governador, um tenente coronel de infantaria e veterano das guerras de “pacificação” em Angola e Moçambique, a «acabar, de vez, com a lenda de Canhabaque», a fim de garantir «a conservação do nosso bom nome de raça forte e colonizadora». ⁽¹⁵⁾

Ataques frustrados à “Lenda de Canhabaque”

Para acentuar a seriedade da situação, o próprio governador organizou e comandou uma coluna bem armada de 1700 homens, dos quais cerca de 1500 eram auxiliares mobilizados principalmente das regiões fula de Bafata e Gabu, comandados por chefes como Monjur (Gabu), Mamadu Ly (Bafata), Bonco Sanha (Badora), Bram Jam (Corlá) e Mamadu Alfa (Gussara). O contingente português compunha-se de duas companhias de infantaria, uma secção de artilharia de cerca de vinte soldados e um destacamento de polfícia de setenta e um homens.

Além da vantagem de possuírem artilharia, metralhadoras e as espingardas mais modernas, a coluna invasora tinha também apoio aéreo de um bimotor com um motor a falhar. ⁽¹⁶⁾

A 20 de Abril de 1925, o Governador Velez Carço chegou a Inorei, no norte da ilha de Canhabaque, onde os portugueses tinham estabelecido um posto militar oito anos antes.

Informados da invasão, alguns dos chefes locais imediatamente se apresentaram solicitando a paz. A não ser que todas as armas fossem entregues por todos os “rebeldes”, acentuou o governador, a coluna voltaria «para os obrigar pelas armas». ⁽¹⁷⁾

Não encontrando resistência, Velez Carço e Monjur, chefe de Gabu, embarcaram com 65 auxiliares para Bine, no outro lado da ilha.

Aportaram a Bine, na noite de 20 de Abril de 1925, sem qualquer incidente.

Depois dias depois, os auxiliares de Monjur foram despachados do posto militar para atacar as *tabancas* de Ancanhe e Ancaia, visto que os habitantes destas povoações não se tinham entregado com as suas armas. Também foram despachados para Ambene, outra *tabanca* recalcitrante, vinte e quatro soldados portugueses armados com espingardas *Kropatschek*, uma metralhadora e uma peça de artilharia ligeira *Hotchkiss*.

Ancanhe e Ancaia foram ambas incendiadas, depois de um breve encontro com os “rebeldes”. Ambene também ofereceu fraca resistência,

durante a qual foram feitos sete prisioneiros. Todavia, em vez de se renderem, os “rebeldes” refugiaram-se na floresta cerrada e inacessível.

Os auxiliares foram, mais tarde, despachados numa missão de procura e destruição à volta das regiões de Ancanhe e Ancaia, levando como guias «três dos principais chefes de Bine».

Todavia, para além de matarem os chefes, por «tentassem evadir-se para o inimigo»⁽¹⁸⁾, não conseguiram mais nada. Os “rebeldes”, prudentemente, tinham abandonado as suas *tabancas* e refugiado-se na segurança da floresta.

Frustrado, o Governador Velez Caroço embarcou para Bolama, a 23 de Abril de 1925, para mobilizar mais auxiliares, «visto serem insuficientes as forças já desembarcadas em Canhabaque para o prosseguimento das operações».⁽¹⁹⁾

Reforços e Derrotas

Um dia depois de aportar com 266 auxiliares, 28 de Abril de 1925, a *tabanca* de Inhoda foi assaltada e destruída. Os “rebeldes”, em menor número e mal armados, ofereceram uma resistência corajosa mas cedo foram obrigados a uma retirada acelerada, deixando a coluna com quatro mortos (três regulares e um auxiliar) e oito feridos.

Durante os dois dias seguintes, o governador dedicou-se ao planeamento da captura das *tabancas* importantes de Meneque e Bane. A 2 de Maio de 1925, ambas tinham sido tomadas sem grande luta.

Na manhã de 3 de Maio de 1925, os vários componentes da coluna invasora juntaram-se em Ambeduca para lançar um ataque sobre Indena, considerada o centro da resistência onde os “rebeldes” «punham todas as suas esperanças».⁽²⁰⁾

Durante mais de dois quilómetros de marcha, a coluna sofreu umas quantas emboscadas pelos “rebeldes” que, com as suas espingardas pedreiras de carregar pelo cano, conhecidas por *longas*, descarregavam saraivadas de balas que infligiam baixas consideráveis às tropas que se moviam vagarosamente:

... por momentos, tivemos a impressão de que estávamos no meio dum verdadeiro círculo de fogo, sibilando balas em todas as direcções. O mato, parecia batido por um verdadeiro vendaval.⁽²¹⁾

Apesar disso, o avanço para Indena continuou.

Ao aproximarem-se de Indena, o fogo dos “rebeldes” intensificou-se. Após uma hora de combate feroz, a *tabanca* “rebelde” foi tomada, «mas

quando caiu em nossas mãos, não era mais que um enorme braseiro.»⁽²²⁾ Mais uma vez, a derrota devastadora foi possível pelo maior poder de fogo das forças lideradas pelos portugueses. O próprio Governador Velez Caroço foi lesto a apreciar a extraordinária vantagem que a posse de armas mais mortíferas lhes dava:

Tivemos neste combate mais de 800 espingardas, 3 metralhadoras de marinha e 3 peças Hotchkiss. Impossível era, pois, a resistência dos rebeldes, apesar da sua provada valentia.⁽²³⁾

Para reforçar uma posição já formidável, estava à mão um “bombardeiro”, «*bombardeando com eficácia a referida ilha [Canhabaque] durante dois dias seguidos, apesar do avião sofrer de grave avaria no motor.*»⁽²⁴⁾

O bombardeamento aéreo trouxe de facto uma nova dimensão ao esforço de “pacificação” que ainda aumentou mais a desvantagem dos “rebeldes”.

A derrota esmagadora em Indena marcou o colapso da resistência armada dos bijagós não só na ilha de Canhabaque, mas também na ilha de João Vieira e Galinhas, onde os portugueses e seus auxiliares também haviam actuado contra os “rebeldes”.

Chacina e Pilhagem

Com a derrota, os conquistados encontravam-se então à mercê dos conquistadores, com o governador a presidir à chacina de centenas de “rebeldes”, durante as missões de procura e destruição que se seguiram:

A região de Canhabaque foi percorrida nestes dias por destacamentos saídos de todos os pontos ocupados, tendo feito alguns prisioneiros e causando baixas ao inimigo.⁽²⁵⁾

Por exemplo, uma *almadia* com mais de 40 bijagós que tentavam escapar de Canhabaque foi «inutilizada e afundada com toda a tripulação».⁽²⁶⁾

O Governador também presidiu à pilhagem das ilhas:

Todo o coconote, arroz, gado e galinhas será apreendido pelos agentes do Governo e enviado para Bolama, onde será vendido em hasta pública. Um terço das apreensões fica pertencendo aos apreensores e dois terços para o Governo, com o fim de pagar as despesas de guerra.⁽²⁷⁾

Todavia, a chacina, pilhagem e destruição de propriedade, era também parte duma estratégia destinada a intimidar à submissão os bijagós “insubmissos”:

Estou, porém, convencido, que batidos como foram em todos os combates que nos ofereceram, destruídas por completo todas as suas povoações, pois nem uma só escapou, e feita agora a ocupação pelas forças militares em todos os pontos importantes da ilha, os rebeldes hão de acabar por se entregarem a discreção, visto que, dentro em pouco tempo, açoitados pela chuva, sem terem coberturas ou abrigos, e apertados pela fome, por lhes faltarem os géneros que lhes foram apreendidos, e não podendo além disso agora fazer novas aquisições, por lhes estar interdito o comércio com o exterior, não terão mais remédio do que submeterem-se.⁽²⁸⁾

Mesmo assim, apesar da dura derrota, os bijagós mantiveram-se desafiantes. «E depois de todo êste sacrificio de vidas», lamentava um historiador português das guerras de “pacificação” no território, «causa pena saber que os indígenas bijagoz continuam ainda meio selvagens, prontos a insurgirem-se na primeira ocasião».⁽²⁹⁾

Por outras palavras, o formidável poder de fogo e violência massiva dos invasores não quebrou o espírito de resistência do “rebelde” bijagó.

O “Célebre Problema” continua

Incapazes de manter a resistência armada contra os intrusos portugueses, os bijagós reverteram à resistência passiva.

De novo, os recalcitrantes “gentios” distanciaram-se da “presença civilizadora” portuguesa, reforçando a opinião desdenhosa que os colonizadores tinham acerca deles. «No que respeita à justiça indígena», observava um administrador arrogante, «o bijagoz, selvagem como é, continua a preferir os seus sacerdotes».⁽³⁰⁾

Os bijagós evadiam-se ao pagamento do odiado imposto de palhota, destruindo as suas palhotas e retirando-se para as regiões florestais impenetráveis aos cobradores de impostos. Em 1933, por exemplo, um cobrador de impostos relatava:

Na ilha de Bubaque, fiz arrolamento com muita dificuldade, derivadamente a inexistência dos contribuintes nas povoações... Em Sogá, então piôr! Tanto mais que desapareceu na sua totalidade, os contribuintes da povoação denominada «Ancaminho».⁽³¹⁾

Dois anos após a observação anterior, o fenómeno generalizara-se de tal maneira que o Governador Luís António de Carvalho Viegas decidiu substituir o imposto de palhota pelo imposto de capitação, justificando

a sua acção como uma necessidade para «pôr cõbro ao êxodo, para diferentes pontos da Colónia, dos indígenas bijagós».⁽³²⁾

De facto, enquanto um grande número de “gentios” partiu das ilhas para o continente, a maioria permaneceu e recorreu ao:

... sistema de destruir as suas palhotas, procurando, na espessura dos bosques das suas ilhas, local apropriado para se alojarem com as suas famílias, com o fim também de fugirem a esse pagamento [de imposto de palhota].⁽³³⁾

Mais uma vez, a ilha de Canhabaque tornou-se o centro da resistência bijagó.

Em 1933, dizia-se que era o lugar para onde iam os bijagós “insumissos” que não queriam pagar o imposto — era «o refúgio de todos os insumissos do arquipélago».⁽³⁴⁾ Aqui, onde os portugueses ainda mantinham um posto militar, a resistência passiva tornou-se mais e mais aberta e hostil.

Segundo um preocupado director dos “negócios indígenas”, após oito anos de ocupação militar, após operações que custaram uma quantidade de mortos e mutilados, bem como «centenas de contos», após «tantos sacrifícios», o «célebre problema» permanecia «uma mancha de desprestígio».⁽³⁵⁾

4. A Campanha de «Pacificação» de 1935-36

Em 1935, a situação era tal que em Canhabaque, «toda a ilha» estava em «estado de completa rebeldia e os indígna dispõsto a fazer-nos guerra».⁽³⁶⁾

O Governador Carvalho Viegas notava com grande ansiedade que a «primitiva resistência passiva» dos habitantes tinha dado lugar a «ataques declarados a destacamentos militares», como tinha ocorrido, entre outros lugares, em Ancaname, Angumba e Encharope.⁽³⁷⁾ Chegara o tempo, salientava ele, em que tais «atitudes de pouca consideração e de hostilidade ao Governo», deviam ser substituídas por atitudes de «amizade e submissão absoluta».

Tinha de ser imposto um «regime de disciplina», acentuava ele. Isto exigia que os portugueses demonstrassem a sua «superioridade material», e tal demonstração implicaria:

... o quebramento da energia dos rebeldes, pela sua dispersão, pelo empobrecimento dos seus meios naturais de vida.⁽³⁸⁾

“Superioridade Material” e Encontros Sangrentos

Com tal objectivo em mente, os portugueses reforçaram os postos militares de Inorei e Bine, em Canhabaque, em Novembro de 1935, e dedicaram-se à tarefa de mobilizar 2000 auxiliares, a maioria sob as ordens de chefes de guerra fula, como Boncó Sanhá de Badora, Mamadu Alfa de Cussara e uma quantidade de outros chefes das regiões de Bafatá e Gabú, quase todos veteranos das operações de 1925.

Formaram-se três colunas, cada uma incluindo menos de 100 soldados regulares portugueses, mas todas bem armadas com artilharia, metralhadoras e as famosas espingardas *Kropatschek*. Mais uma vez, as operações estariam sob o comando do próprio governador.

A 7 de Janeiro de 1936, as três colunas começaram a desembarcar em Canhabaque, onde tinham aumentado os ataques bijagós aos postos militares portugueses.

Dois dias depois do desembarque, a *tabanca* de Menéque foi atacada. Durante o ataque, o artilheiro branco, Sargento Virgílio Correia, foi estilhaçado pelo seu próprio canhão.⁽³⁹⁾ O “desastre” foi atribuído ao facto de as peças usadas serem obsoletas, sendo, conseqüentemente, abandonadas.

Os “rebeldes” enfrentavam agora um inimigo menos poderoso, com a vegetação luxuriante da ilha a seu favor.

Após destruírem as suas palhotas e envenenarem a água, abalaram para a floresta espessa que era «de penetração impossível sem se cair em mortíferas emboscadas».⁽⁴⁰⁾

A coluna era constantemente emboscada e sujeita a «tiros estrondosos e mortíferos das *longas*».⁽⁴¹⁾ Como resultado, a coluna progrediu muito vagarosamente, sendo obrigada a retirar com umas quantas baixas.

Por exemplo, o ataque a Inhaura, a 10 de Janeiro de 1936, encontrou uma forte resistência que obrigou os portugueses e os seus aliados a retirarem-se, para voltar no dia seguinte e esmagar os “rebeldes”, após luta feroz!

A marcha sobre Angumuru, cinco dias depois, provou ser ainda mais esgotante. Após cinco horas de batalha, a coluna invasora conseguiu avançar apenas 100 metros, sendo forçada a retirar-se com dois mortos, dez feridos e dezoito considerados “desaparecidos” na densidade luxuriante do mato.⁽⁴²⁾

No dia a seguir, a coluna, reforçada, lançou um furioso contra-ataque e conseguiu desalojar os defensores, depois de um curto período de vivaz troca de fogo.

Embora o mato, o «melhor aliado» dos “gentios”, oferecesse tremendas vantagens, mesmo assim não podia compensar pela superioridade portuguesa em número e qualidade de armamento. Obviamente, não era uma protecção à prova de bala de onde os “rebeldes” pudessem atirar, impunemente sobre o inimigo.

As saraivadas contínuas de rajadas de metralhadoras ceifavam árvores e homens, virando assim a severa desvantagem dos invasores. Na realidade, os “rebeldes” tinham só as suas *longas* de carregar pelo cano, e a sua bravura física, para depender. Ambas, armas e bravura, se mostraram, em última análise, ineficazes contra o maior poder de fogo dos invasores.

No fim de Janeiro de 1936, as operações em Canhabaque estavam virtualmente terminadas. Os bravos “gentios” estavam finalmente conquistados. Todavia, como admitia o Governador amargamente, «não foram, de facto, simples operações de polfícia para meter na ordem meia dúzia de turbulentos desordeiros».⁽⁴³⁾

Na verdade, a sangrenta campanha custara aos portugueses 35 mortos e 171 feridos. Entre os mortos contava-se Mamadu Canté, o régulo dos mandingas e fulas da ilha de Bolama nomeado pelos portugueses, e Abdul Sanhá, filho do chefe fula e régulo de Badora, Bancó Sanhá.

Consequência da Derrota Final

Com a derrota dos “rebeldes” de Canhabaque, os portugueses sentiram-se suficientemente fortes para fazer cumprir o pagamento de impostos não só nesta ilha mas também em todo o resto do arquipélago.

Os desmoralizados habitantes eram agora coagidos a pagar o imposto de capitação que, a 35\$00 por pessoa, era mais elevado do que os 60\$00 de imposto de palhota no território continental.

Para eliminar a evasão, todo o bijagó adulto (a partir dos dezasseis anos de idade) estava obrigado a usar um disco de alumínio de 0,05 centímetros de diâmetro com a inscrição “Guiné Portuguesa”, que devia estar perfurado, para indicar que o imposto tinha sido pago.⁽⁴⁴⁾ Qualquer bijagó encontrado sem este disco, seria imediatamente preso, e obrigado a pagar o imposto dobrado. Mais ainda, nenhum bijagó poderia deixar a ilha sem o disco comprovando o pagamento não só daquele ano, mas também de todos os outros anos em atraso. Também nenhum poderia partir sem a *Caderneta Indígena* — um pequeno bilhete de identidade ou passaporte passado pelas autoridades.

Os bijagós conquistados tiveram de construir à sua custa (em dinheiro e trabalho), um monumento gigantesco «comemorando a submissão completa ao Governo Português».⁽⁴⁵⁾

5. Conclusão

A derrota dos bijagós, bem como dos povos das outras regiões da Guiné “Portuguesa”, deveu-se principalmente ao facto de os portugueses e seus auxiliares africanos possuírem armamento superior, incluindo metralhadoras e artilharia. Embora Portugal fosse um país económica e tecnologicamente atrasado, mesmo assim tinha acesso fácil à tecnologia militar mais avançada da Europa e dos Estados Unidos.

O isolamento total dos bijagós e a suspensão total do comércio do arquipélago com o exterior, especialmente qualquer transacção que envolvesse armas e munições, foi também um factor crucial na derrota dos “rebeldes”.

Na verdade, a venda de armas e munições tinha sido sempre proibida em todo o território desde o século XV. Todavia, com controlo ténue, as autoridades de Lisboa nunca puderam fazer outra coisa senão ver a proibição abertamente violada por «comerciantes sem escrúpulos». Em 1890, esta política de embargo de armamento recebeu novo ímpeto com as declarações da Conferência de Bruxelas deste ano, que baniam a venda de armas e pólvora aos africanos. Com os resultados «favoráveis» das campanhas de “pacificação” de 1913-15, os portugueses sentiram-se fortes o suficiente para reforçar a interdição e fazer cumprir as suas estipulações.

Obviamente, privando os chamados “rebeldes” de acesso ao abastecimento de armas e munições aumentava a sua desvantagem, visto que as reservas a decrescer não podiam ser facilmente reabastecidas.

Privados de metralhadoras e espingardas modernas, para não mencionar artilharia ligeira, os bijagós tiveram de enfrentar os invasores com armas tradicionais.

A enorme desvantagem das armas tradicionais face às metralhadoras e canhões é bastante evidente. Todavia, de grande desvantagem era também a espingarda de carregar pela boca, a famosa *longa*, que exigia muito tempo para carregar depois de cada disparo.

Portanto, dadas as tremendas desvantagens que pesavam fortemente contra este povo desafiador, a vitória dos portugueses era talvez inevitável, visto terem a posse exclusiva de armas decisivas.

Mas, apesar das enormes desvantagens, os bem armados portugueses e seus aliados não venceram sempre as batalhas. De facto, as três maiores campanhas de “pacificação” não foram «simples operações de polícia».

Na realidade, o sucesso da resistência dos bijagós assenta precisamente no facto de os portugueses, apesar da sua superioridade técnica, levarem tanto tempo para os conquistar militarmente.

Como resultado da derrota final, o Governador Luís António de Carvalho Veigas, exuberantemente confiante, relatava:

É manifesto que, na actualidade, a soberania portuguesa exerce-se em toda a Guiné e sobre todas as numerosas tribos que a povoam, de maneira efectiva e eficiente.⁽⁴⁵⁾

A afirmação é, de facto, a confirmação oficial de que se havia atingido o objectivo final, a «ocupação efectiva» requerida pela Conferência de Berlim de 1884-85.

Todavia, embora os habitantes do arquipélago dos Bijagós, bem como os da região continental, estivessem agora efectivamente sob o domínio português, isto não significava, obviamente, a sua submissão total.

Sob o punho de ferro da dominação colonial portuguesa, continuaram a resistir à exploração e opressão o melhor que puderam, o que, até ao regresso mais uma vez à confrontação armada (a luta de libertação nacional), implicava resistência passiva.

Durante este período que precedeu a decisão dos nacionalistas de pegarem em armas para se libertarem do colonialismo português, os bijagós e os outros povos do território manifestaram a sua oposição e hostilidade à presença colonial portuguesa de formas diversas; desde o desafio e revolta individual contra o trabalho forçado e os impostos coloniais, até ao protesto colectivo como a destruição de palhotas e a emigração em massa para regiões e territórios vizinhos.

A resistência bijagó à “pacificação” e às duras realidades da dominação colonial portuguesa foi um aspecto integrante da rica tradição de resistência dos povos guineenses.

Esta longa tradição de resistência remonta aos primeiros anos de contacto com os portugueses e não só culminou com a declaração do Estado independente da Guiné-Bissau, em 1973, mas também contribuiria significativamente para a queda da ditadura fascista em Portugal, em 1974, a independência de Cabo Verde, em 1975, e o desmantelamento do Império Colonial Português.

NOTAS

- (1) Tenente-coronel Bello de Almeida, *Meio Século de Lutas no Ultramar: Subsídios para a História das Campanhas do Exército Português de Terra e Mar no seu Império Colonial*, Edição da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1937, p. 121.
- (2) João Barreto, *História da Guiné, 1418-1918*, Edição do Autor, Lisboa, 1938, p. 334.
- (3) Portaria n.º 228 (7 de Novembro de 1903), *Boletim Oficial da Guiné Portuguesa* (BOGP), n.º 45, 7 de Novembro de 1903, pp. 213-215.
- (4) INIC, Pasta 1914, Doc. N.º 147: Secretário Geral do Governo a Administrador do Concelho e Circunscrição Civil de Bolama em Cobrança no Arquipélago dos Bijagós, Bolama, 23 de Março de 1914.
- (5) INIC, Pasta 1915, Doc. n.º 10: Administrador do Concelho e Circunscrição Civil de Bolama à Secretaria Geral do Governo, Bolama, 6 de Março de 1915.
- (6) Preâmbulo, Portaria n.º 177 (16 de Abril de 1917), *BOGP*, n.º 16, 21 de Abril de 1917, p. 133. Este decreto separou da administração de Bolama as ilhas de Bubaque, Canhabaque, Rubane e João Vieira (e os ilhéus em redor destas ilhas), «que constituirão um comando militar independente, com sede provisoriamente na ilha de Bubaque», *Ibid.*
- (7) ANS, 2F13, Doc. n.º 96: Vice-Consul de France a Ministre des Affaires Etrangères, Bissau, 9 de Maio de 1917.
- (8) Portaria n.º 229-A (15 de Maio de 1917), *BOGP*, n.º 23, 9 de Junho de 1917, p. 197.
- (9) A. da Silva Loureiro, *Tributo de Sangue: Monografia das Campanhas Militares para a Ocupação da Guiné, Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa*, Lisboa, 1934, p. 102.
- (10) *Ibid.*
- (11) Tenente-coronel Bello de Almeida, *op. cit.*, p. 138.
- (12) A. da Silva Loureiro, *op. cit.*, p. 102.
- (13) INIC, Pasta 1920, Doc. n.º 320: Administrador a Secretário dos Negócios Indígenas, Abú, 6 de Dezembro de 1920.
- (14) Governador Jorge F. Velez Carozo, “Operações a Canhabaque”, *BOGP*, Suplemento n.º 9, 30 de Junho de 1925, p. 1.
- (15) *Ibid.*
- (16) *Ibid.*, p. 12.
- (17) *Ibid.*, p. 2.

- (18) *Ibid.*, p. 3.
- (19) *Ibid.*
- (20) A. da Silva Loureiro, *op. cit.*, p. 109.
- (21) Governador Jorge F. Velez Carço, “Operações a Canhabaque”, *op. cit.*, p. 6.
- (22) A. da Silva Loureiro, *op. cit.*, p. 109.
- (23) Governador Jorge F. Velez Carço, “Operações a Canhabaque”, *op. cit.*, p. 6.
- (24) *Ibid.*, p. 15.
- (25) *Ibid.*, p. 7.
- (26) *Ibid.*
- (27) Portaria n.º 81 (12 de Maio de 1925), *BOGP*, n.º 21, 23 de Maio de 1925, p. 266.
- (28) Governador Jorge F. Velez Carço, “Operações a Canhabaque”, *op. cit.*, p. 2.
- (29) A. da Silva Loureiro, *op. cit.*, p. 110.
- (30) INIC, Pasta 1927: Eugénio Veloso de Veiga, “Relatório Mensal: Administração da Circunscrição Civil dos Bijagós”, Bubaque, 30 de Novembro de 1927.
- (31) INIC, Pasta 1934: Arrolador a Senhor Administrador da Circunscrição Civil dos Bijagós, Bubaque, 15 de Janeiro de 1934.
- (32) Portaria n.º 22 (25 de Março de 1935), *BOGP*, n.º 12, 25 de Março de 1935, p. 139.
- (33) *Ibid.*
- (34) Citado por Capitão Augusto Casimiro, “A Ocupação Militar da Guiné” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Editorial Ática, Lisboa, 1941, p. 310.
- (35) Citado por Governador Luís António de Carvalho Viegas, *Guiné Portuguesa*, vol. II, Severo Freitas Mega & Companhia, Lisboa, 1939, p. 26.
- (36) Capitão Sinel de Cordes, Chefe da Repartição Militar, citado por Governador Luís António de Carvalho Viegas, *ibid.*, p. 27.
- (37) Governador Luís António de Carvalho Viegas, *ibid.*, p. 28.
- (38) *Ibid.*, p. 158.
- (39) *Ibid.*, p. 30.
- (40) *Ibid.*, p. 32.

- (41) *Ibid.*, p. 31.
- (42) *Ibid.*, p. 33.
- (43) *Ibid.*, p. 36.
- (44) Portaria n.º 22 (25 de Março de 1925), *op. cit.*, p. 140.
- (45) Governador Luís António de Carvalho Viegas, *op. cit.*, p. 168.
- (46) Governador Luís António de Carvalho Viegas, *Guiné Portuguesa*, Vol. I, Severo Freitas Mega & Companhia, Lisboa, 1936, p. 38.

ASPECTOS DA VIDA SOCIAL DOS MANCANHAS: A CERIMÓNIA DO ULÉM

O Ulém é uma cerimónia anual e é organizada nos últimos dias de Fevereiro. Segundo afirmam os anciãos, o Ulém deve ter lugar de forma a que três dias após a sua realização surja a lua nova.

Mamadú JAO

Introdução

A prática de cerimónias ocupa um lugar de extrema importância no dia-a-dia da vida das sociedades que, por falta de um termo mais adequado de momento, designaremos de tradicionais.

O povo mancanha (norte da Guiné-Bissau) não escapa a esta regra.

Todos os anos, um número considerável de ritos ou cerimónias da mais variada índole são feitas pelos membros dessa etnia.

Estas cerimónias podem ser organizadas principalmente a três níveis: a nível de toda a comunidade, a nível da morança e a título individual. O Ulém faz parte deste último tipo, não obstante as particularidades que o diferenciam das restantes cerimónias.

Uma das particularidades do Ulém ⁽¹⁾ consiste no facto de ser uma cerimónia destinada exclusivamente ao *psi*, ou seja, ao régulo, o que faz com que ela figure entre as cerimónias mais importantes da comunidade tradicional mancanha.

O porquê da organização do *Ulém*

A tradição dos Mancanhas estabelece que é dever de cada mulher organizar e responsabilizar-se pela realização de uma cerimónia destinada ao seu marido logo após a morte deste. A cerimónia do *Ulém* pode ser enquadrada dentro deste contexto, embora possua determinadas características que a diferenciam de todas as restantes, conforme fora dito anteriormente. Entre essas características pode-se citar duas importantes: primeiro, trata-se de uma cerimónia destinada exclusivamente ao *psi* ou régulo e segundo, enquanto para os homens «vulgares» esta cerimónia é efectuada só depois da sua morte, para o *psi* o *Ulém* constitui uma cerimónia pré-mortuária, tendo ela que ser organizada anualmente por cada uma das suas mulheres.

A cerimónia fúnebre destinada aos homens vulgares recebe o nome de *katasa*, termo que designa igualmente um dos ritos de iniciação dos mancanhas. Nesta última acepção, *katasa* representa uma cerimónia, por assim dizer, de promoção social, na medida em que ela visa a transição dos indivíduos para a fase de adulto social ⁽²⁾. No sentido utilizado neste trabalho, *katasa* representa a cerimónia que no caso do régulo recebe o nome de *Ulém*.

Período de organização

O *Ulém* é uma cerimónia anual e é organizada nos últimos dias de Fevereiro.

Segundo afirmam os anciãos, o *Ulém* deve ter lugar de forma a que três dias após a sua realização surja a lua nova.

A cerimónia em si compreende três fases principais e dura ao todo três dias, cabendo um dia a cada uma dessas fases.

Ao primeiro dia, correspondente à primeira fase, é dado o nome de *Udam*, isto é, «bebida» («dia das bebidas»). A segunda fase decorre durante o segundo dia e é denominada *Udgep*, que significa «comida» («dia das comidas»). A terceira fase, que compreende o terceiro e último dia da cerimónia, recebe o nome de *Pdje insai*, que pode ser traduzido como o dia de homenagem e de reconhecimento aos irãs existentes na zona.

Em obras de muitos autores foram já patenteados os laços de parentesco que ligaram e continuam ainda a ligar, em muitos aspectos, as três etnias que habitam o norte da Guiné-Bissau (Pepéis, Manjacos e Man-

canhas).⁽³⁾ O facto, aliás, pode ser confirmado ainda hoje através de diversas práticas sócio-culturais dos três grupos.

De facto os Pepéis continuam a desempenhar um papel importantíssimo em algumas esferas da vida social dos Mancanhas, sendo a cerimónia do *Ulém* um desses momentos em que a participação dos Pepéis não só se torna necessária mas ao mesmo tempo indispensável, constituindo mesmo uma condição *sine qua non* para a sua realização. Referimo-nos por exemplo ao caso do tocador de tambor, que necessariamente tem que ser um homem pepel. A recusa de este em participar no *Ulém* implica, segundo afirmaram os próprios Mancanhas, o adiamento da cerimónia, o que constitui um comportamento indesejável para toda a comunidade mancanha. Isso torna-se evidente se se tiver em linha de conta que é precisamente durante a realização do *Ulém* que o *psi* tem a oportunidade de dirigir os seus gestos de reconhecimento aos irás existentes no seu território pedindo-lhes, entre outras coisas, o seu bem-estar pessoal, o da sua família e o de toda a comunidade mancanha, quer dos residentes no território do regulado, quer dos ausentes que se encontram no país ou no estrangeiro.

Para sublinhar a importância que os Mancanhas dão a esta cerimónia, basta dizer que há pessoas que se deslocam mesmo do Senegal e de outras partes onde se encontram emigrantes mancanhas para virem assistir à cerimónia do *Ulém* em Bula.

Tendo tudo isso em conta, o tocador de tambor é recebido e tratado com a maior consideração durante a sua estadia na terra dos Mancanhas, conforme veremos em seguida.

A recepção do tocador de tambor

Um dia antes do início da cerimónia, é enviada uma delegação constituída por duas altas individualidades. Elas são escolhidas entre as pessoas mais próximas do *psi*, ou seja entre os *bandjandjans* ou *bandjanhãs*⁽⁴⁾, conhecidos também pelo nome de «chapéus vermelhos», os quais se deslocam ao chão dos Pepéis com o objectivo de irem buscar o tocador de tambor. No dia seguinte regressam com o tocador de tambor, mais um ou dois indivíduos pepéis que o acompanham. Nesse dia, de manhã cedo, é tarefa do *N' sughã*⁽⁵⁾ mais próximo da fronteira por onde entra a delegação, preparar a primeira recepção do tocador de tambor e da sua comitiva. No caso de Bula, essa tarefa cabe ao *N' sughã* de Kaluco, uma tabanca situada entre Mato Dingal e Dingal, a caminho de João

Landim. A cerimónia dessa primeira recepção é feita debaixo de um poilão⁽⁶⁾ grande situado não muito longe da tabanca. Ali é sacrificada uma cabra em honra do ilustre hóspede. É também preparada uma comida, e só depois de tomada a refeição é que o tocador de tambor prossegue viagem em direcção ao *N' sughã* seguinte, o de Dingal, onde será recebido da mesma forma.

É de salientar que cada uma dessas refeições é acompanhada de um abundante consumo de bebidas alcoólicas (vinho de palma, sobretudo).

O *N' sughã* de Dingal recebe os hóspedes igualmente debaixo de um poilão que se encontra situado nos arredores da tabanca. A partir do momento que a delegação for recebida pelo *N' sughã* de Dingal, o *N' sughã* de Kaluco abandona o grupo, regressando para a sua tabanca. A delegação passará então a ser integrada pelo *N' sughã* de Dingal, que a acompanhará até ao lugar do último encontro antes da entrada da delegação em Fei, lugar onde se encontra o soberano máximo. Este último encontro tem lugar junto ao Kamon (antigo lugar onde era organizada a feira tradicional de Bula), lugar conhecido hoje como «Rotunda de Bula».

Cada um desses lugares de encontro é considerado sagrado e por isso, durante o tempo que a delegação permanecer em cada um deles, são feitas pequenas cerimónias do estilo «darma tchon». Esta última consiste, entre outras coisas, no lançamento de pequenas quantidades de aguardente no chão, sendo depois consumida uma outra parte. No caso do *Ulém* todos estes actos são sempre acompanhados de um tocar ininterrupto do tambor e de danças dos participantes.

Depois de abandonar o Kamon, a delegação segue directamente para Fei. Ao chegar junto ao regulado, entram e dirigem-se para uma palhota localizada no centro da morança, denominada «ba bisum» («palhota dos fidalgos»), onde são recebidos pelo *psi*. Ali permanecem todo o resto da tarde e dormem até ao dia seguinte, ou seja, o dia de *Udjep* (comidas). Da mesma forma como aconteceu até aí, o régulo deve pôr imediatamente à disposição dos hóspedes uma cabra para o seu jantar. É de registar que, ao longo de todo o período de realização do *Ulém*, não se vê as pessoas sacrificarem outro tipo de animais senão cabras, à diferença do que se pode notar em muitas outras cerimónias, como por exemplo nos choros, onde o abate de gado bovino e porcino é muito mais frequente. Isso pode ser explicado pela própria importância que os Mancanhas dão à cabra. O seu coró é considerado sagrado, sendo utilizado só em ocasiões muito particulares, como no caso do *katasa* — o rito de iniciação mais importante do grupo.

Ao anoitecer começa o ambiente de festa, que prossegue durante toda a noite até ao alvorecer da madrugada, altura em que o peso do cansaço de toda uma noite em branco obriga a grande maioria das pessoas a caírem num sono profundo, mas muito curto, dado que já por volta das sete da manhã todo o mundo está em pé para dar continuidade à festa. Ao amanhecer, termina a primeira fase de cerimónia de *Udam* e dá-se início à segunda (*Udjep*).

Udam

Uma das particularidades da cerimónia do *Ulém* é o consumo excessivo de bebidas alcoólicas. O ambiente do *Ulém* é caracterizado sobretudo pelo facto de todos, independentemente do sexo e da idade (sendo esta última uma característica mais dos tempos modernos, muitas das vezes reprovada pelos mais velhos) consumirem descontroladamente tudo o que lhes aparece pela frente e que contenha álcool. O dia de *Udam* (dia de bebidas) constitui o ponto culminante dessa situação, o que aliás é bem ilustrado pelo que nos fora dito por um dos homens grandes mancanhas nesse mesmo dia em Bula: «Aós i dia ku nô ta tchami tok nô ka ta sibi mas di fasi... » (Hoje é o dia em que nos vamos embebedar até não sabermos mais que fazer...).

A concentração das pessoas começa no período da tarde, por volta das 15 horas. As pessoas podem aparecer individualmente ou de forma colectiva. O mais importante e mesmo indispensável é que cada um traga consigo uma quantidade suficiente de vinho que possa consumir com os amigos durante o tempo que irá permanecer na cerimónia. Conforme vão chegando, começam a organizar-se em grupos, altura em que começa também a bebedeira. Um dos critérios para a organização dos referidos grupos tem a ver com aquilo que os próprios mancanhas denominam «societé». Sobre este tipo de organizações iremos tratar mais abaixo.

A fase do *Udam* continua assim até ao amanhecer do Sol, com canções, danças e tocar do tambor, tudo isso acompanhado de bebedeiras e divertimentos em grande escala.

Udjep

O segundo dia da cerimónia é considerado o dia de *Udjep*, ou seja de comida.

Dias antes do início da cerimónia, as mulheres do *psi*, com excepção da *namaka* — a primeira esposa ou dona de casa — e da *nambam*, a mulher mais nova, abandonam as suas palhotas seguindo para junto dos seus pais. Esta deslocação tem por finalidade receberem apoio dos seus familiares com vista a poderem organizar condignamente o *Ulém*. O dia de maior responsabilidade para elas é o de *Udjep*.

De acordo com os nossos informantes, a cada uma das mulheres do régulo (que são cerca de uma dezena neste momento) cabe preparar uma comida de entre 50 a 100 kg de arroz (constituindo o arroz uma inovação, na medida em que antigamente preparava-se essa comida com milho preto), para além de uma quantidade considerável de óleo de palma e leite (antigamente de vaca — leite *dormido* — e hoje, pela insuficiência desse, preparado a partir do leite adquirido no mercado).

Essas comidas deverão ser expostas junto à batente da porta de cada uma dessas mulheres. Depois disso, inicia-se a fase da visita do régulo. Este deverá percorrer todas as casas e ver a fim de avaliar o trabalho feito por cada uma das suas mulheres. Um dos critérios para a avaliação dessas comidas tem a ver com a quantidade de leite e de óleo de palma expostos em cima da comida.

Nesta visita, o *psi* é acompanhado pelos *bandjandjans*, pela sua *namaka* e também pela *nambam*.

Depois de o régulo ter feito essas visitas de cortesia e de avaliação, as comidas são postas primeiramente à disposição dos familiares mais próximos do régulo, para estes efectuarem o chamado *plik biem*, isto é, saborear a parte mais gorda da comida, após o qual a comida é entregue a todos os presentes, com excepção das comidas da *namaka* e da *nambam*, que não devem ser expostas à vista da comunidade.

Padje Insai

O terceiro e último dia da cerimónia é destinado à prestação de homenagem e reconhecimento aos espíritos sagrados (irãs). A essa terceira fase do *Ulém* é dado o nome de *Pdje insai*.

Neste dia, o *psi*, acompanhado da *namaka*, da *nambam*, dos *bandjandjans*, do tocador de tambor e de todos os presentes que o quiserem fazer, faz uma incursão de muitas horas visitando todos os lugares sagrados situados nos arredores do regulado. Em cada um desses lugares são feitas pequenas cerimónias de «*darma tchon*» — às vezes denomina-das também «*darma irã*».

É nessa altura que o *psi* dirige os seus pedidos aos espíritos sagrados. Após esta longa incursão regressam, fazendo o último «darma irã» logo à entrada do regulado, junto de uma pedra sagrada aí situada. Esse último lançamento é feito por um dos *bandjandjans*, pondo assim fim à cerimónia do *Ulém*.

Para terminar, vamos tentar descrever resumidamente as «novas» formas de organização comunitária dos Mancanhas e alguns aspectos das suas funções, conforme anunciámos mais acima. Referimo-nos às «societé».

As «societé»

As «societé» (termo importado do Senegal mas que acabou por entrar no léxico dos Mancanhas) são um tipo de organizações comunitárias que se podem encontrar actualmente nas comunidades mancanhas tanto na cidade como no campo.

Muito parecidas com as organizações do tipo «mandjuandade», as «societé» têm como objectivo principal encontrar soluções para os problemas sociais que afectam a sociedade mancanha.

Da mesma forma como a natureza dos problemas difere entre o campo e a cidade, assim também se notam diferenças tanto nos objectivos como na base da organização das societés camponesas e urbanas. No campo, o problema principal diz respeito à organização e execução do trabalho agrícola, enquanto na cidade as actividades das «societé» estão mais viradas para a solução de problemas sócio-culturais (choros, etc.).

Em relação à base organizativa, as «societé» camponesas estão baseadas mais nas classes de idade, enquanto que as «societé» urbanas dispensam esse critério, não outorgando na adesão qualquer prioridade ao factor idade. Por exemplo, as «societé» mancanhas existentes em Bissau são organizadas sobretudo na base do bairro (Míssira, N'ghala, etc.).

No campo encontramos mais jovens nas «societé» (porque constituem a força física principal). Na cidade os membros das «societé» são normalmente pessoas de idade mais avançada (são os que se defrontam mais com problemas de ordem sócio-cultural).

Poder-se-ia colocar a seguinte questão: Não serão essas «societé» (sobretudo as urbanas) uma forma colectiva de atenuar os gravíssimos problemas que assolam as populações urbanas face à situação de crise económica em que vivem? Porque senão vejamos quanto custaria a uma

pessoa isolada organizar sózinha uma cerimónia fúnebre — um choro — , que sabemos ser um acto que implica custos elevadíssimos. A este respeito tivemos uma entrevista com um membro de uma das «société» em Bissau (Bairro de Míssira), que nos disse: «Sempre que um militante nosso tem que organizar uma cerimónia (choro, etc.), os custos são suportados por todos os membros do colectivo. Essa pessoa deverá apenas apresentar as suas necessidades em custos ao presidente do colectivo, este por sua vez verá quanto irá caber a cada membro e nessa base é feita a quotização e assim sucessivamente...»

Ainda em termos de diferenças nota-se o seguinte entre as «société» rurais e urbanas: nas primeiras encontramos geralmente só indivíduos do sexo masculino, enquanto que nas urbanas o mais comum é a existência de indivíduos de ambos os sexos.

Certamente não é tudo o que se podia dizer sobre este interessante fenómeno, sobre o qual não se fez ainda, ao que sabemos, nenhuma investigação. Mas o nosso objectivo aqui não é tratar em pormenor as «société» mancanhas contemporâneas, mas sim despertar a atenção dos investigadores para uma área, quanto a nós, de grande interesse não só do ponto de vista académico mas também do ponto de vista do quotidiano que se vive actualmente na Guiné-Bissau.

NOTAS

- (1) Na sua tradução literal para crioulo, segundo os Mancanhas, *Ulém quer dizer "tarbadju"* (*trabalho em português*).
- (2) O conceito de adulto aqui não é determinado pela idade do indivíduo. Alguém pode em termos de idade ser um indivíduo adulto, mas do ponto de vista social será considerado criança enquanto não cumprir com o *katasa*.
- (3) Para mais informações veja-se Jao, M., «Estrutura "política" e relações de poder entre os Brames ou Mancanhas», Soronda, 8, INEP, 1989.
- (4) Conselheiros que asseguram a defesa espiritual do régulo.
- (5) Representantes do régulo nas diferentes áreas do território do regulado. Apesar de dependerem das decisões do régulo central, desfrutam de uma certa autonomia.
- (6) *Ceiba Pentandra, Eriodendrum Anfractuosum* (crioulo *polon*).

KASISAS: MARGINAIS DESTES E DO OUTRO MUNDO

Que pode significar que tu, corpo morto, venhas novamente, coberto de aço, passear à luz da Lua, enchendo a noite de pavor? E nós, pobres joguetes da Natureza, temos de estremecer no nosso íntimo, agitado por pensamentos que excedem o alcance das nossas almas? Para quê? Que devemos fazer?

Hamlet ao Espectro, Primeiro Acto, IV

Teresa MONTENEGRO

Imaginário colectivo, mitologia, ideologia, cultura, constituem diferentes nomes de um mesmo cenário em que se criam e desenvolvem seres que não são homens nem deuses, tendo como pano de fundo a relação do homem com o mundo e, em primeiro plano, as relações entre os vivos e os mortos.

Nesta geografia sem limites que ocupa tudo e todos, eles, os fantasmas, vagueiam sem constrangimentos, sem precisarem de transportes nem de documentos de identidade, atravessando portas fechadas ou matas impenetráveis, e no entanto sujeitos sempre a uma condição impossível de dispensar: a capacidade de os vivos lhes reconhecerem a existência.

De formas fugazes e cambiantes, por vezes emprestam entre si os nomes ou as características, dependentes como estão dos seus donos e das inumeráveis viagens ao longo dos tempos em que estes os carregam consigo, repartindo-se por ilhas e continentes e ao mesmo tempo nunca se separando deles.

É de alguns destes personagens que se tenta dar conta aqui, fixados num momento do seu deambular pela Guiné-Bissau. Sem ordem de aparição, necessariamente incompletos por via de relatos dispersos, desfilam brevemente *kasisa*, *difuntu*, *fidalgu*, *jifrafro*, *fenkotó*, *ojinja*, *kaxinxá*. As suas figuras levam a evocar outras que se lhes aparentam, surgidas em registos escritos vindos doutras épocas e doutras latitudes e que constituem, por assim dizer, notas genealógicas de um parentesco que aqui apenas se esboça mas que torna visível o relevo da componente africana nos vários processos de miscigenação gerados a partir da escravatura e o tráfico atlântico. Por fim são referidas as condições da vida e da morte, e a relação que une *kasisas* e transgressores e que dá nome a este artigo.

Kasisa

Cada cultura, a par da língua, da música, das canções ou da maneira de lidar com a morte, cria e desenvolve os seus próprios fantasmas. No principal espaço de comunicação inter-linguística da Guiné-Bissau, o crioulo, têm expressão em maior ou menor medida, elementos provenientes das culturas de todos quantos o utilizam quer como língua materna, quer como língua de contacto. Acompanhando a circulação do crioulo, um fantasma ora rural ora urbano, vindo do mato ou do cemitério, vagueia implorando os cuidados que os vivos lhe negaram por esquecimento ou castigo: a *kasisa*.

As descrições do aspecto de um *kasisa* divergem de um protagonista para outro, não apenas pontualmente, como seria natural dada a solidão e o carácter fortemente subjectivo da experiência, mas globalmente, abrangendo na mesma designação formas diversas. Assim, existiria um conceito genérico e um conceito restrito de *kasisa*. Genericamente, ele designaria qualquer fantasma. Em sentido restrito, e de acordo com a descrição mais unânime, o *kasisa* apresenta-se como um cadáver vivente, um morto que abandonou o túmulo a meio do processo de decomposição, com um lado do corpo a apodrecer, sem pele, os olhos sem pálpebras, a carne corrupta a emitir um forte cheiro a putrefacção, os pés virados ao contrário, o olhar vesgo. Faminto do corpo e da alma, implora alimentos e orações, suplica por paz e repouso. A voz é nasalada e monocorde, sem tonalidades, e a fala mal articulada.

O encontro com um *kasisa* pode dar-se a qualquer momento, de dia ou de noite, no mato ou na proximidade das casas. Numa aldeia macanha,

«As mulheres iam a caminho da fonte buscar água. De repente foram surpreendidas por uma voz que suplicava pedindo algo para comer. Assustadas, deixaram cair os potes de água e voltaram à tabanca para contar o sucedido. Os homens partiram em busca da sinistra figura para a afastar do local e acabar com o pânico das mulheres e crianças. Os familiares do homem metamorfoseado ficaram envergonhados e recusam falar sobre o caso, pois só se transformam em *kasisa* aqueles que foram feiticeiros e pecadores em vida.»⁽¹⁾

Variando de língua para língua, a alma-do-outro mundo é designada em macanha *jurté* e em balanta *auin*, sendo descrita em fula como «morto que não encontrou o bem no outro mundo» (*maidó mbo modja naaka to la kara*). A designação mais difundida por via do crioulo, *kasisa*, encontra a sua origem numa expressão portuguesa hoje caída em desuso, porventura ainda vigente no interior do norte de Portugal: *cachicha!*, “interjeição de nojo e repugnância”⁽²⁾.

Difuntu, fidalgu

De aparência menos antropomórfica, o *difuntu*, um outro fantasma largamente difundido e que também é por vezes referido como *kasisa*, surge como uma sombra branca dotada da faculdade de crescer na vertical perante os olhos da testemunha. Descrição semelhante merece o chamado *fidalgú*: «muito alto, comprido até ao céu. As vezes se se vê faz febre». Eis o registo de um encontro com um *difuntu*:

«*La eu a caminhar à noite, estava muito escuro, de repente vejo à distância, numa árvore, uma pequena figura branca à minha frente. Continuo a caminhar, ela começa a crescer. E quanto mais eu me aproximava, mais ela crescia, crescia, até ficar finíssima, pior / mais alta/ que a própria árvore. Fiquei muito assustado, mas não havia nada a fazer. Então eu disse-lhe: Bu ka odjan, n ka odjau (“Não me viste, não te vi”), e segui sem olhar para ela.*»⁽³⁾

Da dimensão das viagens desta figura valham como sugestões dois trechos de proveniências diferentes na geografia mas ligados pela miscigenação que lhes é comum: Cabo Verde e Brasil. «Um dos medos mais generalizados no arquipélago», escreve Baltasar Lopes, «concebe-se como uma figura alta e esgalgada, que só sabe andar em linha recta... Tem a faculdade de crescer e minguar, e dizem que resulta da alma de sete

escrivães.»⁽⁴⁾ «Entre os africanos que viviam no Brasil no séc. XIX e princípios do XX», refere Luís de Câmara Cascudo, «falava-se em *Gunucô*, que tinha a mania de aparecer num bamburral, estirando-se como um coqueiro e minguando como um pé de coentro.»⁽⁵⁾

A primeira chama-se *capotona* e é caboverdiana. O segundo é conhecido no Brasil como *cresce-e-míngua*. Transportados na origem pelos seus donos, sem ocupar espaço nos porões, viriam a obter carta de cidadania além-mar por várias gerações.

Jifrafro

No limiar deste século, em 1900, o cónego guineense Marcelino Marques de Barros fala de uma terra de ninguém onde teria origem mais uma figura de aparecido: o *jifrafro*. Embora o defina como lobishomem, esta última designação é a mesma que utiliza para *kasisa* no seu dicionário de crioulo⁽⁶⁾. Do mesmo modo, atribui ao termo origem pepel, enquanto o descreve entre os Cassangas. O texto vale bem a pena ser reproduzido na íntegra:

«Entre as obscuras tribos Cassangas que habitam as margens de S. Domingos, talvez por serem mais civilizadas, admitem o duello de sangue e morte, com tanto que o terreno onde se dirimam pleitos d'essa natureza, se encontre fóra da influencia e jurisdicção dos homens e dos deuses (!). Por isso, é costume abrirem um poço para onde os contendores, amarrados pela cintura com uma corda, descem, levando facas atravessadas nos dentes.

Chegados ao fundo, d'onde se não pôde fugir — arremettem furiosos, batem-se e cosem-se á facada que é uma belleza!

*O vencedor — é içado para fóra do poço que ficou lavado em sangue!
E o vencido — é abandonado á sua sorte por não pertencer ao mundo dos vivos nem ao império dos mortos. (!)*

Um dia, o duelista preceito, aparecerá á media noite transformado n'um lobishomem — loup-garou — soltando espantosos gritos: aaaaaaaaaaaaaaaaaa mánh!

E' então — que as mães dizem muito baixinho n'um dialogo:

— Ouvistes, filho?!...

— Ouvi!

— E' o jifráfro!»⁽⁷⁾

Fenkotó

Embora mais raramente, por vezes é referido como *kasisa* um personagem descrito como anão, macrocéfalo e opistópodo, isto é, de pés virados ao contrário, calcanhar para a frente. Trata-se do *fenkotó*.

O nome denuncia-lhe a origem: “coisa velha” ou “coisa que está por baixo”, em mandinga.

Também habitante de uma geografia que transcende em muito as fronteiras da Guiné-Bissau — o espaço mandinga —, *ofenkotó* ingressou na cultura crioula mantendo sensivelmente as mesmas características que a sua presença reveste entre Fulas, Malinkés e Bambarás: anão, cabeça grande, pés ao contrário. É dono de uma voz nasalada — fanhosa — e costuma ser autor de tropelias muito precisas tais como propor aos bêbados um jogo de caroladas⁽⁸⁾ de que estes saem sempre mal parados — provavelmente como castigo por transgredirem a abstinência que estipulam os preceitos corânicos — ou consumir o tabaco de cheirar aos seus donos sem ser convidado.

Alguém ainda criança no tempo da luta da libertação nacional, de passagem num acampamento de guerrilheiros rumo à escola-piloto de Conakry, descreve sinais da sua presença, desta vez em grupo:

«Aconteceu durante a luta armada, dormíamos nas tendas. Durante o dia procurávamos lenhas para cozer. E à noite quando entrávamos nas tendas, os fenkotós vinham e metiam no fogo todas as lenhas e ficavam lá a aquecer para acabar com o frio. Falavam, falavam lá fora, não percebíamos nada do que falavam. Se alguém gritar ou fazer barulho, fogem logo. Depois andam na cozinha à procura de kemadu⁽⁹⁾ para comerem.

Os fenkotós são restos dos homens primitivos, menos evoluídos, que ficaram nas matas, nas florestas.»⁽¹⁰⁾

Embora um encontro com um *fenkotó* seja mais provável no mato, existem igualmente referências orais da sua circulação pelos centros urbanos. Numa ocasião, antes da independência, teria sido preso em Bolama pela tropa colonial portuguesa. Tomado de grande tristeza, recusou-se a comer e a beber durante muito tempo, e um dia, sem ninguém saber como, desapareceu⁽¹¹⁾. Aproveitando bem o habitat urbano - *kriston* — «onde há buganvílias há cristãos» —, em Bolama o *fenkotó* depois de bater nas suas vítimas atira-as para o cimo das buganvílias que recobrem os muros das casas, para se ferirem nos picos dos ramos⁽¹²⁾.

Um pouco mais longe, entre os Bambarás, os seus parentes, os *wokluo*, manifestam hábitos semelhantes: «*Ils rôdent autour des habitations et visitent les cuisines pour y chercher de la nourriture. Ils se rencontrent à chaque instant avec les revenants du village, poussées par les mêmes curiosités et des besoins analogues. Pour éviter que les uns et les autres ne souillent le liquide contenu dans les jarres, les ménagères ne puisent plus de l'eau après le coucher du soleil, elles couvrent leurs poteries, leurs marmites et mettent leurs provisions à l'abri.*»⁽¹³⁾

Tal como os *woklu-o*, os *fenkotós* «andam à noite na cozinha à procura de *kemadu* para comerem». A forma *woklu-o* traduz igualmente ideias análogas às que se associam à figura do *fenkotó*: “detido no seu crescimento», “expulso do ventre antes de tempo”⁽¹⁴⁾ isto é, *anão e fetó* — corpo pequeno, cabeça grande.

A estreitez do parentesco é reforçada pela seguinte descrição do *woklu-o*: «*un petit être à grosse tête et à longs cheveux, dont les ongles sont si longs qu'on dirait des cornes de chèvres; il a les pieds retournées, le talon dirigé en avant. Il n'est pas essentiellement mauvais, mais on en a vu s'acharner contre certaines personnes, et les frapper...*»⁽¹⁵⁾ «*Les enfants peuvent être maltraités par les petits dieux, aussi ne les fait-on jamais sortir dehors la nuit tombée, les woklo-u en feraient autant et les enfants seraient malades; s'il faut les faire sortir, leur parents, les coiffent d'un bonnet pour amorcir les coups que les petits dieux pourraient leur porter sur la tête en jouant.*»⁽¹⁶⁾

As analogias não se detêm aqui. Se passarmos mais uma vez para o outro lado do Atlântico, novos sinais aparecem. Diz Gilberto Freyre, ao evocar os «horrorosos medos» que povoam a vida das crianças e adultos do Brasil colonial: «Eram monstros que hoje não se sabe bem o que seriam: os guaiazús, os coruqueamás, os mairitús, (*homens de pés para trás*)...»⁽¹⁷⁾. «Novos medos trazidos da África, ou assimilados dos índios pelos colonos brancos e pelos negros, juntaram-se aos portugueses da coca, do papão... No mato, o saci-pereré, o caipora, o *homem de pés às avessas*...»⁽¹⁸⁾.

Está-se, lá como cá, perante a crioulização do imaginário colectivo. Lufs da Câmara Cascudo permite acompanhar mais de perto este jogo complexo quando descreve o chamado *corupira*: «um anão, cabeleira rubra, pés ao inverso, calcanhares para a frente». Considerado mito comum aos tupis-guaranis, habita a floresta amazónica, é protector da caça e costuma bater em quem encontra. As mais antigas referências remontam a 1560 e são da autoria de José de Anchieta: «É cousa sabida e pela boca de todos corre que há certos demónios a que os Brasis chamam

corupira, que acometem aos índios muitas vezes no mato, dão-lhes de açoites, machucam-nos e matam-nos.»⁽¹⁹⁾

Embora nesta descrição o *corupira* não seja ainda opistópodo, acompanhando o processo de miscigenação brasileira, virá a sê-lo: «Do ser informe e sinistro que Anchieta registou, passa a ter os pés invertidos... Varia de tamanho, corpo e membros... Tem quatro palmos de altura em Santarém; é calvo, com o corpo cabeludo, no Rio Negro; com dentes azuis ou verdes e orelhudo, no rio Solimões, sempre com os pés voltados para trás... Faz contratos com os caçadores, dando-lhes armas infalíveis, a troco de alimentos sem pimenta ou alho, que abomina...»⁽²⁰⁾.

Na Guiné-Bissau o *fenkotó* gosta de tabaco e também abomina o picante.

Se o *woklu-o* é referido como deus entre os Bambarás e para o Padre Anchieta o *corupira* é um demónio, na Guiné o *fenkotó* faz a síntese quando é também definido como «*iran* que não é *iran* perfeito»⁽²¹⁾. Nem deus nem homem. Na terminologia cristã, um anjo caído, ao modo de Luzbel.

Um último trecho, da autoria do cónego guineense Marcelino Marques de Barros, acrescenta novas nuances à imagem calcioscópica em que se reflectem reunidos, sem nunca coincidirem completamente, o *woklu-o*, o *corupira* e o *fenkotó*: «o tom avermelhado do cabelo tem o quer que é de feitiço por que, segundo os «saibos» ou sábios... a côr distintiva do *Iran*, das Ginas ou Genios, é positivamente ruiva; e também porque os primeiros homens, os homens primitivos (*fen-cotó*) eram todos dessa côr: e além disso... muito baixos, quasi anões atarracados, de braços longos, calcaneo enorme e exaggeradamente desenvolvido. E a acrescentar: tartamudo, e posição erecta... O mais bonito é affirmarem que o tal homem ou animal ainda existe com os nomes suggestivos de *Fencotó* e *Condoron*; e noutras partes, com os nomes de *Cudéne* e mourosinho encantado, sempre de barretinho vermelho (a cabelleira! Na Africa o barrete é substituído por uma cabaça, isto é, a mesma cabelleira imensa, *fleurie*.»⁽²²⁾

Os dicionários editados meio século mais tarde pelo Departamento de Pesquisa do Gabinete Colonial inglês na Gâmbia confirmam a circulação de *condoron* na língua mandinga do Upper River com o significado de anão mítico e opistópodo («*a mythical dwarf with feet back to front*») ⁽²³⁾ e também em *wolof*, salientando a longitude dos cabelos («*a dwarf with long hair and feet back to front*») ⁽²⁴⁾.

Almas penadas

As almas errantes do outro lado do mar, no Brasil, aparecem em registo escrito no grupo dos «medos», ao lado do olharapos, da cocaloba, da farranca, da Maria-da-manta, do trango-mango, do homem-das-sete-dentaduras. Diz Gilberto Freyre: «De noite, as almas penadas. Nunca faltavam: vinham lambuzar de «mingau das almas» o rosto dos meninos. Por isso menino nenhum devia deixar de lavar o rosto ou de tomar banho logo de manhã cedo. Um outro grande perigo: andar o menino na rua fora de horas. Fantasmas vestidos de branco, que aumentavam de tamanho — os «cresce-e-mingua» —, eram muito capazes de aparecer ao atrevido. Ou então redes mal assombradas de bexiguentos. E havia ainda o papa-figo — homem que comia fígado de menino.»⁽²⁵⁾

Dos hábitos das almas errantes portuguesas, por outro lado, dá conta em princípios deste século José Leite de Vasconcelos. Elas «vagueiam nos arredores das moradias em que habitavam quando unidas aos respectivos corpos. Manifestam-se quase sempre a deshoras, já despedindo ternos lamentos, já soltando gritos raivosos e uivos dilacerantes. Estas últimas são almas de réprobos, que não encontram descanso em parte alguma; as primeiras, essas esperam ainda ingressar na bem-aventurança, para o quê imploram de seus parentes alguma restituição, ou o cumprimento de promessas de que não puderam desempenhar-se. As almas penadas tomam às vezes, de noite, a aparência d'um cão preto, d'um gato da mesma cor, d'um porco, etc. (figuras essas que se desvanecem quando alguém procura atingi-las), denunciando-se também pelo escarcalhar de muros á sua passagem, e por certos estrondos que se ouvem fóra de horas nos aposentos em que morreram pessoas mal reputadas. E' nas trovisqueiras que as almas errantes preferentemente se abrigam; pelo que algumas pessoas fogem de as cortar, como outras evitam cõlher as migalhas da mesa, de que essas almas, dizem, se aproveitam.»⁽²⁶⁾

Migalhas, *kemadu*: o nosso arroz é o pão deles, o pão deles o nosso arroz. Os hábitos alimentares das almas, lá como cá, acompanham os dos vivos. O cão preto mais a sul pode virar crocodilo. Ou bem onça, como entre os Banhuns de Bichangor.

Limaria bidadu

Referido oralmente em crioulo entre os fantasmas, o *limaria bidadu* (“animal transformado”) corresponde à encarnação da alma humana

‘noutros’ animais, com intenções maléficas. Pode assumir a forma de *lubu* (hiena), *lagartu* (crocodilo), serpente, e ainda de *sarampa* (sarampo), «doença invisível que pode ter como portador místico um bode que é deixado nas povoações por alguém mau, ou que aparece por si só». ⁽²⁷⁾

Um caso notável deste tipo parece ser o descrito pelo padre jesuíta Manuel Alvares em 1616, ocorrido numa aldeia banhum:

«Das onças direi um caso notável que sucedeu haverá dez anos em Bichangor à vista de Brancos. Em rompendo a manhã na aldeia, luma onça/ encontrou com ùa mulher ao sair da sua casa, aonde a matou, levando-a a um bosque fora da povoação... Vendo os moradores o sinal do sangue, achando menos a mulher, foram pelo rasto dar com ela na boca do animal que da carne se estava cevando. Com a vista deram volta à aldeia, tocando os bambaloucs de guerra... Acudiu a gente logo em tanta quantidade como se quisera travar algũa guerra. Foram assim todos ao bosque; cercaram-no com as suas armas nas mãos... Trazendo-a morta à aldeia, a puseram em um terreiro, e veio logo o maximin... Depois de estar a onça em ùas andas de pau como um ataúde para a sepultarem, lhe fez o maximin pergunta por um... a que cá chamam jabacouse, que lhe pedia muito de os enganar: que alma era e de quem a trazia em si... «Já que o não quereis declarar nem dizer, peço-vos muito não torneis mais ao mundo transformada em bruto tão mal inclinado e tão voraz da carne humana; quando vos apertarem as saudades de o fazer, seja tomando outro corpo; e quando seja de animal, por nenhum caso seja onça; afeiçoai-vos a outro de melhor índole e mais humano; e para vos moverdes à piedade, vede a perda que recebemos; esta considereis...»⁽²⁸⁾

Ojinja, oboe, kaxinxá

Variando de designação de ilha para ilha, as almas penadas bijagós mantêm-se unidas por um traço comum: o desejo de vingar-se dos seus inimigos. As referências datam de 1930-31, de aquando a estadia do austríaco Ugo Bernatzik no arquipélago. Diz ele, citando o régulo da ilha de Caraxe da altura, que em geral uma alma subsiste tanto tempo quanto existam pessoas vivas que tivessem conhecido o falecido. Assim, uma pessoa morre duas vezes: uma na altura em que é enterrada, e outra quando as pessoas que ainda se lembravam dela deixam de existir. E além da própria alma, também o corpo depois da morte continua a viver. Quando a campa funerária se desmorona, isso significa que também o

corpo abandonou a campa e que a partir daí, sob a forma de *ojinja*, tem o poder de vingar-se dos seus inimigos. Se uma campa que tiver desmoronado for aberta, todos os restos materiais do corpo terão desaparecido, ficando apenas a roupa e os adornos do defunto e os ossos dos animais sacrificados por ocasião da sua morte. O ressuscitado é mortal, vive no mato e vinga-se dos seus inimigos ainda vivos matando membros da sua família. O único meio de fugir a essa vingança consiste em frequentes sacrifícios de vacas e porcos. O rei repetiu várias vezes que a *ojinja* era extremamente perigosa e que muitas vezes só a sua visão era suficiente para matar uma pessoa. Devia-se sobretudo evitar enfrentá-la a sós no mato. ⁽²⁹⁾

Na ilha de Bubaque, ainda segundo Bernatzik, o morto ressuscitado é designado *oboe*, o feiticeiro *obade* e a alma *orobo* ⁽³⁰⁾ (*orobok*). Na ilha de Uno, a alma é designada *abata* e o morto ressuscitado *kaschincha* (*kaxinxá*). Nesta última ilha, quando uma pessoa morre, o nicho funerário é forrado com panos e os objectos que são colocados junto do cadáver incluem, sempre que possível, uma espingarda carregada para que o morto sob a forma de *kaxinxá* se possa vingar melhor. De acordo com o chefe Atudja, quando o morto era um feiticeiro, o seu corpo não era enterrado no nicho funerário dentro da casa familiar mas no mato. Após enterrado o corpo e coberto a campa, o chefe aproximava-se, pegava num punhado de terra da campa e exclamava: «*Abata* (“alma”), abandona campa, fica no mato e nunca mais voltas para a aldeia». ⁽³¹⁾

Mais recentemente, em 1975-76, Luigi Scantamburlo regista que o povo bijagó distingue quatro tipos de almas: *orebok*, *oshó*, *casisa* e *nteni*. A *casisa* é «a alma do feiticeiro, que nunca encontrará o caminho para o *candjoco canede* (lugar onde está o *Nindo* ou Ser Supremo) e cujo lugar é um ponto específico da floresta (o *ancabane*). Estas almas são muito perigosas para os vivos e aparecem principalmente durante a noite ao longo dos caminhos, como línguas de fogo». ⁽³²⁾

O mundo dos espíritos

Nas sociedades africanas tradicionais é-se espírito antes de nascer a habitar um corpo e volta-se a ser espírito quando o corpo desaparece, seca, ou desiste. Os espíritos andam por todo o lado, envolvidos nas muitas coisas que não conseguimos sequer imaginar, circulando e fruindo essa paz infável penosamente atingida após a sua passagem pelas canseiras terrenas. Entes assim, largamente sabedores do que se

passa por cá, dos «comos» e «porquês» que nos agitam, que nos exaltam, que nos tolhem — mas que nos escapam sempre — não podem deixar de nos prestar alguma atenção, a nós que somos tão poucos e tão frágeis. É que eles deixaram por cá amigos, descendentes, questões por resolver. Os espíritos povoam assim tudo e todos, dispersos por toda e nenhuma parte, eles que têm um mundo imenso para habitar e não ocupam espaço.

Neste processo perpétuo que nos excede tão desmesuradamente que não ousamos sequer nomeá-lo e onde a vida e a morte se apresentam como um continuum, o número dos vivos constitui uma minoria. Mais ainda: uma minoria despojada, para não dizer oprimida. Sem as glórias e auréolas de respeito dos antepassados e também sem as esperanças infinitas que já transportam os que estão para nascer.

Alma bom, alma mau

Para fazer parte sem rupturas deste continuum de diversas categorias de seres vivos, os que cá estão e os que já partiram mas que velam por eles e intercedem perante os deuses, é preciso ter uma boa vida e uma boa morte. Assim, enquanto a morte do ancião que levou uma vida plena e justa e procriou em abundância é aceite e dá lugar a grandes cerimónias funerárias, o mesmo não acontece com aquele que morre jovem ou de maneira inesperada, que não chegou a cumprir com as cerimónias de iniciação à vida adulta, que põe termo à própria vida ou à alheia, que morre sem deixar filhos ou como produto de uma agressão. A morte súbita ou por acidente será suspeita e dará lugar ao interrogatório do defunto a fim de determinar o agente que a provocou, procedendo-se ao castigo do autor se este for descoberto.

Uns e outros, estigmatizados por diversas razões e em graus diversos, estão sujeitos a ficar a errar por este mundo transformados em almas penadas, partilhando todos eles uma vida ou uma morte que não se conforma às regras da comunidade, e que encontra o seu expoente máximo no feiticeiro. Aquele que não teve ou não deixou filhos, não terá quem mantenha viva a sua memória nem lhe faça oferendas nem cerimónias que garantam a sua passagem natural para o mundo dos ancestrais. Aquele que morreu em «duello de sangue e morte» ou que pôs termo à própria vida também não terá honras funerárias públicas nem a sua alma alimento, estigmatizados como estão por uma morte violenta. Impedidos igualmente de transitar para o estatuto de ancestral, ficarão a vaguear famintos, assustando e incomodando os vivos.

Se as almas que merecem a homenagem e a atenção constante dos seus parentes intercedem diligentemente junto de espíritos mais poderosos a favor de quem os venera e da sua comunidade, as almas que se vêem desprovidas de oferendas e deferências por injusto esquecimento tornam-se vadias, passando a errar por este mundo entre uivos e lamentos até lhes serem prestadas as cerimónias que lhes trarão paz e repouso. Há ainda aquelas que, não merecendo oferendas nem cerimónias por parte dos vivos em virtude dos graves pecados cometidos, vingam-se deles atirando pedras, batendo-lhes ou mesmo matando-os. São estas almas malfazejas que são identificadas sobretudo como almas de feiticeiros.

Feiticeiros

No contexto das crenças que atribuem a doença e a morte à acção de espíritos malignos, os feiticeiros, considerados os seus principais agentes, são seres indesejados, temidos e detestados. Eles *comem a alma*, isto é, a âni­ma — a vida, em suma. Diz Manuel Alvares em 1616: «E se o pobre enfermo se fina, dizem que os feiticeiros o comeram. Nem morre cá ninguém; o mesmo é cá morrer, que comer: comeram-nos quer dizer mataram-no.»⁽³³⁾

Antigamente, aqueles que fossem declarados feiticeiros pela comunidade eram vendidos como escravos juntamente com toda a sua família, torturados, mortos e, mais ainda, privados da honra das cerimónias fúnebres a que qualquer membro pleno da comunidade tinha direito, ficando insepultos para que os seus cadáveres fossem pasto das feras. Refere Almada no séc. XVI entre os povos da grande Guiné: «Estranham mais que todos os casos os feiticeiros; a estes vendem e a toda a geração, sem ficar até à quarta; e a alguns mandam arrancar os olhos, e deitar outros a leões e onças.»⁽³⁴⁾ «Os feiticeiros matam-nos e cortam-lhes as cabeças, e botam os corpos fora da aldeia aos animais.»⁽³⁵⁾ No séc. XVII, Lemos Coelho regista penas semelhantes na área da actual Guiné-Bissau, entre os Beafadas de Gufnala: «Não tão somente castigaõ ao feiticeiro se não todos os seus parentes da parte de sua may perdem logo a liberdade, e são vendidos por captivos.»⁽³⁶⁾ Também os Bijagós «abominaõ grandemente os feiticeiros aos quais vendem logo ou matão em tendo fama disso.»⁽³⁷⁾

Em 1930-31, Hugo Bernatzik reproduz um diálogo tido em Etikoka (Eticoga), na ilha de Orango Grande, com Nchamachi, um ancião bijagó que fazia parte do séquito da rainha Pampa, em que este declara que a célebre rainha morreu vítima da acção de feitiçaria e reconhece os seus

autores terem sido afogados no mar. ⁽³⁸⁾ Mendes Moreira (1946) descreve as provas a que eram submetidos os suspeitos: «O acusado/ é obrigado/ a atravessar um dos numerosos canais infestados de crocodilos. Se o paciente sai ileso, é porque está inocente... Se é atacado por aqueles anfíbios, mesmo que se salve, é sumariamente suprimido.» ⁽³⁹⁾

O rigor do castigo, ou a vergonha que uma acusação destas comporta, levavam com frequência ao suicídio: «Todo aquele que fôr considerado feiticeiro tem os seus dias contados, pelo que, muitas vezes, não espera que seja justificado pelos seus semelhantes, enforcando-se logo que se sinta execrado, pois caso contrário, é pura e simplesmente enforcado ou degolado.» ⁽⁴⁰⁾

Embora as mudanças sociais tornem inevitável o progressivo esvaziamento do seu poder, ainda hoje o feiticeiro ou o suspeito de feitiçaria é evitado e estigmatizado. Rixas aceras entre acusadores e acusados são frequentes nas tabancas do interior da Guiné — e não só —, chegando por vezes o caso a ser levado ao comité de tabanca, o órgão administrativo local. Pais que perderam vários filhos de curta idade protegem os que lhes restam proibindo-lhes de aproximar-se daqueles vizinhos que eles consideram autores de mortes, e mesmo de brincar com os seus filhos. Os que se sentem lesados exigem do acusado de práticas de feitiçaria o abandono da aldeia. O exílio e a marginalidade, em suma.

Do outro lado do espelho, a imagem do *kasisa* do feiticeiro reflecte uma dupla marginalidade. O mundo dos espíritos recusa-o pelos seus pecados, vedando-lhe a entrada até cumprir a pena que lhe cabe ou condenando-o ao nada — à (des)aparição. O mundo dos vivos arrepiava-se e foge perante a sua visão, quando não o escorraça à paulada, tenta queimá-lo num banho de sabão líquido a ferver ou faz dele motivo de hilaridade ⁽⁴¹⁾. Os seus parentes serão os principais interessados em afastá-lo, eventualmente com cerimónias, com receio da desonra e a vergonha que se possam abater sobre eles se se vier a saber que alguém da família era feiticeiro.

Assim, o *kasisa* erra permanentemente por espaços fora dos mundos estabelecidos. Sem lugar no mundo dos vivos, permanece marginal ao mundo dos espíritos: em terra de ninguém.

Na sua expressão “física”, esta dupla marginalidade é-nos revelada pelo próprio aspecto do *kasisa* na sua versão mais medonha: para ser espírito, obstat-lhe as características corpóreas que ainda conserva — a carne, os ossos, a envoltura física. Para ser um humano vivo, elas já não são suficientes. Porque das propriedades físicas reconhecidas como dos vivos, o *kasisa* conserva o corpo, mas degradado, em decomposição.

Conserva os movimentos, mas o mais das vezes lentos e entorpecidos, chegando até a arrastar-se pelo chão. Conserva a voz, mas nasalada e monocorde, desprovida das tonalidades e do ritmo de que a investe a vida. Precisa de comida, mas já não é capaz de procurar o seu próprio sustento como os vivos, nem tem direito a ela sob a forma de oferendas aos mortos. As mesmas manifestações visíveis de que deixou de pertencer a este mundo *encarnam* simultaneamente o obstáculo para o seu ingresso no outro.

Por trás destas razões aparentes e mais óbvias parecem encontrar o seu lugar natural os mecanismos de controle da comunidade e as penalidades impostas à transgressão das normas para assegurar a sua manutenção. Do outro lado do espelho social, o *kasisa* assim descrito reflecte a anti-imagem do feiticeiro, devolvendo-lhe, por cada conjuro pronunciado em voz alta, um gemido nasalado e monocorde, por cada gesto enérgico a disparar um feitiço, um lento movimento contorcido; por cada potente mau olhar, um triste olhar vesgo e descarnado.

Marginais deste e do outro mundo

O exílio a que um *kasisa* é votado, quer da comunidade dos vivos, quer da dos mortos, representa igualmente uma ruptura do normal circuito de trocas. Porque ao intenso sistema de trocas que se desenvolve entre os membros vivos da sociedade, corresponde um outro que se manifesta na relação entre os vivos e os mortos, particularmente naquilo que há de mais precioso à subsistência: a troca de alimentos, reais ou simbólicos. O cumprimento das regras estabelecidas, quer na vida, quer na morte, fará às almas merecerem alimento, facilitando assim a sua passagem para o mundo dos ancestrais, donde retribuirão os bens recebidos fertilizando o mundo dos vivos, dando-lhes novos filhos e novas colheitas. O seu incumprimento, a transgressão voluntária ou involuntária, provocará a ruptura do circuito das trocas e a marginalidade, tornando a morte duplamente morte — através da recusa de alimentos e libações, mas também de ritos e cerimónias.

Embora a percepção do *kasisa* — visual, auditiva ou ambas — se caracterize pela solidão e a subjectividade, isto é, pelo carácter individual e psicológico da experiência, ela não é por isso menos social, reflectindo uma noção moral e religiosa — o pecado e a punição do pecado — vigente na sociedade, transmitida no seu interior e reproduzida em cada indivíduo.

Corpo corrupto ou imagem fiel de um morto conhecido, o *kasisa*, na sua acepção genérica de alma-do-outro-mundo, reprime o comportamento anormal dos membros da sociedade, agindo como um elemento de reprodução social.

No caso das comunidades islamizadas, punindo os transgressores da interdição corânica de consumir álcool (através do *fenkotó*), mas também nas animistas e cristãs, reprimindo o mau comportamento social que representa o consumo exagerado de álcool. Se a pacificação interna das sociedades animistas permite e até estimula a bebida dentro do quadro da cerimónia, ela não a admite como uma atitude quotidiana, constante, capaz de pôr em risco a estabilidade social ao facilitar a violência e a degradação dos costumes.

No caso dos Bijagós, é particularmente sugestiva a referência à *ojinja* como particularmente perigosa quando encontrada a sós no mato, podendo a sua visão ser suficiente para provocar a morte. Cenário privilegiado do sagrado, o mato encontra-se compartimentado em diversos espaços a que dão acesso sucessivas iniciações sem as quais permanecem interditos às classes de idade inferiores — por outras palavras, a violação do interdito pode provocar a morte, a interdição posta à prova renova a sua força.

O celibato, por sua vez, é reprimido — e punido virando o celibatário *kasisa* — porque quem o pratica não é um elemento reprodutor da sociedade. É castrador dela. Se for seguido por todos, levará inevitavelmente à crise social.

Transgressores involuntários, também virarão *kasisas* os jovens mortos bijagós que não tiveram oportunidade de aceder ao estatuto de adulto social, porque ao não conseguirem cumprir o ciclo iniciático ficam incompletos. O vazio que daí decorre manifesta-se num desejo desesperado de regressar, regresso esse que traduz uma forma de valorizar ideologicamente a iniciação.

Aquele que cometer assassínio virará *kasisa*, porque sendo a administração da violência um monopólio dos chefes da sociedade, o seu acto individual transgride a norma que determina que o castigo deve ser social. Do mesmo modo aquele que morre vítima de agressão, porque a sua morte constitui um acto de violência, por assim dizer, mal regulamentado.

Merecedor de idêntica punição é o suicídio, que leva à rebeldia do indivíduo à transgressão máxima da destruição de si próprio e que aparece como uma manifestação extrema de violência exercida de forma marginal aos circuitos de controle social.

NOTAS

- (1) Pedro K., depoimento escrito, 1984.
- (2) Na sua *Antroponímia da Guiné Portuguesa* (vol. II, J.I.U., Lisboa, 1966, p.130) A. Carreira e F.R. Quintino registam *Kassissa* como antropónimo felupe feminino, acrescentando que «parece mais do vocábulo manjaco *kassissa*, alma penada, espírito errante...» — certamente levados pelo aspecto do termo, cuja primeira sílaba corresponde a um prefixo de classe manjaco. Uma vez que a pesquisa neste sentido não se revelou positiva, recorremos a um dos autores, A. Carreira, tendo ele confirmado a incerteza do étimo. De facto o étimo que se afigura mais provável é o português *cachicha!*, “interjeição de nojo e repugnância”. Cf. *Revista Lusitana*, XV, 1912, p. 343; XVI, 1913, p. 221; XIX, 1916, p. 200: «sujidade; exclamação que se profere em presença de uma coisa suja, e que é em geral acompanhada de uma cuspidela purificadora para o chão». Também no crioulo de Cabo Verde uma das designações do Diabo é *xuxo*, “sujo” e também a *kasisa* na Guiné é por vezes denominada *djabu*, “diabo”.
- (3) Zeca M., depoimento oral, 1984.
- (4) Baltasar Lopes da Silva, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1957, p. 236.
- (5) Luís da Câmara Cascudo, *Dicionário de Folclore Brasileiro*, Ministério de Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1954, p. 211.
- (6) Marcelino Marques de Barros, «O Guineense», *Revista Lusitana*, V-VII, Lisboa, 1897-1902.
- (7) Marcelino Marques de Barros, *Litteratura dos Negros*, Typographia do Commercio, Lisboa, 1900, pp. 102-103.
- (8) Em crioulo *kokida*, golpe que se aplica de cima para baixo no alto da cabeça com os nós dos dedos. *Kokin, Kokiui!* é o desafio do *fenkotó* quando se atravessa na frente do interlocutor — “dá-me uma carolada e eu dou-te também”.
- (9) *Kemadu*, restos de arroz colados no fundo da panela.
- (10) Bubácar B., depoimento oral, 1978.
- (11) Júlio R., depoimento oral, 1978.
- (12) Eduardo C. F., depoimento oral, 1990.
- (13) Henri Labouret, «Les Manding et leur Langue», *Bulletin du Comité d'Etudes Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française*, XVII, 1, Paris, 1934, p. 130.
- (14) Maurice Delafosse, *La Langue Mandingue et ses Dialects*, Librairie Orientaliste Paul Geuthner, Paris, 1929, pp. 328 e 347.
- (15) H. Labouret, *op. cit.*, p. 121.

- (16) H. Labouret, *op. cit.*, p. 130.
- (17) Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Livros do Brasil, Lisboa, 1957, p. 147. O sublinhado é nosso.
- (18) G. Freyre, *op. cit.*, p. 317. O sublinhado é nosso.
- (19) Cascudo, *op. cit.*, p. 220.
- (20) Cascudo, *op. cit.*, pp. 220-221.
- (21) Alberto P., depoimento oral, 1990.
- (22) M. M. de Barros, *Literatura dos Negros*, *op. cit.*, pp. 63-64.
- (23) D. P. Gamble, *Mandinka-English Dictionary*, ed. rev., Research Department, Colonial Office, Londres, Janeiro 1955 (policop.), p. 31. V. *kondorongo*, *kotorongo*.
- (24) D. P. Gamble, *Mandinka-English Dictionary*, Research Department, Colonial Office, Londres, Fevereiro 1958 (policop.), p. 13. V. *kondoron*.
- (25) G. Freyre, *op. cit.*, p. 317.
- (26) José Leite de Vasconcelos, «Turquel folclórico», *Revista Lusitana*, XX, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1917, p. 65.
- (27) Pedro K., depoimento oral, 1984.
- (28) Manuel Alvares (Pe.), *Etiópia Menor* (1616), transcrição de Luís de Matos (policop.), fl. 28r.
- (29) Hugo Adolf Bematzik, *Im Reich der Bidjogo*, Alpha Verlag, Innsbruck, 1950, p. 98.
- (30) Bematzik, *op. cit.*, p. 145.
- (31) Bematzik, *op. cit.*, p. 173.
- (32) Luigi Scantamburlo, *Etnologia dos Bijagós da Ilha de Bubaque*, co-edição INEP-IICT, Bissau-Lisboa, 1991, p. 71.
- (33) Manuel Alvares, *op. cit.*, fl 27v.
- (34) André Alvares de Almada, *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, leitura, intr. e notas do Pe. António Brásio, L.I.A.M., Lisboa, 1964, p. 35.
- (35) Almada, *op. cit.*, p. 121.
- (36) Francisco de Lemos Coelho, *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné (1669)*, intr. e notas de Damião Peres, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1953, p. 55.

- (37) Lemos Coelho, *op. cit.*, (1684), p. 179.
- (38) Hugo Bematzik, *En el reino de los Bidyogo*, Ed. Labor, Barcelona, 1959, pp. 64-65.
- (39) José Mendes Moreira, «Breve Ensaio Etnográfico acerca dos Bijagós», *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, I, 1, p. 109.
- (40) Mendes Moreira, *op. cit.*, p. 94.
- (41) Fazendo-o, por exemplo, protagonizar uma anedota em que, vestido de ganga e calçando tamancos (um calçado apreciado na altura), entra num baile do sindicato sem pagar, sendo descoberto pela voz nasalada e o fedor característicos, é expulso entre gargalhadas. Aparentemente inocente, a troça de que na anedota o *kasisa* é objecto encontra a sua contrapartida no temor associado ao feiticeiro, servindo eventualmente como esconjuro do seu poder. Menos cruel e mais festivo, um provérbio crioulo procura combater a depressão no interlocutor: *Dapi kasisa bai i riba, bu fala kuma mundu ka sabi* (Numa tradução não literal, "Até o *kasisa* foi e voltou, e tu estás para aí a dizer que este mundo não é bom").

PSIQUIATRIA E SAÚDE MENTAL NA MEDICINA TRADICIONAL DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Na medicina tradicional os cuidados aos doentes começam por um intercâmbio muitas vezes longo que tem por finalidade estabelecer uma relação humana onde o doente e o seu curandeiro estão estreitamente unidos face ao inimigo comum que é a doença, o mal. Isto é de facto importante para a cura do paciente, parecendo existir aqui uma equivalência de princípios entre a medicina tradicional e a psiquiatria moderna.

Carlos António GOMES

Introdução

No presente trabalho tentou-se estabelecer algumas coordenadas que permitem associar aspectos da prática médica tradicional com a psiquiatria e saúde mental da medicina científica, revisando sistematicamente algumas concepções de saúde e doença ou filosofia médica subjacentes às práticas tradicionais, de modo a facilitar uma compreensão positiva das mesmas.

Não se tentou fazer um juízo crítico, exaustivo, porque tornaria necessário fazer alusão às limitações ou aspectos negativos eventualmente implicados nessas práticas, mas há um esforço por identificar os denominadores comuns que delas se desprendem, nos diferentes espaços geográficos e culturais dos povos dos países em desenvolvimento.

Finalmente foram realçados os aspectos transculturais e psicossomáticos como vertentes da psiquiatria com importância relevante na abordagem do impacto psicológico das práticas da medicina tradicional, no momento em que se desenha uma crescente tendência à sua revalorização, justificada tanto por razões de natureza cultural, psico-sociológica ou histórica, como também de natureza política e económica.

Ao longo do texto tomaram-se como sinónimos os termos «curandeiro», «médico bruxo», «xamã», que se distinguem dos termos «feiticeiro» ou «bruxo», que em regra têm um sentido pejorativo, associado à feitiçaria ou bruxaria de intenções malignas. Também atribuímos sinonímia aos qualitativos de «moderna», «científica» ou «ocidental», em oposição aos qualitativos de «tradicional», «primitiva» ou «empírica», referentes em ambos os casos à medicina.

Antecedentes e agradecimentos

Quando em 1893 o meu bisavô Camilo Lima da Costa, enfermeiro e curandeiro herbalista, deixara uma obra escrita, talvez a primeira e única no seu género, não se podia imaginar que dessa herança tão valiosa como tantas vezes ignorada, só depois de um século quase e num dos seus descendentes da terceira geração, viriam a surgir novamente motivações e possibilidades de continuar o exemplo pelo interesse e tentativa de contribuir modestamente com algo escrito sobre a medicina tradicional.

Mas a ideia que deu corpo ao presente trabalho começou a desenhar-se durante as longas horas de conversa com o «tio Rafael», prestigiado curandeiro da ilha de Bubaque (Arquipélago dos Bijagós) enquanto me foram incumbidas as funções de médico-delegado naquele sector, e posteriormente em contactos com outros curandeiros das regiões de Cacheu e de Biombo, principalmente.

Nesta caminhada não poderei esquecer os apoios do Padre Jorge e das Freiras Benedita e Beatriz, da Missão Católica de Quinhamel, as companhias e intercâmbios sempre doseados de bom humor dos enfermeiros Alberto Passa San António e Henrique Mandica e a simpatia e colaboração do nosso amigo Baina Tchutchi, líder comunitário na secção de

Ilondé. Todos eles são merecedores dos meus agradecimentos por me terem levado a descobrir e mais tarde terem facilitado as minhas relações de trabalho e de amizade com o prestigiado curandeiro José da Silva Nhanca no seu impressionante hospital tradicional, onde muitas vezes pude tomar lições interessantes ainda durante o meu exercício à frente da Direção de Saúde da Região de Biombo.

Não menos importante por ser último, é merecedor dos meus melhores agradecimentos o enfermeiro Marcos Gomes, do Centro de Saúde Mental em Bissau, de quem não me faltaram palavras estimulantes e outras ajudas prestimosas tanto na abordagem preliminar deste trabalho numa Mesa Redonda sobre Medicina Tradicional, realizada em Bissau, em Maio de 1987, como no momento em que ultimava os preparativos para a sua apresentação parcial no III Congresso de Psiquiatria da Língua Portuguesa, realizado na cidade do Porto, em Setembro de 1990.

*«Tradições ancestrais possuímos
antigas como o tempo
que nenhum raciocínio pode abarcar nem investigar
nem sequer com a cúspide da mente»*

Estes versos atribuídos a uma vidente que certamente na sua época não podia suspeitar do poder e alcance das ciências dos nossos dias, sugerem com toda a convicção que as tradições humanas, quaisquer que sejam a sua natureza, surgem e se desenvolvem com o próprio homem.

O medo da doença e da morte assim como a necessidade de promover e proteger a sua saúde têm conduzido os homens de todos os tempos e debaixo de todos os céus a recorrer a tudo o que a natureza lhes pode oferecer para se defenderem. É neste contexto que nos parece poder ser enquadrado o surgimento e a sobrevivência da medicina tradicional, que foi definida como sendo «o conjunto de todos conhecimentos e práticas, explicáveis ou não, para diagnosticar, prevenir ou eliminar um desequilíbrio físico, mental ou social apoiando-se exclusivamente sobre a experiência vivida e as observações transmitidas de geração em geração, oralmente ou por escrito». Estariam na base desta tradição os fundamentos sócio-culturais e religiosos das comunidades predominantes nos países em desenvolvimento, como bem assinala Koumaré (1983), que sublinha ainda a filosofia médica subjacente a essas práticas ao afirmar que «os conceitos fundamentais concernentes à saúde e doença são baseados na noção de equilíbrio entre os elementos do organismo entre si ou entre estes e os elementos da natureza: a terra, o ar, o fogo, os

metais, os astros (sol, lua, estrelas), podendo cada um desses elementos influenciar especificamente um certo número de órgãos», pelo que se desprende daí a noção prática de que «o conhecimento desses elementos pode permitir proteger ou perturbar o equilíbrio que constitui a saúde», admitindo-se isso possível mesmo à distância.

Esta ideia empírica de equilíbrio universal e da possibilidade de influência à distância constitui presumivelmente um traço comum a diversos povos do mundo em desenvolvimento, independentemente do seu espaço geográfico.

Pode-se então perguntar: porque é que se considera prioritário hoje, como nunca antes, a revalorização da medicina tradicional nos países em desenvolvimento? A resposta parece inequívoca quando se tem presente como a história tem demonstrado por exemplo que «a quinina, a morfina, a codeína, a digitalina, a digoxina e outros medicamentos têm sido extractos de plantas utilizadas para tratar certos transtornos bem antes da aparição da medicina científica», quando se supõe que aproximadamente 70% das plantas medicinais utilizadas na medicina provêm de zonas tropicais, áreas onde precisamente residem a maior parte dos povos que vivem no subdesenvolvimento, admitindo ainda que em boa parte dos países em desenvolvimento, senão na sua quase totalidade, os problemas da cobertura sanitária e acessibilidade adequadas aos serviços de saúde modernos e qualificados parecem insolúveis a curto e médio prazo, e tendo a consciência de que a ausência da saúde é um obstáculo sério a um desenvolvimento económico e social satisfatório.

Ilustra bem a vigência das práticas médicas tradicionais o facto de na Nigéria, por exemplo, mais de 70% da população recorrer aos médicos tradicionais por razões de acessibilidade geográfica, económica e cultural ou por falta de continuidade dos cuidados da medicina moderna, enquanto no Mali se informava a existência de 1 médico para 40 mil habitantes no momento em que existia 1 curandeiro para tão só 500 habitantes, justificando uns 10% de acesso aos sistemas da medicina moderna contra 90% de acesso aos sistemas da medicina tradicional. Sabe-se ainda que no Vietname, aproximadamente 40% dos medicamentos utilizados nas aldeias são medicamentos tradicionais, numa altura em que todos os hospitais provinciais deste país asiático têm uma secção de medicina tradicional e havendo 17 hospitais que se dedicam exclusivamente ao uso da medicina tradicional.

Em vastas áreas do continente americano, entre os diversos povos, no Brasil, no México e nas Caraíbas, para citar apenas alguns exemplos, o curandeirismo, sobretudo espíritas e práticas de santeria, tiveram e

continuam a ter uma vigência insuspeitada apesar dos progressos da medicina científica.

Como justificar a coexistência e actividades paralelas dos sistemas tradicional e moderno e inclusive admitir a compatibilidade, complementaridade e por conseguinte a integração dos dois sistemas, o que nalguns casos já se verifica e noutros se perspectiva a curto e médio prazo?

Teríamos talvez implícitos alguns justificativos quando se ajuizava que a medicina moderna tinha prestado úteis serviços tais como: construção de hospitais, formação de pessoal, tratamento curativo e preventivo das doenças tropicais, mas que essa medicina não parecia ser suficientemente adaptada às realidades económicas, sociológicas e psicológicas das comunidades onde estavam inseridas, enquanto que o sistema tradicional se inseria perfeitamente no meio sócio-cultural e ambiental, o que torna os doentes particularmente receptivos. É um facto muitas vezes comprovado que uma grande quantidade de hospitais com serviços especializados em vários países em desenvolvimento funcionam de maneira caótica porque estão muitas vezes desprovidos de medicamentos, de água e de material essencial, em prejuízo do sistema moderno.

Sobre a base deste juízo e constatações encontram fundamento as afirmações de Adabra (1985), que atribui a popularidade da medicina tradicional ao facto de ser localmente melhor compreendida, menos custosa, menos sofisticada e sobretudo melhor adaptada à mentalidade africana, enquanto Ballakhdar (1989) considera que a comodidade, as crenças e o prestígio pessoal do curandeiro contribuem para essa popularidade, sublinhando o facto de que a grande parte da clientela pertence à categoria dos «incuráveis» ou constitui casos abandonados ou negligenciados pela medicina moderna, por isso depositando todas as suas esperanças e toda a sua vontade de se curarem na medicina tradicional, com uma fé à medida das suas angústias.

As políticas sanitárias que visam a integração da medicina moderna e tradicional apoiam a argumentação de que «em muitos dos países não existe nenhuma esperança de atingir a cobertura sanitária de base sem se optar por medidas pouco ortodoxas tais como o recurso aos curandeiros e aos medicamentos à base das plantas fabricadas *in loco*, ao mesmo tempo que traduz a opinião de que «é hoje indispensável a participação de todos os elementos do potencial nacional — humanos, intelectuais e materiais, tanto modernos como tradicionais — para a elaboração de uma política de saúde pública fundamentada numa melhor gestão do conjunto dos seus recursos e sobre uma optimização do esforço nacional».

Nos nossos dias, não só na África mas ainda na Ásia, nas Américas e noutros lugares, a ciência moderna ainda não conseguiu banir totalmente os conceitos de saúde e doença e ordem social fundamentados na filosofia mágico-religiosa. Vejamos alguns exemplos inerentes a esta questão e que nos permitem compreender a mentalidade diríamos predominante nos países em desenvolvimento. Antes, porém, é interessante recordar brevemente a constatação que foi muitas vezes sublinhada de que entre os animistas a ideia da causalidade da doença ou do infortúnio vai na lógica das interrogações «quem causou a doença» ou «porque é que fez isso», enquanto que na lógica da medicina científica a interrogação se coloca noutros termos — «o que é que causou a doença», «porque é que a doença aconteceu».

«Nas culturas africanas é muitas vezes imposta uma adesão total a um universo muito organizado de forças mágicas que infiltram a vida quotidiana, cuja finalidade de reguladores sociais é muitas vezes ultrapassada pelos efeitos da perseguição catastrófica e de influências malélicas sobre o corpo ou a «alma» daquele que o azar, mais que a doença, terá posto numa situação não habitual ou perigosa», sublinha Koumare (1983), ao mesmo tempo que, na mesma perspectiva, argumenta que «a integridade física não resiste à dissolução da personalidade social».

No meio social negro-africano, a doença vista desde a perspectiva de vínculos abstractos do indivíduo com a natureza e o seu meio social, é considerada como um sinal material de um defeito de harmonia entre o ser vivo e o seu corpo social, entre o indivíduo e o seu meio visível e invisível. Este sinal é interpretado como uma pena que a natureza aplica àquele que transgredir uma lei da sociedade, do meio material ou imaterial, causando a ruptura do equilíbrio normal dos fenómenos naturais. A doença também pode ser causada por uma agressão provocada por um feiticeiro, um malfeitor, um homem com conhecimentos ocultos capaz de mobilizar elementos invisíveis para atentar contra a saúde de um outro. Uma feitiçaria pode ser feita com o objectivo de obter uma vantagem injusta no amor, na política ou nos negócios. O espírito dos antepassados, a alma dos mortos, podem ser enviados por um indivíduo mal intencionado a uma vítima inocente, uma criança ou uma mulher grávida, por exemplo, admitindo-se nesta ordem de ideias que o sofrimento, a doença e o infortúnio, bem como os sonhos bizarros e inexplicáveis e os terrores nocturnos constituem calamidades que tornam precisa a intervenção do espírito dos antepassados.

A loucura, tal como certas outras doenças, é atribuída à transgressão de ritos, proibições, tabus. A doença ainda pode tomar a forma de

síndrome psiquiátrica quando a sua causa é identificada como uma mensagem de eleição.⁽¹⁾

De acordo com esta mentalidade, o processo de cura impõe num primeiro plano identificar o acto primário que perturbou a ordem estabelecida, descobrir a falta cometida em relação a uma lei estabelecida ou a má sorte emanada por uma pessoa. Num segundo plano é preciso pedir o perdão dos espíritos, neutralizar a força hostil ou feiticeiro malfeitor e reparar a pena causada pela falta inicial, geralmente por meio de sacrifícios. A estes dois planos de diagnóstico segue-se a fase de reparação, uma vez que a doença está livre de todas as conexões espirituais, tornando-se uma entidade autónoma sobre a qual pode agir toda a medicação tradicional ou moderna; quer isto dizer que a doença nesse momento é uma afecção simplesmente somática.

A essência do tratamento consiste em técnicas que mobilizam o apoio da família e da comunidade em favor do paciente. Portanto faz-se o tratamento do «soma», da «psique», ligado ao meio social (família, comunidade e espírito dos antepassados).

Entre os povos árabes, as crenças médicas tradicionais, tal como foi referido por Odejide e colaboradores (1989) citando o Islão, relacionam-se com agentes sobrenaturais tais como o demónio, a feitiçaria e o mau olhado, sendo assim e em consequência, frequentemente encontrados amuletos contra o mau olhado, ao mesmo tempo que são seguidos numerosos rituais com o desejo de obter protecção contra o mau olhado, a feitiçaria ou ambos. Por exemplo, as causas dos sintomas de doença mental entre os argelinos, segundo Al-Issa (1990), são atribuídas às possessões, admitindo-se contudo que os factores precipitantes estariam intimamente ligados às relações sociais e à posição do indivíduo na sociedade. Entre estes factores precipitantes encontram-se a feitiçaria e o mau olhado, sendo a primeira atribuída ao resultado de um feitiço que pode ser usado por uma mulher para recuperar o amor de um homem, pelos pais que querem trazer de volta o filho que tinha deixado a grande família para viver separadamente com a sua mulher, ou ainda por uma mulher que quer diminuir a influência da família do marido na vida diária do casal; o segundo pode ser muitas vezes motivado por inveja, ciúmes ou admiração por um inimigo ou amigo, considerando-se um meio de sanção contra alguém que tenha excedido os limites postos pela comunidade a atributos positivos tais como a riqueza, a saúde, a beleza e a felicidade.

Entre os demais povos asiáticos não árabes as explicações tradicionais das causas da doença são diversas podendo-se encontrar concepções

ayurvédicas, budistas e animistas, entre outras. Referindo-se à Índia, por exemplo, Weiss (1986) cita C. Leslie, que distingue três formas conceptuais diferentes, a saber:

- 1) a que identifica a aflição como resultado de causas sobrenaturais, envolvendo punições por parte de feitiçeiros, deuses ou espíritos;
- 2) a que atribui a causa a distúrbios do normal equilíbrio humoral saudável;
- 3) a que identifica a doença com uma disfunção mecânica do processo fisiológico normal como habitualmente elaborado no contexto da biomedicina moderna.

No primeiro caso a resposta é mediatizar o conflito social e as transgressões que desencadearam a acção punitiva através do ritual prometido para agradar as forças sobrenaturais. No segundo caso, a resposta é restaurar o equilíbrio humoral com medicamentos, mudanças de regime, massagens e outras manipulações. No terceiro caso, empregar medicamentos específicos ou intervenções cirúrgicas para corrigir o mecanismo disfuncional biológico. Entre as causas sobrenaturais das doenças figuram: violação de tabus, magia negra, mau olhado ou má boca, fúria de uma deusa e, menos comumente, a intrusão de um agente causador da doença.

As desordens mentais graves (*unmāda*) são associadas a acções consideradas impróprias (tais como envolver-se em relações sexuais no tempo da lua cheia ou da lua nova, comer alimentos proibidos ou ofender a deuses, professores ou velhos), períodos de stress e vulnerabilidade (por exemplo durante as guerras, quando a casa é ameaçada, ou enquanto uma mulher dá à luz) e também a pensamentos e entendimentos inadequados. A *unmāda* ainda pode ser causada, segundo a concepção ayurvédica, por um excesso de substâncias tóxicas humorais, ou por stress do tipo perda ou separação ou, mais coloquialmente, choque mental. Entre os factores predisponentes incluem-se o terror, as excitações e os pensamentos negativos.

Os sintomas da *unmāda* incluem: perda das faculdades cognitivas, causando pensamento confuso, grande tristeza, choro e discurso incoerente, que podem ser acompanhados de risos imotivados, cantos ou gritos; alucinações e perda da auto-estima são também sintomas descritos. O tratamento da *unmāda* implica um certo número de decocções de ervas recomendadas, assim como práticas rituais, sacrifícios e recitações de versos sagrados (*mantra*).

Na Tailândia podem-se encontrar três formas distintas de terapêutica médica tradicional: herbalista, psicoterapêutica e sobrenatural, segundo Golomb (1988-a) tem podido constatar. Os herbalistas atribuem a muitas doenças vínculos directos ou indirectos com distúrbios do equilíbrio natural dos quatro elementos: a terra, a água, o vento (ar) e o fogo. As causas principais do equilíbrio inadequado seriam: dieta incorrecta, mudanças repentinas no clima e stress psicossocial. As deficiências ou excessos patológicos de elementos particulares no corpo dos pacientes são corrigidos prescrevendo medicamentos e alimentos compensatórios. Na concepção dos sobrenaturalistas, um feitiço ou um espírito podem lançar projecteis invisíveis programados para entrar na vítima e provocar-lhe grandes perturbações físicas ou psicológicas. Estes projecteis ou espíritos intrusivos são expulsos ou persuadidos a partir quando se vêm em contacto com algum veículo mágico verbal activado por um exorcista que pode pronunciar encantos intimidatórios dirigidos ao espírito possessivo ou canalizá-lo através de material mediático como água benta, que é pulverizada na vítima ou usada por esta para se lavar ou para beber. Os alimentos podem ser encantados para depois ser ingeridos pela vítima; óleos encantados e pós são preparados para se esfregar no corpo da vítima. Alguns curandeiros sobrenaturalistas reconhecem que as possessões de espíritos muitas vezes se seguem a crises nas relações interpessoais, enquanto outros consideravam outrora que as crianças perturbadas de famílias em conflito eram vítimas fáceis dos espíritos que queriam possuí-las para assim castigar os pais. Na concepção dos psicoterapeutas, as depressões crónicas podem afectar permanentemente o equilíbrio dos elementos do corpo, admitindo que a conversação terapêutica pode curar as doenças surgidas como consequência do stress social ou psicológico, razão pela qual se considera que os pacientes devem ser encorajados a exprimir as suas frustrações porque assim as suas emoções perderiam algumas das suas qualidades negativas e disruptivas. Admite-se que precisamente da mesma maneira que o stress psicossocial pode destruir o equilíbrio básico, o alívio psicoterapêutico do stress pode restabelecer esse equilíbrio.

No Laos as concepções de saúde e doença baseiam-se no princípio de que existem trinta e duas almas em cada corpo. A presença simultânea das trinta e duas produz a saúde, enquanto a ausência de uma ou mais causa a doença e pode resultar na morte. Os esforços para curar a doença ou manter a saúde centram-se em assegurar a contínua resistência de todas e cada uma das trinta e duas almas no corpo. Segundo Westermeyer (1988), as crenças nos espíritos constituem a segunda opção. Os lugares

dos espíritos estão associados a casas, montanhas, florestas, árvores gigantes, cemitérios, cidades desabitadas, grandes rios e lagos. Os principais espíritos animais são os elefantes, os tigres e os dragões da água. Os antepassados mortos são considerados como espíritos que podem ter influências significativas na vida. Estes vários espíritos podem afectar o destino do homem pelo bem ou pelo mal. Eles tanto podem roubar ou espantar a alma de uma pessoa causando a doença como também podem devolver a alma perdida à pessoa doente e assegurar a saúde e prosperidade. São praticadas cerimónias em relação aos espíritos do céu, espíritos das donzelas, espíritos guardiões da cidade. Para serem benevolentes, os espíritos podem ser influenciados de várias maneiras: mostrando respeito, fazendo ofertas e sacrifícios de animais, e através de rituais privados ou cerimónias públicas. O espírito está satisfeito por exemplo quando a casa está limpa, os membros da família estão em harmonia uns com os outros, a casa está calma à noite e os visitantes são respeitados. Para Westermeyer, o respeito para com os espíritos é qualquer coisa como a seguinte lei: «Mantém as pessoas a viver juntas e em boa ordem».

As pessoas podem ser vulneráveis ao espírito maléfico por má sorte ou destino, especialmente se foram pecaminosas na «vida prévia». A doença, ainda na concepção tradicional laosiana, pode ser causada por poderes sobrenaturais de certos seres humanos maléficos ou por certas condições ambientais, climáticas ou de temperatura como factores predisponentes. Considera-se ainda que as pessoas podem prejudicar a boa saúde, não somente por se comportarem de maneiras inaceitáveis pelos espíritos ou magicamente perigosas, mas também como consequência de outros comportamentos perigosos para o corpo e para a mente em que se destacam o excesso de fumo de tabaco, de bebidas alcoólicas, do uso do café ou do fumo do ópio. Também são considerados causas de doenças demasiados pensamentos ou aborrecimentos, fixar metas impossíveis ou desejar coisas impossíveis, e estudar demasiado. A morte violenta é entendida como uma punição por uma vida pecaminosa ou resultado de má sorte ou do destino. Incluem-se nelas as mortes repentinas sem doença prévia, os afogamentos, as quedas, os fusilamentos, os ataques de animais, as mordeduras de cobras e os acidentes de parto, de carros ou de aviões.

Na China, no Vietname e em vários outros países asiáticos é relevante a concepção de saúde e doença baseada na permissa filosófica da necessidade de um balanço equilibrado dos elementos no universo para manter a harmonia. Estes elementos estão representados no corpo

humano por dois princípios opostos: *Yin* e *Yang* na cosmologia chinesa correspondentes a *Am* e *Duong* na versão vietnamita. Sempre que estes dois elementos estão em equilíbrio há saúde, e a doença ou mal-estar são entendidos como resultado de um desequilíbrio entre os dois elementos. Nesta lógica o tratamento consiste em administrar o elemento oposto para restabelecer o equilíbrio necessário a uma boa saúde.

Do outro lado do Atlântico também foram observadas estas crenças mágico-religiosas de causas da doença, que foram segundo Cencillo e Garcia (1976) recolhidas por Rogers, que as classifica em causas próximas e remotas, considerando, entre as primeiras, a intrusão de um objecto no corpo do paciente, a intrusão de um espírito no corpo do paciente, causando sobretudo a demência, a perda da alma que se crê que tem abandonado o corpo ou que tem sido roubada por um espírito durante o sono, no momento de uma expiração ou numa situação de medo, enquanto que entre as segundas figuram a magia negra, que atribui a causa da doença às conjurações e aos malefícios dos bruxos, à violação de tabús, a transgressões das normas culturais cometidas pelo paciente ou por alguns dos seus achegados, ou como consequência de experiências oníricas em que por exemplo se ingere um objecto ou se perde a alma, ou ainda como resultado da ira divina, em que se crê que é a fúria e a vingança dos espíritos que não têm sido bem tratados as que causam a doença. Estas mesmas concepções foram estruturadas por Child e Whiting de outra maneira: agente (pessoa com poderes sobrenaturais), responsabilidade (social e colectiva), actos que a produzem (violação de tabús, sacrilégios, falhas no ritual), significado (ingestão, introjecção).

Também no Pacífico Ocidental, na Nova Guiné, por exemplo, as crenças em causas sobrenaturais foram verificadas. Segundo Fortune (1963), a bruxaria é concebida como o envio do espírito da bruxa com intenções assassinas durante o sono e o pesadelo é geralmente interpretado como um episódio da bruxaria em que o indivíduo correu um grande perigo, perseguido por espíritos hostis, espíritos estes separados das suas habitações de pele e osso. Atribui-se a causa da morte a condições como a posse de demasiados porcos, a posse de uma horta demasiado boa ou ter comido qualquer coisa que não se distribuiu pelos outros. Acredita-se também que haviam fantasmas que revelavam aos indivíduos a identidade daqueles que lhes tinham causado a morte por meio de um código de sinais. Fortune tinha podido certificar que na feitiçaria se usavam várias plantas e declarou ter conhecido um homem que possuía plantas que não o afectavam quando lhes pegava, mas que quando tocava com elas, ainda que ao de leve, noutro homem, este adoecia e morria.

É justo supor, com base nestes exemplos, que as crenças nas causas sobrenaturais das doenças constituem um factor comum nas distintas culturas e tradições de povos que habitam o mundo subdesenvolvido. Interroga-se então: estas tão generalizadas crenças nas causas sobrenaturais, teriam uma lógica demonstrável nalguns casos ou seriam axiomáticas em todos os casos?

Para Ballakhdar (1989), na medicina tradicional resulta complexo o processo de diagnóstico uma vez que tem que conjugar as causas naturais e fisiológicas com as causas sobrenaturais, sobretudo a feitiçaria. Entretanto Moris (1986) tenta simplificar esta questão atribuindo à boca de Salimu Chinyangala a seguinte expressão: «Se tu vais ao hospital com uma doença e eles não conseguem curar-te ou declaram que não existe em ti nenhum transtorno físico após terem feito vários testes, então podes estar certo que é feitiçaria».

Estes e outros pontos de vista sugerem que as causas atribuídas em regra à feitiçaria ou à possessão sobrenatural na medicina tradicional poderiam ser equivalentes às causas ou factores psicológicos da medicina científica.

A doença da possessão era caracterizada por Polanah (1987) como a expressão de um complexo psicossociológico assinalado por crises de personalidade «normal» entre indivíduos ou grupos humanos traumatizados por diversas circunstâncias concorrentes: o meio físico, climático, social, económico, cultural e, por último, psicológico. Uma vez que o factor psicológico joga um papel importante, pode-se perguntar que relações se podem estabelecer entre a medicina moderna e as práticas médicas tradicionais no que diz respeito aos aspectos psicológicos.

É interessante recordar previamente as considerações antropológicas formuladas por Cencillo e Garcia (1976): «tanto o pensamento mítico como o lógico e o científico são três maneiras ou tentativas de desvendar o desconhecido, o enigmático, o oculto, o não dado... Se dirá que o homem tribal e arcaico tem acreditado na historicidade dos seus mitos, mas se dirá gratuitamente, porque é muito difícil discernir na mentalidade arcaica os tipos, o alcance e a qualidade das crenças, mas além disso não deve esquecer-se que também o homem comum actual acredita firmemente no valor absoluto «da ciência» e na realidade das suas formalizações com muito maior força, talvez, que o homem tribal pode crer na historicidade dos seus mitos... O mito não é uma forma degradada do conhecimento nem um produto arbitrário da fantasia senão uma possibilidade da mente humana no seu processo de consciencialização total... Muito mais que a magia é o mito um salto qualitativo do pensamento a

níveis mais elásticos da formalização mental. Por isso nem a magia nem o mito devem ser detractados como formas aberrantes da actividade cultural humana se forem considerados no seu momento histórico, quando constituem uma etapa pela qual a cultura tinha que passar para se realizar e promover as possibilidades humanas... Enquanto que a filosofia e a ciência analisam e adoptam — ou deveriam adoptar — todas as precauções possíveis para não confundir os significados, o mito sintetiza. Não lhe importa confundir pois na realidade não confunde imetodicamente senão que apresenta a vinculação dinâmica e construtiva que umas realidades mantêm com as outras, a participação de umas em outras, a unidade cósmica, a dialéctica dos contrários e o parentesco universal que tudo mantêm com tudo».

Na opinião de alguns autores, que consideram a psiquiatria historicamente a mais antiga das especialidades médicas, a medicina primitiva consistiria em processos psicológicos visando influenciar todos os acontecimentos naturais, entre os quais a doença do corpo e da mente. Os mesmos autores concluíram que a medicina primitiva era principalmente psiquiatria primitiva, enquanto chamavam a atenção para o facto de que essa medicina reflectia o ponto de vista do homem primitivo sobre o universo, baseado nas suas descobertas das leis que governam o seu próprio comportamento.

O nível de desenvolvimento alcançado pela medicina moderna sobre a base do progresso das ciências e da tecnologia tem dado lugar ao surgimento das mais diversas especializações com métodos específicos de abordagem diagnóstica e terapêutica. Em contrapartida, e negativamente, o benefício da alta tecnologia tem contribuído para a deterioração da tradicional relação médico-paciente. Apenas a psiquiatria, empenhada e progressivamente, tratou de conservar e desenvolver este factor da terapia porque o considera uma arma essencial de tal ordem que, no método psicoterapêutico, por exemplo, desempenha um papel decisivo.

Curiosamente, na medicina tradicional os cuidados aos doentes começam por um intercâmbio muitas vezes longo que tem por finalidade estabelecer uma relação humana onde o doente e o seu curandeiro estão estreitamente unidos face ao inimigo comum que é a doença, o mal. Isto é de facto importante para a cura do paciente e parece-nos aqui existir uma equivalência de princípios entre a medicina tradicional e a psiquiatria moderna.

«Na medicina tradicional se unem os meios materiais e imateriais para a cura da doença do corpo e do espírito»; os meios materiais seriam os produtos vegetais, animais e minerais, enquanto que os meios imateriais

seriam as palavras, as invocações, as orações, as cerimónias e os rituais. Bassole pretende sintetizar esta praxis da medicina tradicional afirmando que ela «une a virtude das plantas e o poder das palavras». Tem-se interrogado se as encantações, que não são mais que palavras, quer dizer ondas, não teriam um efeito susceptível de provocar secreções endógenas e influenciar a biossíntese de substâncias que as plantas elaboram. É por outro lado aceitável que «uma simples palavra pode produzir profundas mudanças num organismo inteiro».

Se resumirmos o método psicoterapêutico como um procedimento terapêutico que representa a influência que um homem (o terapeuta) exerce sobre outro (um paciente ou um grupo deles e entre os pacientes mesmo) durante o processo dos seus contactos, constituindo por isso um método especificamente humano cuja interpretação se fundamenta na compreensão das particularidades do homem como ser social e natural, torna-se possível valorizar o papel psicoterapêutico dos curandeiros tradicionais porque independentemente das suas especialidades eles se caracterizam pela qualidade das suas relações com os doentes, os familiares do mesmo ou a comunidade a que pertencem.

Entretanto os recursos desses curandeiros não se limitam às suas empatias; entre os métodos empregados para a cura da doença mental, por exemplo, além das plantas incluem-se as danças, os ritos e a indução de estados de transe, sem excluir, como assinalava Ibombot (1984), as técnicas parapsicológicas tradicionais de dimensão cósmica, o magnetismo, a radiestesia e o hipnotismo, tendo este último sido particularmente realçado como factor de êxito nos doentes que sofrem de insónia, de cefaleias de tipo psicológico, de astenia física e de hipertensão arterial sem lesão orgânica. São praticadas ainda certas técnicas de psicorelaxação — ou mesmo de psicoestimulação — em resposta às necessidades do doente.

O transe, que é uma prática particularmente corrente, trata-se quase sempre de uma actividade de grupo no decurso da qual os participantes dançam, gritam, cantam ou balançam ao ritmo do tambor. Ao cabo de uma ou duas horas de movimento a um ritmo cada vez mais rápido o sujeito entra em transe. Ouve-se-lhe falar numa voz estranha ou numa língua estrangeira. Finalmente se atira ao chão e dorme um sono profundo. É sempre neste momento que são praticados os rituais prescritos. Os ritos impõem eventualmente uma vestimenta especial, sacrifícios de animais, pedidos ou encantações. No entender de Ibombot, estes rituais «permitem aos curandeiros a expressão e a materialização dos grandes mistérios ou seja manifestação dos espíritos por diferentes

fenómenos favoráveis à cura dos doentes», enquanto as danças vão permitir «simbolizar os intercâmbios telepáticos».

Tentando comparar os significados dos rituais na medicina moderna e na medicina tradicional ao mesmo tempo que procura identificar as diferenças essenciais entre os dois sistemas, Moris (1986) considera que «os rituais da medicina moderna têm pronunciados efeitos terapêuticos precisamente da mesma maneira como os etnólogos relatam o efeito terapêutico positivo da cura ritual tradicional», e conclui ainda a respeito dos dois sistemas que eles diferem em que «a medicina tradicional não desenvolve uma teoria da causalidade natural enquanto que a biomedicina se ocupa de tratamentos sociais e psicológicos como problemas terapêuticos secundários». Por sua vez, Bartlet (1988) defendia a opinião que o ritual constituía um tratamento behaviorista ao procurar introduzir uma tentativa de explicação do funcionamento dos rituais na medicina tradicional, identificando-os com estímulos condicionados em que o demónio (ou o espírito) gradualmente, no decurso do ritual, deixa de provocar a resposta condicionada do medo e da doença porque a consequência temida que é a morte não acontece. Bartlet ainda colocou a hipótese de que o ritual podia constituir um fluxo como a sessão única de tratamento geradora de ansiedade e que o sucesso do tratamento verificado basear-se-ia na geração e redução da ansiedade no paciente, admitindo ainda que a expectativa da cura e a atmosfera na qual se desenvolve podiam constituir a base do efeito terapêutico.

Ao referir-se à importância dos psicoterapeutas tradicionais, Golomb (1988) reconhece que «as terapias sobrenaturais se inserem num contexto social tradicionalmente definido pelas expressões dos medos ou frustrações dos pacientes» e considera, por outro lado, que em muitos casos o que os pacientes parecem necessitar é «alguém com quem eles possam falar sobre seus problemas pessoais no seu próprio idioma cultural».

Identificando as semelhanças entre as «práticas xamanísticas» e muitas das psicoterapias de grupo, Mora (1982) evoca alguns factores como a personalidade do líder, a interacção do grupo, os efeitos catárticos da expressão verbal (incluídas as confissões) e outras dimensões, e admite que «as crenças mágicas são aceitáveis pela sua compatibilidade com as variáveis da personalidade tais como os costumes e a educação das crianças, mais que pela sua utilidade fisiológica». Por outro lado, alinhando com as posições de Frank, defende a universalidade de determinados elementos do enfoque psicoterapêutico e a importância de alguns factores culturais, em especial a expectativa das sociedades, tanto no conteúdo como na técnica da psicoterapia. Ainda citando a Torray e

o seu livro «*Witchdoctors and Psychiatrists*», Mora sugere uma grande quantidade de pontos comuns entre os dois tipos de curadores à luz dos quatro componentes básicos da psicoterapia, a saber: 1) uma visão do mundo compartilhada que torna possível a classificação do factor psicológico; 2) determinadas qualidades pessoais do terapeuta que parecem produzir resultados positivos; 3) a expectativa do paciente de melhorar, que se vê aumentada pelos costumes sociais, como a aura do ambiente terapêutico e a reputação do terapeuta; e 4) técnicas de terapia baseadas em princípios similares.

Poder-se-ia perguntar: Então, quem são afinal esses curandeiros ou terapeutas tradicionais? Como surgem e conseguem sobreviver nas suas práticas mesmo aonde existem possuidores de conhecimentos e práticas da medicina moderna ou científica? A resposta seria que estes terapeutas tradicionais são pessoas que são reconhecidas pelas suas actividades, no meio onde eles vivem, como competentes para exercer a medicina, como possuidoras do poder de curar ou mesmo de prevenir a doença ou toda e qualquer infelicidade nos seus consultantes e de promover a felicidade (promoção social, aumento da fortuna, boas relações no emprego, harmonia conjugal, etc.). Eles não são estranhos no seu meio e compreendem melhor o seu pudor, porque estão próximos dos seus doentes pelos seus modos de vida, o contexto social no qual exercem e pela familiaridade dos seus discursos. Além disso eles residem geralmente em locais prontamente acessíveis a toda a população rural, a pouca distância das estradas. Uma vez que normalmente são analfabetos, a sua experiência é empírica, a sua actividade consistindo principalmente na observação da doença e tratamento do princípio ao fim. A posse do conhecimento é feita em segredo e ele é zelosamente guardado como informação secreta, embora muitos deles, por convicção ou conveniência, aleguem ter adquirido os seus poderes durante o sono ou através de revelações de outras fontes místicas.

Mas se é verdade que se produzem curas na sequência das práticas dos curandeiros, acerca dos fundamentos dessas curas, ou seja do porquê é que isso acontece de facto, se insiste em várias tentativas de explicação: embora adverso ao curandeirismo e dentro da sua perspectiva parapsicológica, Quevedo (1978), atribuindo uma explicação de perfil psicossomático, fundamentava: «em muitos casos o distúrbio funcional sobrevive à causa da lesão orgânica que lhe deu origem... Por isso a emoção, a sugestão, a fé no curandeiro, etc. acordam o paciente, fazem-no perceber na prática que já não está mais doente». Por outro lado, Cencillo e Garcia consideram que «em numerosas ocasiões a cura se produz por

uma reorganização simbólica de significado exclusivamente cultural». Contudo, estes autores, sem deixar de anotar que muitas das culturas arcaicas utilizam fármacos naturais cientificamente adequados para reorganizar um transtorno fisiológico, reconhecem a importância do factor cultural ao sublinharem que «o problema do significado geral de todos os rasgos sócio-culturais é o problema mais importante que se depara: o mundo de crenças, de sentimentos e de comportamentos por eles originados», admitindo que «uma pessoa que na sociedade ocidental tem um mundo de significados culturais distintos, sejam eles superstições, encadeamentos lógicos, medos, etc., é justamente catalogada de anormal. Foi não tomar isto em consideração que fez os psiquiatras europeus e americanos que trabalhavam em países africanos a fazer a surpreendente constatação de que as suas técnicas eram menos eficazes que as dos curandeiros nativos, apesar da pouca cientificidade destas», observam ainda Cencillo e Garcia que, referindo-se ainda muita pertinência a rasgos culturais específicos, sublinham que «o que chamamos megalomania, complexo de perseguição, agressividade, depressões, etc., pode estar constituído pela pauta cultural, assim como a melancolia da cultura Índia, os estados de excitação maníaca de certas culturas africanas e os complexos de perseguição daquelas culturas onde a bruxaria tem uma alta vigência sócio-cultural são problemas que põem dificuldades de diagnóstico para detectar se estamos em presença de uma desordem natural individual ou em presença de uma forma cultural».

É possível julgar positivamente a praxis da medicina tradicional quando se tenta situá-la na mesma óptica que Mora defende ao fazer as suas considerações acerca das crenças médicas das culturas preliterárias, destacando alguns dos seus aspectos mais relevantes tais como «a sua importância para a psiquiatria baseada no contexto unitário da pessoa, à diferença da dicotomia mente-corpo própria da tradição ocidental» e ainda «a sua tentativa de introduzir racionalidade e estabilidade na cultura quando são considerados no marco de um sistema solidamente estruturado de crenças e rituais que se encontram subjacentes a uma expressão cultural em aparência descontínua».

Resulta igualmente interessante supor que as práticas médicas tradicionais que actualmente se verificam em grande escala no mundo em desenvolvimento não seriam mais que a continuidade da medicina praticada nos estádios mais remotos da evolução da Humanidade, quando ainda os médicos bruxos das tribos primitivas eram ao mesmo tempo médicos e sacerdotes, trabalhando simultaneamente sobre os sintomas psíquicos e físicos porque nunca os tinham imaginado separados.

Embora o progresso da medicina tenha sido penalizado com o vício da dicotomia mente-corpo, a história demonstrou que não faltaram vozes clarificadoras que advertissem de tais perigos, como Platão, citado por Quevedo, que atribuiu à boca de Sócrates a lição em que se proclamava ser um erro a pretensão de ser separadamente médico do corpo e da alma.

É admissível, a partir das posições acima expostas, depreender com oportunidade a relevância dos factores transculturais, assim como dos enfoques psicossomático e unitário, na compreensão da psiquiatria e saúde mental na medicina tradicional dos povos do mundo em desenvolvimento, ao mesmo tempo que nos parece obrigatória a consideração dos referidos aspectos como pontos de partida, entre outros possíveis, para uma formulação de princípios metodológicos válidos e aplicáveis a qualquer tentativa de abordagem científica da medicina tradicional ou do curandeirismo, em prol da sua revalorização.

Conclui-se, sintetizando os pontos de vista sugeridos ao longo do presente trabalho, na afirmação de que a medicina tradicional ou o curandeirismo teve o mérito de chamar, junto com outras vozes, os médicos para o caminho da verdadeira medicina global.

NOTAS

- (1) A este respeito veja-se Carlos Cardoso, «Ki-Yang-Yang: uma nova religião dos Balcãs?», in *Soronda* 10, pp. 3-15 (N. da E.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADABRA, K.A. (1985a), «La responsabilité des praticiens traditionnels: mite ou réalité», *Gestions Hospitalières* n.º 246, pp. 403-405.
- ADABRA, K.A. (1985b), «Le droit et la médecine traditionnelle», *Gestions Hospitalières* n.º 250, pp. 769-776.
- ALEXANDER, F.G. e SELESNICK, S.T. (1980), *História da psiquiatria* (tradução brasileira), IBRASA Ed., S. Paulo.
- AL-ISSA, I. (1990), «Culture and mental illness in Algeria», *The International Journal of Social Psychiatry*, vol. 36, n.º 3, pp. 230-240.
- BALLAKHDAR, J. (1989), «Une nouvelle optique de la médecine traditionnelle au Maroc», *Forum Mondial de la Santé*, vol. 10, pp. 209-215.
- BARTLET, A. (1988), «Behavioural perspective on a Sri Lanka healing ritual», *The International Journal of Social Psychiatry*, vol. 35, n.º 3, pp. 245-351.

- CHIWUZIE, J., *et al.* (1987), «Les tradipraticiens ne sont pas menacés de disparition», *Forum Mondial da la Santé*, vol. 8, pp. 259-264.
- CENCILLO, J. e GARCIA, S.L. (1976), *Antropologia cultural: Factores psíquicos de la cultura*, parte III, 2.ª edição, Guadiana Pub., Madrid.
- DEVEREUX, G. (1971), *Ensayos de etnopsiquiatria general* (tradução espanhola), 1.ª edição, Barral Edit., Barcelona.
- FASSIN, D. e FASSIN, E. (1988), «Traditional medicine and the stakes of legitimation in Senegal», *Soc. Sci. Med.*, vol. 27, n.º 4, pp. 353-357.
- FORTUNE, R. (1963), *Os feiticeiros de Dobu* (tradução portuguesa), Bertrand Ed., Amadora.
- GOLOMB, L. (1988a), «The interplay of traditional therapies in South Thailand», *Soc. Sci. Med.*, vol. 27, n.º 8, pp. 761-768.
- GOLOMB, L. (1988b), «The Supernaturalist curers ans sorcery accusation in Thailand», *Soc. Sci. Med.*, vol. 27, n.º 5, pp. 437-443.
- GOMES, C.A. (1987), *Medicina tradicional: suas limitações e suas relações com a psiquiatria*.
- IBOMBOT, J.G. (1984), «Medicine traditionnelle au Congo Brazaville», *Gestions Hospitalières*, n.º 234, pp. 245-251.
- JORALEMON, D. (1986), «The performing patient in ritual healing», *Soc. Sci. Med.*, vol. 23, n.º 9, pp. 841-845.
- KLEINMAN, A. (1983), *Patients and healers in the context of culture*, University of California Press, California.
- KOUMARE, M. (1983), «Medicine et Psychiatrie traditionnelles en Afrique», in Bannerman, R. H. *et al.*, *Medicine traditionnelle et couverture des soins de santé*, OMS, Genebra.
- LAPLATINE, F. (1986), *Anthropologie de la maladie*, Payot Ed., Paris.
- LADINSKY, J.L. *et al.* (1987), «The influence of traditional medicine in shaping medical care practices in Vietnam today», *Soc. Sci. Med.*, vol. 25, n.º 10, pp. 1105-1110.
- LE BRAS, M. (1983), «Medicines traditionnelles», *Gestions Hospitalières*, n.º 231, pp. 887-888.
- MORA, G. (1982), «Tendencias históricas y teóricas en psiquiatria», in Kaplan e Sadok, *Tratado de Psiquiatria*.
- MORIS, B. (1986) «Herbalism and divinations in Southern Malawi», *Soc. Sci. Med.*, vol. 23, n.º 6, pp. 367-377.
- ODEJIDE, A.O. *et al.* (1989), «Psychiatry in Africa: an overview», *American Journal of Psychiatry*, vol. 146, n.º 6, pp. 708-716.

OUATTARA, G.C. (1983), «Medicine traditionnelle et médecine moderne au Mali», *Gestions Hospitalières*, n.º 231, pp. 903-905.

POLANAH, L. (1987), *O Nhamussoro e as outras funções mágicas religiosas*, Centro de Estudos Africanos, Coimbra.

QUEVEDO, O.G. (1978), *Curandeirismo: um mal ou bem*, 2.ª edição, A.O. Ed., Braga.

RAPPORTD'UNEREUNION DEL'OMS (1987), *Promotion et développement de la médecine traditionnelle*, Séries de rapport technique 622, OMS, Genebra.

TALLAFERO (1983), *Curso básico de psicanálise*, Paidós Ed., Buenos Aires.

WEIDS, M.G. e cols. (1986), «Traditional concepts of mental disorder among Indian psychiatric patients», *Soc. Sci. Med.*, vol. 23, n.º 4, pp. 379-386.

WESTERMEYER, J. (1988), «Folk medicine in Laos: A comparison between two ethnic groups», *Soc. Sci. Med.*, vol. 27, n.º 8, pp. 769-788.

OUTRASREFERÊNCIAS

DE JONG, J.T.V.M. (1987), *A descent into African Psychiatry*, Royal Tropical Institute, Amsterdão.

GROSSMAN, K.G. (1985), *Recent advances in clinical psychiatry*, n.º 5, Churchill Livingstone Inc., E.U.A.

VARMA, V.K. (1988), «Culture, personality and psychotherapy», *The International Journal of Psychiatry*, vol. 34, n.º 2, pp. 142-149.

EDUCAÇÃO E CONFLITO CULTURAL: A EXPERIÊNCIA DO SENEGAL NA UTILIZAÇÃO DAS LÍNGUAS NACIONAIS

A questão da crise de operacionalidade que afecta tanto as ciências exactas como as ciências sociais e humanas no nosso continente está ligada a duas séries de problemas cujas raízes se encontram na situação de dependência estrutural da África e dos povos africanos em relação ao exterior.

Samba MBUUB

Introdução

De acordo com o professor J. F. A. Ajayi, o conceito de educação pode ser definido enquanto «processo global de aquisição e transmissão dos conhecimentos e da cultura no seu sentido lato», no seio de uma determinada sociedade.⁽¹⁾ Segundo este mesmo autor, falar de educação, particularmente no contexto africano, implica também um esforço para se escrutinizar as filosofias subjacentes aos diferentes sistemas educativo-

⁽¹⁾ Comunicação apresentada ao Seminário sobre Investigação Educacional organizado pelo Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação e realizado em Maputo (Moçambique), de 11 a 15 de Março de 1991.

educacionais, os sistemas de valores e as visões do mundo por eles veiculados e transmitidos, as línguas neles utilizadas, os processos de socialização e aculturação neles envolvidos, bem como o conjunto complexo das formas que reveste a interação entre os referidos sistemas educativo-educacionais com os valores que eles veiculam por um lado, e as nossas sociedades no seu conjunto por outro; e, por fim, a influência cumulativa de todos esses factores sobre as sociedades africanas contemporâneas.

Como vamos ver com a experiência senegalesa, hoje em dia os sistemas educativos-educacionais constituem «o domínio principal dos conflitos culturais em África».⁽²⁾

1. Aspectos da experiência do Senegal na utilização das línguas nacionais

1.1. Background linguístico e cultural

1.1.1. Aspectos do panorama etnolinguístico

Este panorama pode ser caracterizado em termos de uma relativa diversidade (multilinguismo) por um lado, e de homogeneidade ou unidade linguística por outro. Com efeito, existem por um lado, seis principais línguas nacionais: Walaf (80% a 85% da população), Pulaar ou Fulfulde (21%), Seréer (13%), Joola (7%), Mandinka (6%) e Soninké (2%).

Por outro lado, essas seis línguas têm todas uma origem comum, sendo portanto geneticamente aparentadas, enquanto unidades pertencentes a um dos dois ramos Oeste-Atlântico e Mandé da sub-família Níger-Congo, de que também fazem parte línguas bantu como o Shima-konde, o Cisena, o Amakhuwa ou o Xitsonga (cf. Greenberg *Languages of Africa*, 1963). Tal facto encontra-se reforçado pela função veicular desempenhada no mesmo contexto pela língua Walaf, enquanto língua materna, segunda ou terceira, segundo o caso, para 85% dos 7 a 8 milhões de senegaleses.

As condições históricas específicas da sua emergência permitem afirmar, de certo modo, que «a língua Walaf não é propriedade de ninguém e ao mesmo tempo ela pertence a todos».

1.1.2. Aspectos da situação sócio-linguística

a) Bipolarização linguística

Como em Moçambique e noutros países africanos, a situação linguística no Senegal caracteriza-se por uma certa bipolarização linguística (bilinguismo de tipo vertical), com o Francês (15% de falantes) a desempenhar, no âmbito da política linguística neocolonial do governo, funções consideradas de primeiro plano, enquanto língua oficial, administrativa e de governo, além de língua de ensino e da ciência. Quanto às línguas nacionais no âmbito da mesma política linguística, cabem-lhes outras funções, enquanto veículos da cultura nacional e instrumentos privilegiados para comunicação social, etc.

b) Resistência linguística e cultural

A situação paradoxal do desequilíbrio criado pela referida política linguística enfrenta uma forte resistência que já saiu dos moldes negativos para se tornar positiva e activa, desde há muito tempo. É verdade que o Francês ainda continua a gozar de um certo prestígio social ligado ao seu estatuto hegemónico, enquanto língua de promoção social. Apesar deste facto, as pessoas manifestam uma actitude positiva de valorização das suas próprias línguas nacionais por se sentirem mais à vontade com ela na expressão e comunicação social, além de que a maioria da população não sabe Francês, língua estrangeira. Os senegaleses continuam a utilizar as suas línguas nacionais na vida de todos os dias, também recorrendo a elas espontaneamente nos seus locais de trabalho: escolas, gabinetes, empresas e oficinas. Também o essencial das produções culturais (filmes, teatro, música e literatura nacional) faz-se em línguas nacionais. De realçar aqui a existência de um riquíssimo património na área da literatura nacional sob a forma escrita⁽³⁾, tendo sido usada para tal o alfabeto dito «latino» ou, mais cedo, o sistema ajami: caracteres árabes enriquecidos com alguns sinais diacríticos, nomeadamente para notação de certos sons inexistentes no fonetismo da língua árabe.

1.2. Investigação, ciência e ensino

1.2.1. Ambiguidade da posição oficial

Tal posição é caracterizada pela contradição entre a atitude negativa (ou tímida no melhor dos casos) do governo senegalês, por um lado, e as

suas tendências para o compromisso por outro lado, devido à força das circunstâncias e à pressão popular em particular.

Como consequência da ofensiva do imperialismo cultural e linguístico francês no âmbito da sua estratégia dita da francofonia, assiste-se à manutenção do estatuto hegemónico do Francês enquanto língua oficial do ensino e da ciência.

1.2.2. Modalidades e impactos da resistência na frente cultural e linguística

Num outro plano, a referida resistência linguística e cultural também tem-se manifestado pelos esforços de produção científica em línguas nacionais, o seu uso na vida política e nos órgãos de comunicação de massas (jornais, revistas, rádio, etc.) assim como no ensino, inclusive na Universidade (cursos experimentais de matemática, e de línguas e literaturas nacionais) e até nalgumas instituições pré-escolares.⁽⁴⁾

a) No sistema de ensino

Desde o Seminário Nacional sobre o Ensino e Educação há dez anos, a luta pela promoção e desenvolvimento das línguas nacionais tem-se exprimido igualmente através das pressões dos docentes, alunos e estudantes no sentido da sua introdução a todos os níveis do sistema nacional de ensino.

Portanto, apesar da manutenção do Francês como meio de ensino, foi possível impor as línguas nacionais no ensino superior, nomeadamente através de cursos de línguas e literaturas nacionais na Universidade Cheikh Anta Diop, que têm beneficiado da valiosa contribuição de intelectuais tradicionais: historiadores, tradicionalistas, genealogistas, etc. Hoje, dez anos aproximadamente após o famoso Seminário Nacional sobre Ensino e Educação, pensa-se seriamente em introduzir as línguas nacionais no sistema nacional de ensino.

b) Investigação científica

A nível da investigação, divulgação e desenvolvimento científico das línguas nacionais e das respectivas culturas por elas veiculadas, há que referir variados trabalhos e publicações tais como os do Arquivo Cultural ou os do Centro das Civilizações de Dakar (CECD), nomeadamente a revista científica *Démb ak Tey*. Com particular destaque salienta-se a acção desenvolvida ao longo do tempo pelo Centro de Linguística

Aplicada de Dakar (CLAD), nomeadamente na fixação dos sistemas gráficos das línguas nacionais e apoio a experiências (oficiais ou informais) de alfabetização, como também na área da elaboração, produção e difusão de material didáctico: prontuários, gramáticas, léxicos e dicionários.

c) Modernização linguística

Certos intelectuais patriotas senegaleses têm-se destacado pelo seu papel motor na criação e animação de instituições de carácter científico como o CLAD, o CECD ou o Instituto Cheik Anta Diop — ex-IFAN (Instituto Fundamental da África Negra), bem como no reajustamento da política linguística do governo. Nos esforços para a modernização das línguas nacionais (criação de léxicos técnicos e científicos para Matemática, Jornalismo, Economia, Política, Linguística), há que destacar o papel de Cheik Anta Diop, tradutor do princípio da relatividade de A. Einstein desde há mais de 35 anos, e autor de «*Tijji Xelum Sâkk*» ou «*Como libertar o génio criativo do povo*»⁽⁵⁾. Nesta obra em edição bilingue (Wolof e Francês), este autor traduziu para a sua língua materna:

- a teoria dos conjuntos, que constitui, juntamente com a aritmética e a teoria dos números, o domínio mais abstracto e difícil de toda a ciência matemática;
- noções de física, matemática e teórica, e outras referentes à organização do material a nível quântico e sub-quântico;
- noções de química quântica;
- noções sobre relatividade restrita e geral e sobre cosmologia relativista;
- a terminologia da álgebra tensorial.

De acordo com Cheik Anta Diop, se é possível traduzir em línguas africanas noções tão complexas como essas, que se situam ao nível mais avançado das ciências matemática, física e química (o nível hipotético), *a fortiori* será ainda mais fácil traduzir para as mesmas línguas aquilo que já foi alcançado como resultados certos e demonstrados pelas mesmas disciplinas científicas. Há que realçar também, neste plano, a produção de textos educativos/informativos tais como: brochuras sobre anatomia do corpo humano e seu funcionamento, certos casos de patologia e doença, tradução de textos para educação política, etc.

1.3 *Línguas nacionais, alfabetização funcional e desenvolvimento rural*

No mundo rural em particular, o recurso às línguas nacionais na elaboração de vários projectos de desenvolvimento permitiu libertar o formidável potencial constituído pelas mulheres camponesas quando mobilizadas para uma causa que elas consideram sua.

Alguns exemplos:

a) gestão das «casas de saúde» nas aldeias: informação e educação sanitária, acções destinadas à prevenção e combate das doenças, etc.

b) disseminação de novas técnicas e tecnologias baseadas essencialmente na mobilização dos recursos naturais e humanos disponíveis, por exemplo, na construção e manutenção dos fornos de matope e areia, que permitem reduzir para metade o consumo de combustível, além de fornecerem uma melhor segurança;

c) a gestão de cooperativas para produção agrícola e/ou pecuária, nomeadamente nas regiões sul e norte do país (Casamance e Vale do rio Senegal): planificação agrícola e económica, técnicas para irrigação, uso de adubos e pesticidas, contabilidade e gestão económica, etc.

O caso senegalês é ilustrativo da situação de crise dos sistemas «nacionais» de ensino a nível do nosso continente, nomeadamente da sua extraversão e do seu carácter inorgânico, em estreita relação com a situação de dependência estrutural dos nossos povos face ao exterior.

Neste sentido, a problemática da inserção das línguas nacionais é apenas um índice dessa situação geral de crise, que se tem manifestado também pela arbitrária desqualificação e não valorização dos sistemas de educação tradicional (SET) bem como pela projecção de uma visão distorcida e negativa da história dos povos e sociedades do nosso continente.

Semelhante visão, produto de uma tradição historiográfica eurocêntrica e opressiva, tem procurado apresentar a África como um «mosaico de tribos» estranhas entre si e em conflito quase permanente, e como um continente estagnante e atrasado, que sempre esteve à margem do progresso científico e técnico.

Neste contexto, falar de «investigação educacional» ou «investigação para a educação» implica também, necessariamente, reflectir com seriedade sobre como a investigação científica, poderá contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia e de uma programa de acção ten-

dentes à:

- reabilitação dos SET;
- descolonização da historiografia africana;

Obviamente, tais objectivos terão poucas hipóteses de serem alcançados sem uma verdadeira ruptura epistemológica no domínio das ciências sociais e humanas, além da criação de condições materiais adequadas para uma verdadeira actividade de investigação científica a nível do nosso continente.

2. Sistemas educativos-educacionais indígenas e o renascimento cultural dos povos africanos

2.1. Vitalidade e permanência

Existe, de certo modo, uma situação contraditória e até paradoxal entre:

- o papel desempenhado pelos SET na educação da maioria das crianças africanas, particularmente dos 1 aos 5 anos, por um lado;
- por outro lado, a desvalorização de que os referidos sistemas têm sido objecto a nível oficial, como aliás o comprovam a escassez dos recursos atribuídos pelos respectivos governos africanos para o seu desenvolvimento, além da pouca atenção que têm merecido por parte de pesquisadores, pedagogos, planificadores educacionais e docentes.

Com efeito, com excepção de contextos tais como o Magrebe/Machrek e o Vale do Nilo, onde o Islão ou o cristianismo dos primeiros tempos chegaram a assimilar ou ser assimilados pelos sistemas indígenas preexistentes,⁽⁷⁾ são esses SET que continuam a determinar os valores sociais e religiosos fundamentais, juntamente com os valores estéticos e morais, as atitudes perante a autoridade e a visão do mundo dos pais das crianças africanas.⁽⁸⁾ Não é de estranhar, portanto, que semelhantes valores e atitudes parentais se imprimam profundamente no espírito e na mente das crianças africanas, singularmente durante os 5 primeiros anos de vida.

Segundo o professor Ajayi, mesmo quando essas crianças passem a ser submetidas à influência doutros valores, crenças (religiosas) e siste-

mas educativos, semelhantes valores inculcados nelas desde a sua primeira infância podem ser reafirmados e consolidados ou postos em questão, sendo, todavia, raros os casos em que eles venham a ser substituídos ou profundamente modificados.⁽¹⁰⁾ Sendo assim, é, portanto, surpreendente e lamentável que os referidos sistemas tenham sido objecto, até aqui, de poucos estudos científicos, tanto do ponto de vista dos seus conteúdos e métodos como também no respeitante à sua influência global sobre a sociedade no seu conjunto.⁽¹¹⁾

2.2. Aspectos e traços característicos dos SET

2.2.1. Autoridade parental

Dois factores contribuem para o reforço da autoridade parental. O primeiro factor está ligado à estrutura da família africana e ao carácter colectivo da educação bem como ao processo de socialização funcional da criança no seio da sua família e do respectivo grupo mais alargado. Quanto ao segundo factor, ele resulta do papel fundamental da mãe e da sua estreita relação com a criança, nomeadamente o seu papel na aprendizagem das línguas africanas, com seu impacto formativo incontestável enquanto base e factor determinante dos esquemas de pensamento e entendimento (mecanismos e processos cognitivos). Como aliás se sabe, há uma estreita relação entre as respectivas estruturas linguísticas e semelhantes mecanismos e processos cognitivos, tendo sido demonstrado por especialistas de psicologia cognitiva, por exemplo, que pode haver várias maneiras diferentes (todas elas correctas) para se descrever e conceptualizar um mesmo processo ou fenómeno empiricamente observado — sendo neste caso as possíveis variações nos esquemas descritivos e conceptuais também determinadas pelas respectivas estruturas das línguas usadas para o efeito. É o caso para se referir ao conceito chomskyano de «universais linguísticos» configuradores da faculdade da linguagem, definidos enquanto «princípios universais abstractos, diferentemente distribuídos e combinados de uma língua ou modelo linguístico para outro»

2.2 Carácter não formalista

Outro aspecto dos SET que é de realçar é o seu carácter não formalista, o que não significa que se trataria de sistemas «informais» ou «não

formais». Fala-se, aliás, de sistemas com carácter não-formalista, por não existir uma distinção nítida (ou melhor, por haver uma estreita ligação) entre escola e família, entre educação, formação e socialização.

Existe uma grande variedade de conteúdos e domínios de aplicação da educação tradicional em África, nomeadamente para a transmissão de uma gama alargada de conhecimentos, técnicas e valores:

- conhecimentos referentes à actividade económica, por exemplo a agricultura, no qual as mulheres africanas têm desempenhado um papel fundamental em muitas sociedades do nosso continente;⁽¹³⁾
- técnicas guerreiras, conhecimentos e aptidões polemológicos, enquanto elemento importante nos ritos de passagem, entre vários povos africanos;
- iniciação a técnicas de subsistência;
- educação sexual;
- conhecimentos farmacológicos (medicina tradicional);
- métodos de formação e socialização;
- educação moral, religiosa, etc.

Em cada um destes domínios de aplicação, a tradição oral desempenha um papel importante na educação das crianças africanas.

Existe nas várias línguas africanas todo um rico património de literatura infantil (contos, lendas, adivinhas, etc.), jogos educativos e/ou linguísticos, recorrendo à onomatopeia, ao ritmo, à imagem e ao símbolo enquanto procedimentos mnemotécnicos.

2.2.3. *Objectivos, finalidades e orientação*

a) Sócio-centrismo e antrope-centrismo

A diversidade de conteúdos e domínios de aplicação dos SET reflecte a multiplicidade dos seus objectivos e princípios norteadores, sendo de destacar o seu sócio-centrismo e antrope-centrismo fundamentais.

O sócio-centrismo dos SET tem sido evocado no que diz respeito à sua finalidade de servir a sociedade. Quanto ao seu antrope-centrismo (diferente do ego-centrismo)⁽¹⁴⁾, este conceito refere a centralidade da pessoa humana (*mu-ntu*), enquanto estatuto e valor fundamental.⁽¹⁵⁾

Embora em medida menor, pode-se falar também de um relativo teo-centrismo, bem como de um certo interesse pela natureza, em termos do

seu conhecimento e sua preservação (eco-centrismo), a propósito dos SET.⁽¹⁶⁾ Todavia, pode-se considerar os principais objectivos dos SET em África como sendo essencialmente de ordem sócio-céntrica e antropocéntrica.

Semelhante orientação não podia deixar de ter certas implicações e repercussões sobre o processo educativo-educacional no seu conjunto.

b) Implicações da orientação antro-po-sócio-céntrica sobre a religião africana

«Se os homens não existissem, os deuses não teriam razão de ser». A visão genérica do mundo subjacente ao princípio filosófico enunciado por este ditado yoruba explica, de certo modo, a origem antropomórfica assim como o humanismo inato de inúmeros deuses e divindades do panteão africano.⁽¹⁷⁾ De resto, o termo «Deus», com seu sentido judaico-cristão ou islamo-árabe de «entidade anterior e exterior à matéria» constitui uma tradução imperfeita do conceito africano de «Neter».⁽¹⁸⁾ A visão do mundo de que se trata aqui, expurgada de toda a noção de fatalidade e de «pecado original», confere ao «homem» (isto é, ao «muntu» ou «re-Metu») uma responsabilidade essencial nas suas acções, servindo assim a referida visão do mundo de fundamento para uma ética da liberdade humana quase desconhecida na tradição judaico-cristã ou islamo-árabe.⁽¹⁹⁾

c) Importância de iniciação e da idade

É também sobejamente conhecida a importância dos ritos de iniciação e das classes etárias nos mecanismos de aquisição e transmissão dos conhecimentos, aptidões e valores básicos, nas sociedades africanas. Há, neste contexto, uma nítida diferenciação entre o saber ou conhecimento de superfície (acessível ao profano) e o saber ou conhecimento profundo, fruto da idade e da experiência dos velhos, ou transmitido por via iniciática. Com efeito, «ao ancião dobrado pelo peso dos anos de experiência, reconhece-se tradicionalmente a capacidade e faculdade de ver muito longe, aí onde o adolescente inexperiente, erguido na ponta dos seus pés, espreita o horizonte em vão...

Disse-se também que «o conhecimento é demasiado pesado para a cabeça do cão». Quer dizer: deve haver determinados princípios éticos e mecanismos para um controle rigoroso e estrito dos processos de aquisição e transmissão dos conhecimentos, particularmente o conhecimento profundo, o qual, caso venha a ser manejado por mãos inexperien-

tes e/ou irresponsáveis, pode tornar-se um grande perigo para a sociedade. Isso é que explica o carácter iniciático de certos tipos de saberes e conhecimentos nas sociedades africanas.⁽²⁰⁾

2.3 *Papel dos SET na solução da crise dos sistemas educativo-educacionais actuais*

2.3.1. *Situação de crise*

O crescimento preocupante da taxa de analfabetismo em África e o facto de que por lado algum se tenha tomado a educação um fenómeno de massas dão conta de crise actual dos sistemas educacionais oficiais (SEO), também dominados pelas línguas, concepções e esquemas estrangeiros. Neste contexto, onde os vários níveis desses SEO constituem outras tantas cidadelas da influência estrangeira, outros tantos instrumentos privilegiados para a aculturação e a alienação mental⁽²¹⁾, a «transferência tecnológica» não passa de um mito, tornando-se a escola cada dia mais um lugar para a formação de futuros desempregados (fenómeno dito do «desemprego tecnológico»). Deve-se acrescentar a fragmentação dos sistemas educativos, sem nenhuma visão coerente, e enfrentando graves problemas de identidade e de eficácia que estarão longe de serem solucionados se se alastrar a situação presente.

2.3.2. *Os SET como fundamento basilar do novo sistema por edificar*

A relação entre as mudanças ocorridas dentro dos sistemas educativo-educacionais e as da sociedade no seu conjunto foi definida por J.E. Talgott como «um dos problemas mais importantes e menos bem entendidos»⁽²²⁾ ou correctamente assumidos, nomeadamente por parte de muitos governos africanos. Por conseguinte, torna-se urgente desencadear e implementar uma política de investigação consequente visando melhor esclarecer cientificamente semelhante relação, e rever todo o sistema oficial de educação e ensino, quer em termos da sua estrutura quer dos seus conteúdos programáticos e finalidades, por forma a torná-lo um verdadeiro instrumento ao serviço dos principais interesses e aspirações dos nossos povos. A reabilitação dos SET torna-se uma necessidade imprescindível nesta perspectiva.

Entretanto, antes mesmo de se pensar em como ultrapassar a crise actual, é preciso responder à questão referente ao tipo de sociedade (e de

«Homem») que se pretende edificar. Surge depois a necessidade de uma investigação científica séria dos SET no sentido do seu conhecimento, e da mobilização das suas potencialidades ao serviço do novo projecto de sociedade por edificar. Estudos realizados têm evidenciado, por exemplo, todo o aproveitamento pedagógico que se poderia fazer, nomeadamente para o ensino matemático, de um jogo de estratégia como o *mshuva*, considerado por muitos o jogo nacional africano por excelência.⁽²³⁾

É também evidente que não se poderá superar as dificuldades actuais sem a definição e a implementação de uma nova «política linguística vigorosa» (no sentido da introdução das línguas nacionais africanas enquanto disciplina e meio de ensino), juntamente com o reconhecimento e a conseqüente valorização do papel crucial das mães africanas nas estratégias e práticas educativo-educacionais.

3. Investigação, historiografia e educação: argumentos para uma descolonização

3.1. Educação e visão historiográfica

Existe uma relação dialéctica entre a educação e a historiografia: se a historiografia é de certo modo produto e reflexo do processo de educação, em contrapartida, a filosofia da vida prevalecente a nível da sociedade tem também efeito sobre este mesmo processo educativo-educacional. Desta relação dialéctica podemos induzir as respectivas tarefas que cabem à educação e à historiografia.

3.1.1. Tarefas da historiografia enquanto instrumento de libertação

De um modo geral, a historiografia deve permitir chegar até à compreensão e explicação não só dos acontecimentos de que a história é feita, mas também da maneira como a totalidade desses acontecimentos é percebida individual e colectivamente dentro da sociedade.

Mais importante ainda, particularmente para um povo dominado como o nosso, não se trata apenas de compreender como é que a situação veio a ser aquilo que ela é hoje, mas também (e sobretudo) importa saber identificar as tendências maiores assim como os modelos alternativos para o futuro.⁽²⁴⁾ É sobejamente conhecida a importância do papel da historiografia em geral, e mais precisamente a função alienante e dissua-

siva que sempre coube à historiografia e ao discurso historiográfico nas várias estratégias políticas de dominação colonial. Em contrapartida, é também conhecida a função da memória histórica de um povo submetido à dominação estrangeira enquanto factor de emancipação, a sua memória histórico-cultural colectiva funcionando neste caso como refúgio de uma identidade alternativa, tornando-se assim o espaço cultural indígena um espaço potencial de subversão e iniciativa política. (V. Amílcar Cabral, «Cultura e libertação nacional»)

Significa que nós africanos de hoje, preocupados em compreender o significado e o sentido a longo prazo da história actual dos nossos povos e do nosso continente, ambos marcados pelo ritmo acelerado das mudanças, pela herança colonial, pela fragmentação das culturas e a multiplicidade dos sistemas de ensino e educação, temos que explorar questões fundamentais tais como os modos e razões da percepção individual e colectiva dessa história, seu significado e sentido, para procurarmos nelas pontos de referência para o futuro.⁽²⁵⁾ Nesse âmbito é que surge a necessidade de uma desfalsificação da história com vista a uma maior autonomia da consciência política africana, sendo portanto o objectivo, não uma reabilitação da história africana, enquanto tal, mas sim a restituição da sua autonomia de pensamento e acção à consciência política dos nossos povos. Trata-se, em realidade, de um duplo processo de restituição: aos povos africanos sua memória histórica e política (herança faraónica e pós-faraónica), como base da sociedade que se deseja ver nascer; e ao mesmo tempo, às elites africanas a sua confiança nelas próprias, enquanto entidades históricas organicamente ligadas aos seus povos, o que contribuirá para a libertação do seu génio e capacidade de inovação.⁽²⁶⁾

3.1.2. Para uma reforma do ensino da história

Há evidentemente necessidade urgente de uma reforma dos sistemas de ensino em África. Segundo o Prof. Cheik Anta Diop, as reformas mais revolucionárias dos nossos sistemas educativo-educacionais dizem respeito ao ensino da história: o seu conteúdo programático, a sua perspectiva e finalidades, etc.⁽²⁷⁾ Em termos de conteúdo e perspectiva, o novo sistema de ensino poderá ser substanciado com certos resultados significativos alcançados pelo desenvolvimento da investigação científica, nas três a quatro últimas décadas, no domínio das ciências sociais em geral e da historiografia africana em particular. Citamos, a título de exemplo, dois postulados cientificamente estabelecidos, e que aliás, de

simples factos científicos, já se tornaram conceitos operatórios e sobretudo factos de consciência histórico-política, a nível do nosso continente e além:

- a África como berço da humanidade e da civilização humana;
- a profunda unidade histórica, linguística, antropológica e cultural dos povos africanos.⁽²⁸⁾

a) Contribuição africana à civilização humana

A África não é apenas a pátria de origem da humanidade; ela é também o berço da civilização humana, tendo desempenhado na antiguidade um papel pioneiro e hegemónico em relação a outros povos à volta do mar Mediterrâneo (gregos, fenícios, etc.) nos domínios científicos e técnico-tecnológico, bem como no desenvolvimento das artes, da filosofia e da religião: ciências exactas (aritmética, geometria, mecânica), medicina e química, astronomia, religião e arquitectura. O nosso continente foi palco de uma «história epistemológica velha como o mundo, e cuja singularidade merece ser realçada não tanto como fenómeno racial, mas aliás meramente cultural e histórico».⁽²⁹⁾ Foi nele com efeito, que aconteceu, no terceiro milénio antes da nossa era, a primeira revolução epistemológica baseada no espírito de observação, experimentação, conceptualização e teorização. Esta foi a base que, aproximadamente 5000 anos mais tarde, será reforçada pelas contribuições de cientistas tais como Galileo, Hume, Bruno, Descartes, Bacon, etc.⁽³⁰⁾

Por conseguinte, procurar transmitir às novas gerações uma visão da história universal ou da ciência que pretenda prescindir dessa contribuição africana equivale, de acordo com Pathé Diagne, «a cavar um vazio de vários milénios debaixo dos nossos próprios pés».

A contribuição africana não se limitou apenas à antiguidade, tendo continuado no âmbito da África pós-faraónica, apesar de vicissitudes históricas de vária ordem.⁽³¹⁾ Os povos africanos sempre foram produtores de práticas e instrumentalidades científicas e técnicas em vários domínios, como também de discursos sobre essas práticas referentes à economia, a política e o Estado, a estética e a ética, bem como à teologia, Deus e homem, etc.

É evidente que semelhante especificidade do campo cultural e intelectual africano não escapa à história nem ao tempo (em termos de mudanças e evolução), ao contexto nem às contradições e conflitos de interesses de classes, nem à diversidade. Apesar de tudo, existe uma certa continuidade

e coerência no espaço e no tempo, em relação com a profunda unidade histórica, linguística, antropológica e cultural dos povos do nosso continente.

b) Identidade cultural africana: exemplo da continuidade e unidade estrutural e histórica dos sistemas gráficos africanos

Como já foi referido, apesar e para além de uma certa diversidade, a África está longe de ser aquele pretendido mosaico de etnias, línguas, tribos e culturas estranhos e estrangeiros uns aos outros e em constante oposição entre si. No lugar, foi demonstrada a existência de uma densa rede de laços de parentesco e de conexões, enquanto sinal de pertinência a uma mesma herança histórica e testemunho de uma identidade cultural comum. Nada melhor do que a história da escrita permite ilustrar este facto.

É ocasião para se desenraizar outro mito respeitante à pretendida «oralidade» das culturas e sociedade africanas ditas «a-grafas», «pré» ou «iletradas» segundo o caso e de acordo com as fantasias conceptuais e semânticas dos analistas. Talvez seja mais conveniente, e de acordo com Théophile Obenga, considerar essa tal oralidade como tendência dominante e não como uma exclusividade. Aliás, como poderemos ver, não só em África é que foram encontrados os mais antigos sistemas e tradições gráficos do mundo, como também a ideia e prática da escrita podem ser consideradas como um facto permanente na história e no pensamento dos povos africanos, como o comprova a abundância e riqueza das grafias e práticas gráficas desenvolvidas a partir delas.⁽³²⁾ Foram recensadas em África escritas pré-históricas antigas e outras históricas mais recentes.⁽³³⁾

De acordo com o testemunho do historiador romano Tacitus (séc. I da nossa era), os africanos da antiguidade, nomeadamente os egípcios, podem ser considerados os primeiros inventores da escrita: «Disse-se que deles a escrita foi tomada em empréstimo pelos fenícios e trazida por eles à Grécia, porque eles eram os donos do mar, e por isso, foram creditados de serem eles os inventores daquilo de que se apoderaram».⁽³⁴⁾

Sabe-se por outro lado que sistemas secundários tais como o arábico, o sírio e o arameense foram desenvolvidos a partir do silabário semítico ocidental e grego, e que «os sistemas de escrita em uso para o inglês assim como para as restantes línguas indo-europeias desenvolveram-se a partir do sistema egípcio».⁽³⁵⁾ Pode-se concluir nesta base que tanto as tradições como os sistemas gráficos hoje em uso na Europa e no mundo árabe têm uma origem essencialmente africana. É verdade que a África

não foi o único núcleo de emergência de uma tradição gráfica. É de realçar, porém, que dos três sistemas (nomeadamente os de Egipto, Sumer e China), apenas o sistema egípcio (isto é africano) é que se desenvolveu até atingir o nível alfabético, considerado a forma mais avançada do estágio fonético⁽³⁶⁾; o que, de resto, necessitou um longo e complexo processo de mutações: sabe-se por exemplo que um intervalo de dez séculos separa o sistema africano dito da escrita hierática (em uso no Vale do Nilo em 1300) e o que se considera o terceiro sistema gráfico da Antiguidade africana, isto é, o demótico (entre 400 e 100 ANE).⁽³⁷⁾

Segundo foi demonstrado por Pathé Diagne, a invenção da escrita responde sempre a uma necessidade, embora a sua natureza e origem não tenham sido sempre evidenciadas:

- necessidade de uma ligação ao comércio e à administração, no contexto urbano, por exemplo;
- servir para a materialização de um pensamento e, desta feita, para a realização de uma acção de carácter religioso ou sagrado;
- necessidade e vontade de perpetuação histórica.

O preenchimento das duas últimas funções aqui registadas parece ter constituído a principal motivação para o surgimento da escrita em África, apesar de uma lenda africana ter atribuído essa invenção ao deus Thôt, também inventor da magia e das ciências.

Passamos a examinar alguns exemplos de sistemas gráficos africanos.

A escrita gicande dos Wagikuyu (Quénia)

Trata-se de um conjunto de sinais gravados numa cabeça, constituindo cada sinal o título de um poema-canto. A história dos caracteres gicande está ligada à menção de pigmeos Gumba, o que deixa entender que se deve tratar de um sistema muito antigo. Aliás, é o que confirma o facto de, no momento do seu reconhecimento pelos europeus (1910), os Wagikuyu já não se lembrarem da sua origem. Os sinais gicande são uma combinação de sistemas picto e ideográficos e apresentam uma certa analogia com a escrita egípcia.

Os nsibidi (sudeste da Nigéria)

Os nsibidi encontram-se em todo o sudeste da actual Nigéria, nomeadamente entre os povos Efik (sudeste), Ekom (Nigéria do sul), Igbo e Eкои (leste). Outrora, eram ensinados nas escolas locais. Também

existem provas arqueológicas da sua antiguidade, como por exemplo as pedras gravadas descobertas no país Ekoi, em 1903 e 1961.

Trata-se de um sistema picto-ideográfico para o qual parece não haver nenhuma ordem específica quanto à sua orientação, o que, no entanto, não afecta o valor semântico dos sinais.

Os pictogramas nsibidi assemelham-se estranhamente aos pictogramas egípcios: «Muitos traços dos nsibidi fazem lembrar traços dos primeiros hieroglifos egípcios».⁽³⁸⁾

O sistema vai (Libéria)

Com a escrita vai chegou-se a alcançar o nível fonético, isto é, tanto o estágio silábico como o alfabético⁽³⁹⁾, considerado mais desenvolvido. De acordo com M. Massakoi, este facto foi resultado de um processo endógeno de evolução da própria escrita vai.⁽⁴⁰⁾ No sistema vai escreve-se da esquerda para a direita; todavia, a formação dos próprios caracteres faz-se da direita para a esquerda, e de cima para baixo.

A escrita vai integra-se em todo um continuum cultural e gráfico caracterizado por um conjunto de sistemas gráfico: os silabários Mande da África ocidental, em uso entre os povos Mende, Loma e Gerze (Guiné-Conacri, Costa do Marfim, Serra Leoa, Libéria). O sistema mende, por exemplo, lê-se da direita para a esquerda.

A escrita mum dos Bamum (Camarões)

Ela é considerada pertença dos Bamum (ou Pamum), povo africano localizado entre os rios Nun e Mban ou Sanaga, nos Camarões. Foram revelados à comunidade científica pelo missionário Goering em 1907, mas a sua existência é muito mais antiga. Trata-se de um total de 510 sinais ou lewa, alguns dos quais foram seleccionados pelo famoso soberano dos Bamum, o rei Njoya (T: 1933), num esforço visando a sua simplificação para uma maior operacionalidade.

A escrita mum é uma combinação de pictogramas, ideogramas e fonogramas. O uso dos fonogramas (sinais alfabéticos ou silábicos) deve-se pelo menos a dois factos:

- a abundância de radicais monossilábicos na língua mum, cuja estrutura é do tipo isolante;
- o facto das polissílabas serem representadas apenas com a primeira letra ou sílaba das palavras a que correspondem.

Depois de comparar a paleta do faraó Narmer da primeira dinastia, unificador do Alto e Baixo Egito (3300 ANE), por um lado, e a recade do rei Glele ou Dakodonu (1625/1650) do antigo reino do Daomé, Pathé Diagne chegou à seguinte conclusão: existem entre esses dois documentos históricos escritos «mais do que simples afinidades. O espírito é o mesmo, como também os princípios e as técnicas de escrita: combinação de pictogramas, ideogramas e pictofonogramas, nomeadamente para a transcrição dos nomes dos faraós Narmer (um peixe e uma ave), e Glele ou Dakodonu (um sílex: “da”; e o desenho da terra: “ko” com um buraco no meio: “donon”)».⁽⁴¹⁾ De facto, vários testemunhos atestam a sobrevivência em África dos sistemas gráficos da Antiguidade africana, em particular do sistema hieroglífico, até uma data recente.

Dentre esses testemunhos, podemos citar:

- os de Dmitri A. Olderogge e de Cheik Anta Diop, nomeadamente acerca de inscrições encontradas nos troncos de imbondeiros na região central do Bawal, no Senegal;
- os testemunhos de Gavassi de Motocculuo na sua «Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola» (1687) relativamente ao uso dos hieroglifos nessas regiões;
- a descoberta em 1896 de uma escrita hieroglífica nas rochas de Tete (Moçambique) ao longo do rio Zambeze, e cujo texto foi já publicado;
- a presença de escrita vai em bandas de cascas de árvores na Libéria.

Poder-se-ia também citar o caso da escrita meroítica, surgida na periferia meridional do Egito, e que «prolonga a escrita faraónica na qualclase inspirava, anão ser que ela tivesse suscitado, ou compartilhasse com ela uma mesma origem».⁽⁴²⁾ O que precede permite afirmar que apesar do peso da tradição oral, a escrita pode ser considerada, de certo modo, como um dado permanente na história dos povos africanos, além de evidenciar uma certa continuidade e unidade estrutural histórica dos sistemas gráficos africanos.

3.2. *Para uma revolução epistemológica nas ciências sociais em África*

A questão da crise de operacionalidade que afecta tanto as ciências exactas como as ciências sociais e humanas no nosso continente está

ligada a duas séries de problemas cujas raízes se encontram na situação de dependência estrutural da África e dos povos africanos em relação ao exterior.

Trata-se, em primeiro lugar, do problema das próprias condições económicas e políticas da produção científica em África, caracterizada pela insuficiência e inadequação dos meios de produção científica, além da tendência ainda dominante para a extravasão das diversas políticas “nacionais” de investigação científica, quando elas existem.

Em segundo lugar, e em estreita relação com o anterior, o problema da falta de uma perspectiva científica africana.

Dá a necessidade, de acordo com Cheik Anta Diop, de se operar uma revolução cultural no sentido de uma reactivação da criatividade africana tanto no domínio das ciências exactas como no das ciências sociais e humanas. Neste último campo, o que mais faz falta, segundo o mesmo autor, é uma perspectiva histórica, sem a qual os estudos africanistas continuarão ainda por muito tempo «temporais, estruturais e suspensos no ar». Verdadeiro fundador de uma escola africana de pensamento científico, a sua obra assenta numa perspectiva e visão conceptual e teórica que introduziram uma revolução epistemológica significativa no domínio das ciências sociais. Tal revolução conceptual e teórica foi um marco importante no processo de descolonização da história africana, nomeadamente pelo desenraizamento de um certo número de mitos veiculados pela tradição historiográfica de orientação eurocêntrica.

Um desses mitos diz respeito ao pretendido carácter não científico e não-operacional da cultura africana no seu conjunto. Por outro lado, os inumeráveis e variados trabalhos científicos desta escola africana de pensamento científico fundada por Cheik Anta Diop têm demonstrado de maneira peremptória e irrefutável a profunda unidade histórica, linguística, antropológica e cultural do continente e dos povos africanos.

Por isso é que, segundo T. Obenga, é impossível compreender ou explicar qualquer parte da África a partir dela própria, e fora do contexto histórico e cultural continental. Os resultados dos estudos onomásticos (etnonímia, antroponímia, toponímia), ainda que embrionários, têm confirmado este facto.

Dá a necessidade de uma visão unitária — que não é, todavia, sinónimo de unanimidade —, em particular a necessidade de um movimento dialéctico de vaivém permanente (no tempo e no espaço) entre por exemplo a África contemporânea e o antigo Egipto (Vale do Nilo), uma vez que o regresso ao Egipto faraónico esclarece as sociedades africanas contemporâneas, e que, por sua vez, a natureza profunda da África negra

faculta a chave para a interpretação correcta da realidade desse mesmo Egipto, recolocando-a no seu contexto africano. Só assim é que será possível situar correctamente — relativizando-as — as particularidades e especificidades locais e regionais, e ultrapassar aquilo que Obenga chama de «dispersão anárquica dos conteúdos», isto é, as visões monográficas e as representações fragmentares sem profundidade cultural ou temporal, e que são sinónimo de subdesenvolvimento e ineficácia teóricos no domínio das ciências sociais em geral, e da lingüística e da história em particular.

Num outro plano, a visão conceptual e teórica alternativa de que se trata aqui fornece uma grelha para a leitura e a interpretação correcta das outras sociedade (Ásia, Europa, etc.), permitindo relativizar por exemplo a contribuição europeia à história universal, particularmente no domínio do desenvolvimento intelectual, científico e técnico-tecnológico da humanidade.

É portanto urgente operar uma ruptura epistemológica com a perspectiva de investigação de orientação e inspiração eurocêntricas. Daí, por exemplo, a necessidade, segundo o linguísta sul-africano Clement Doke, de um modelo teórico apropriado para o estudo das línguas africanas e bantu.

Todavia, de acordo com Olabiyi Babalola Yai, para além dessa ruptura epistemológica, a crise das ciências sociais no nosso continente só poderá ser ultrapassada com a generalização da prática do discurso científico em línguas nacionais africanas.⁽⁴³⁾

NOTAS

- (1) J.F.A Ajayi, «L'Education dans l'Afrique contemporaine: historique et perspectives». Comunicação ao colóquio organizado pela UNESCO em Dacar (Senegal), de 25 e a29 de Janeiro de 1982, sobre o tema «Le processus d'éducation et l'historiographie en Afrique». Edições UNESCO, col. Etudes et Documents, 1986, p. 12.
- (2) Ali A. Mazrui e T. Wagaw, «Vers une décolonisation de la modernité: éducation et conflits culturels en Afrique de l'Est». Comunicação ao mesmo colóquio, *Ibidem*, p. 36.
- (3) Além dos cinco volumes da «Antologia da Literatura Walaf» (*Teérébiannu Ladab ci Walaf*) publicados por Pathé Diagne, podemos citar a volumosa e diversificada produção escrita como o sistema ajami, em pulaar, soninke, walaf, mandinka, etc., desde o século XVI. Faz parte deste património a literatura chamada «walafal», que forneceu até aqui alguns dos nossos maiores poetas nacionais, e cujo surgimento e desenvolvimento foram encorajados por Sheex Ahmadu Bamba, fundador do Muridismo, que também desempenhou um papel fundamental na resistência anticolonial a partir do fim do século XIX. Hoje, todas as línguas nacionais têm um alfabeto normalizado.

- (4) Testes realizados nestas instituições pré-escolares têm demonstrado o avanço e melhor desenvolvimento das crianças que os frequentam, em relação às que frequentam creches e infantários em francês.
- (5) publicado no Boletim do IFAN (BIFAN, t. 37, série B, n.º 1, 1975).
- (6) O conceito de «indígena» significa aqui africano, não abrangendo portanto os sistemas de origem e inspiração europeia ou islamo-árabe.
- (7) Mesmo nesses contextos, têm-se registado bolsas de resistência das culturas, línguas e sistemas pré-árabes ou pré-cristãos; é o caso dos Núbios (sul do Egipto) ou dos Dinka, Nuer e Nuba (povos africanos do sul do Sudão).
- (8) J.F.A. Ajayi, *op. cit.*, *ibid.*.
- (9) Cf. N.E. Freeberg e D.T. Payne, «Dimension of parental practice concerned with cognitive development in the preschool child», *Journal of Genetic Psychology*, 1967, pp. 245-261, cit. in J.F.A. Ajayi.
- (10) Tal facto foi confirmado por N. Kent & D.R. Davis. Cf. «Discipline in the home and intelectual development», *British Journal of Medical Psychology*, n.º 30, 1957, pp. 27-33, cit. por J. F. Ajayi, *Idem, Ibid*
- (11) Aliás, o que existe neste plano são estudos meramente descritivos, generalizações e hipóteses não verificadas ou insuficiente e não satisfatoriamente trabalhadas.
- (12) Noam Chomsky, *Problems of Knowledge and Freedom*, Vintage Books, Nova Iorque, 1972, pp. 43-60.
- (13) Tal facto estaria ligado ao papel desempenhado pela mulher africana na invenção da agricultura e na sedentarização dos antepassados dos nossos povos no contexto do Sahara neolítico (à volta de 5000 ANE), no Vale do Nilo bem como noutras regiões do continente. Daí, por exemplo, a importância da deusa Isis («deusa do trigo e do grão»), como também a relevância do papel desempenhado pelas mulheres nos ritos de fertilidade da terra em muitas sociedades africanas contemporâneas.
- (14) O egocentrismo pode, aliás, ser considerado como traço característico dos sistemas europeus e dos princípios étnicos a eles subjacentes.
- (15) O conceito de «Mu-Ntu» do universo cultural dos povos bantúfonos (África Central e Oriental-Austral) procede da mesma macro-estrutura cultural que o «Re-Metu» do espaço faraónico do IV milénio ANE (Vale do Nilo), como também o «Nit» dos Walaf ou o «Neddo» dos Fulani (África Ocidental).
- (16) Ver, a este propósito, Ali A. Mazrui & Wagaw, *ibidem*, p. 38.
- (17) Ver o estudo do Wole Soyinka *Myth, Literature and the African World*, Cambridge University Press.

- (18) O mesmo conceito de «Neter» do espaço faraónico (antigo Egipto e Núbia) encontra-se também no contexto da África pós-faraónica, por exemplo entre os Maasaay (Quênia e Tanzânia), onde a deusa da terra e da fertilidade chama-se Neiterkob. Cf. *As Religiões de África*, obra colectiva (redactor em chefe: A.A. Gromiko); tradução: G. Melnikov, Edições do Progresso, Moscovo, 1987.
- (19) Ver Pathé Diagne, *L'Européophilosophie face à la Pensée du Negro-African*, Editions Sankoré, Dakar, 1981.
- (20) Também por isso é que desde a Antiguidade, os sacerdotes têm sempre integrado a elite dos intelectuais tradicionais, e que o espaço religioso (os templos egípcios, por exemplo) têm constituído lugar privilegiado para a aquisição e a transmissão de conhecimentos exotéricos como também (e sobretudo) esotéricos, devendo os postulantes a semelhantes conhecimentos serem previamente submetidos à prova da iniciação, mesmo no caso de estrangeiros, como Aristóteles, Pitágoras e Tales, na altura da sua estadia como estudantes nos templos egípcios.
- (21) Dentre os subprodutos dos SEO actuais podemos citar aquelas «sombras faladoras» descritas por René Mesnil, «as quais herdaram de vários séculos de recitação, e sempre chegando aos encontros culturais de mãos desesperadamente vazias», por terem renunciado, à partida, a qualquer forma de autonomia de pensamento ou iniciativa criadora.
- (22) J.E. Talbot, «The History of Education», in *Historical Studies To-Day, Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, Inverno de 1971, p. 143, cit. por Ajayi, *ibidem*, p. 12.
- (23) Existem inúmeras variantes e denominações deste jogo: *aji* ou *awele* (Togo e Benim), *gebeta* ou *gamada* (Etiópia), *wure* ou *wuri* (Wolof e Fulani), *dodoi* (Masaay), *mankala* (Zaire e África Central), *mbi* (Bamun, Camarões), (Na Guiné e Cabo Verde, *ori*, *wori*. N. da E.).
- (24) J.F.A. Ajayi, *ibidem*, p. 11.
- (25) *Idem, ibidem*.
- (26) José Nascimento, «Sur le caractère opératoire de l'oeuvre de Cheikh Anta Diop», *Revue Nomade* n.º 1, 1987.
- (27) Cheikh Anta Diop, entrevista à revista *Jeune Afrique* n.º 1155, do dia 23/02/1983.
- (28) Ver Cheik Anta Diop, *Unité Culturelle de l'Afrique Noire*, Ed. Présence Africaine, 1959, 1982; *Civilisation ou Barbarie*, Présence Africaine, Paris, 1981. Ver também as actas do colóquio do Cairo (1974), organizado pela UNESCO sobre o tema «Povoamento do Egipto antigo e deciframento da Escrita Marroítica», Ed. UNESCO, Col. Etudes et Documents, Paris, 1978.
- (29) Cf. Pathé Diagne, *op. cit.*, *ibidem*.
- (30) *ibidem*.

- (31) Walter Rodney tem demonstrado que até à véspera do contacto com os europeus (séc. XV), não existia um desnível significativo, em termos de desenvolvimento histórico global, entre a África e a Europa, encontrando-se o nosso continente em posição de vantagem nalguns domínios e vice-versa. Ver nomeadamente a obra-chave deste autor: *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Colecção de Leste a Oeste, Seara Nova, 1975, pp. 49-105. De resto, a verdadeira hegemonia intelectual europeia foi mais recente, datando apenas do século XIX, nalguns domínios.
- (32) Cf. Pathé Diagne, «História e linguística», in *História Geral da África*, Vol. I, Ed. UNESCO/Stock/Jeune Afrique.
- (33) Cf. Théophile Obenga, «Systèmes graphiques africains», *L'Afrique dans l'Antiquité*, Présence Africaine, 1973, cap. x, pp. 355 e segs.
- (34) Tacitus, cf. «Anuários», citado in W.P. Lehmann, *Historical Linguistics, an Introduction*, Ed. Holt, Rinehart & Winston, Inc., 1962, 1978, p. 62.
- (35) *Ibidem*, p. 60.
- (36) W.P. Lehmann, *ibidem*. A escrita silábica é o primeiro estágio do nível fonético.
- (37) Th. Obenga, *ibidem*.
- (38) Cf. Talbot, *In the Shadow of the Bush*, 1912, p. 317, cit. in Th. Obenga, *op. cit.*
- (39) O sistema vai conta sete vogais.
- (40) M. Massakoi, «The Vai People and their Syllabic Writing», in *Journal of African Societies*, 1911, cit. por Obenga.
- (41) Cf. Pathé Diagne, *op. cit.*
- (42) P. Diagne, *op. cit.*, p. 287.
- (43) O.B. Yai, comunicação ao Colóquio sobre Etnónimos e Topónimos Africanos («Ethnonymes et Toponymes Africains»), organizado pela UNESCO em 1978, e cujas actas foram publicadas pela mesma instituição em 1984 (Colecção Estudos e Documentos).

A NOVA LEI DA IMPRENSA NA GUINÉ-BISSAU

É garantido ao cidadão a liberdade de «exprimir e divulgar o seu pensamento através da imprensa» (art.º 3) afastando-se qualquer possibilidade de cercear esse direito através de medidas administrativas restritivas ou punitivas, com excepção de limites que têm em vista salvaguardar valores igualmente importantes e que o direito deve proteger (v. g. Unidade Nacional, Ordem, Segurança e Saúde Públicas e direitos, liberdades e garantias dos cidadãos).

Raimundo PEREIRA*

Introdução

Há muito que o sector da Comunicação Social vinha reclamando um conjunto de regras que transpusessem para o plano jurídico a nova situação de facto criada com a independência total da Guiné-Bissau. A Lei de Imprensa que regia a Comunicação Social data de 1973 e era impregnada de princípios jurídicos que assentavam na defesa de valores que mais não visavam senão perpetuar interesses próprios subjacentes à dominação colonial.

É assim que, porque entrava em conflito com os princípios que conformavam a nova ordem jurídica consagrados na Constituição e outras leis da República, o referido diploma passou a não ter nenhuma aplicação.

* Director da Rádiodifusão da Guiné-Bissau

DOCUMENTOS

A par dessa indefinição, que não deixa de constituir uma preocupação, mas que acaba por ser relegada para plano secundário perante outras tarefas prioritárias inerentes à organização do próprio Estado num país recém-independente, um outro ciclo de vida da nossa sociedade veio acentuar ainda mais a necessidade de colmatar a grande lacuna que representa a ausência de leis que dessem plena consagração à actividade dos órgãos de comunicação social nos seus variados aspectos.

Trata-se da liberalização económica e da proclamação da democracia pluralista. Estes acontecimentos vieram catapultar para o primeiro plano e urgência de a imprensa ser dotada de instrumentos jurídicos para melhor desempenhar o seu papel de meio de difusão de informação e tribuna de debate de ideias e de problemas nacionais, condições indispensáveis para a consolidação da democracia multipartidária.

A Lei de Imprensa e outra legislação complementar (v. g. Estatuto do Jornalista, Lei de Acesso dos Partidos Políticos aos Órgãos de Comunicação Social e a Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social) surgem assim no quadro das preocupações atrás referidas.

Pela primeira vez, ao lado das normas que consagram, de uma forma pouco clara e sem aplicação imediata, a livre criação intelectual, artística e científica (art.º 42); o direito e o dever de todo o cidadão de participar na vida política, económica e cultural, concorrendo para a formação da opinião pública (art.º 43) e a liberdade de expressão do pensamento (art.º 44), a Constituição da República consagra expressamente a liberdade de imprensa (art.º 44-A).

Este último artigo, aliás inovador, vem impor ao Estado a garantia de um serviço público de imprensa (*latus sensu*) independente dos interesses políticos e económicos e, ao mesmo tempo que prevê a criação de um órgão (C.N.C.S.) que terá por missão velar pela salvaguarda do pluralismo de ideias e independência dos órgãos de comunicação social, abraça sem limites o princípio da liberalização do sector, não reservando o exclusivo dos meios audio-visuais ao Estado.

Esta questão não é pacífica em termos de legislação comparada de países com uma história recente de independência, onde a reserva em exclusivo desses órgãos é normalmente justificada pela necessidade da consolidação da independência, das instituições da República e da unidade nacional. Neste aspecto, a nossa lei preferiu aderir às tendências modernas.

Tal como faz a Constituição, a Lei de Imprensa utiliza o conceito de imprensa no seu sentido amplo, pretendendo com isso abarcar não só a imprensa escrita e audio-visual, como também «qualquer forma de

produção de escritos, sons ou imagens, destinados à difusão pública (art.º 2, que no seu n.º 2 afasta desta acepção casos que normalmente não integram o conceito de imprensa).

Perscutando um pouco a lei, é mister salientar, ainda que de forma sucinta, alguns aspectos que a caracterizam.

- É garantido ao cidadão a liberdade de «exprimir e divulgar o seu pensamento através da imprensa» (art.º 3) afastando-se qualquer possibilidade de cercear esse direito através de medidas administrativas restritivas ou punitivas, com excepção de limites que têm em vista salvaguardar valores igualmente importantes e que o direito deve proteger (v. g. Unidade Nacional, Ordem, Segurança e Saúde Públicas e direitos, liberdades e garantias dos cidadãos).
- A imposição ao Estado do dever de criar condições indispensáveis para que a imprensa possa prosseguir objectivos inerentes ao interesse público (art.º 4).
- O princípio de liberdade de imprensa, com a limitação de o capital estrangeiro não poder exceder 30% do total.
- Como consequência da liberdade de expressão do pensamento vem o art.º 9 estabelecer o acesso às fontes de informação, com limitações perfeitamente compreensíveis.
- Por último, merece destaque a consagração do direito de resposta (art.º 21 e seguintes), independentemente do procedimento civil ou criminal (art.º 34 e seguintes).

Lei n.º 4/91 de 3 de Outubro

PREÂMBULO

A Guiné-Bissau, ao preparar-se para a introdução na sua vida política do sistema pluripartidário, encontra-se no limiar de uma nova fase da sua História.

Este processo de mudança conduzir-nos-á a uma sociedade em que a pluralidade de ideias, opiniões e interesses se irão manifestar, sendo os órgãos de Comunicação Social, os meios privilegiados para a sua veiculação.

Neste contexto, torna-se indispensável criar as normas que rejam, de forma clara, a acção de cada um dos sectores de actividade. Daí, a

DOCUMENTOS

necessidade de se dotar o País de um conjunto de normas susceptíveis de regulamentar a actividade de imprensa num quadro pluripartidário.

Isto é tanto mais primordial, quanto é certo que a imprensa constitui, sen dúvida, um dos sectores fundamentais nesse novo contexto, pois que ao realizar as suas múltiplas funções de informação, de integração social, de educação e promoção cultural, de diálogo e debate, pode e deve desempenhar o papel de promotor do desenvolvimento e da democracia no nosso país.

A presente Lei, a primeira na Guiné-Bissau, livre e independente, completada por outras leis avulsas abrangendo matérias ligadas ao acesso dos Partidos Políticos aos Órgãos de Informação, a Publicidade, o Cinema e a Lei da criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, constitui um quadro jurídico-constitucional que permitem ao cidadão o pleno exercício de liberdade de expressão, de pensamento e ao profissional de informação, a garantia de sigilo profissional e a salvaguarda da sua independência.

CAPÍTULO I

Disposições introdutórias

Artigo 1.º

(Objecto do diploma)

1. A presente lei define as bases gerais do regime jurídico aplicável à imprensa escrita e audiovisual.
2. As publicações estrangeiras distribuídas em território nacional estão sujeitas ao presente diploma, salvo naquilo que, por sua própria natureza, lhe seja inaplicável.

Artigo 2.º

(Conceito de Imprensa)

1. Integram o conceito de imprensa, para efeitos da presente lei, as publicações gráficas, a rádio, a televisão e, em geral, qualquer forma de reprodução de escritos, sons ou imagens, destinados à difusão pública.
2. Ficam excluídos do disposto no n.º 1 os impressos oficiais sem conteúdo noticioso e as reproduções correntemente utilizadas nas relações sociais e comerciais.

CAPÍTULO II

Dos direitos e deveres relacionados com a liberdade de imprensa

Artigo 3.º

(Liberdade de Imprensa)

1. Todo o cidadão tem o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento através da imprensa, não podendo o exercício deste direito ser subordinado a qualquer forma de censura, autorização, caução ou habilitação prévia.

2. É lícita a discussão e crítica das doutrinas políticas, filosóficas, sociais e religiosas, bem como dos actos dos órgãos de poder do Estado e da Administração Pública, dentro dos limites da presente lei.

3. Os limites à liberdade de imprensa decorrerão apenas dos preceitos deste diploma e demais legislação que vise a salvaguarda da unidade nacional, da ordem, segurança e saúde pública, da soberania e independência nacionais e da integridade moral dos cidadãos.

Artigo 4.º

(Interesse Público da Imprensa)

1. A imprensa tem uma função de interesse público, como tal reconhecido pelo Estado, desde que vise nomeadamente:

a) A difusão de informações e conhecimentos que contribuam para o aprofundamento da democracia e progresso social;

b) A formação de uma opinião pública informada e esclarecida;

c) A difusão da cultura e o reforço da identidade e unidade nacionais;

d) A promoção do diálogo entre os poderes públicos e a população;

e) A mobilização da iniciativa e participação populares, nos diversos domínios de actividade;

f) A defesa da paz, da amizade entre os povos e da solidariedade internacional.

2. É dever do Estado assegurar as condições de existência de uma imprensa que assegure a prossecução dos fins enunciados no n.º antecedente.

Artigo 5.º

(Criação de empresas jornalísticas e noticiosas)

1. A criação de empresas jornalísticas e noticiosas é livre, não podendo, todavia, a participação de capital estrangeiro nas mesmas exceder 30% do total.

2. O regime jurídico aplicável às empresas proprietárias das publicações periódicas, nos termos do presente diploma, será extensivo, com as necessárias adaptações, às agências noticiosas.

Artigo 6.º

(Exercício da Rádio e da Televisão)

1. O acesso das empresas de rádio e de televisão ao espectro radioeléctrico fica sujeito à concessão de licença, nos termos das normas aplicáveis ao domínio das telecomunicações.

2. A concessão da licença prevista no número anterior será precedida de concurso público que permita seleccionar, para cada frequência disponível, os candidatos que melhor garantias apresentem de satisfação dos objectivos previstos no artigo 4.º.

3. O regulamento do concurso público a que se refere o n.º 2 será aprovado pelo Conselho de Ministros.

4. O disposto nos números anteriores não se aplica aos serviços públicos de rádio e televisão, os quais serão objecto de concessão pelo Governo.

Artigo 7.º

(Órgãos de Imprensa do Estado)

1. Os órgãos de imprensa pertencentes ao Estado, directa ou indirectamente, deverão reflectir uma orientação editorial que preserve o rigor, a independência e o pluralismo da informação, não favorecendo quaisquer grupos ou interesses particulares.

2. Os órgãos a que se refere o presente artigo assegurarão, em cada edição ou emissão por si realizadas, a cedência, ao departamento governamental que tiver a seu cargo a informação oficial, de espaços jornalísticos ou tempos de antena, em condições a regulamentar.

3. As diferentes forças políticas, bem como Sindicatos e outras Organizações Sociais com existência legal, usufruirão de direito de

acesso aos órgãos de informação do Estado, em conformidade com a legislação sobre a matéria.

Artigo 8.º

(Notas oficiosas, avisos e comunicados)

1. Em situações que, pela sua natureza e relevância, justifiquem a necessidade de informação oficial pronta e eficaz, nomeadamente quando respeitem a ameaça de perigo para a independência nacional, a segurança dos cidadãos, a saúde pública ou outras situações de emergência, o Governo, através do departamento governamental responsável pela informação, assim como os demais órgãos do poder do Estado, poderão recorrer à difusão de notas oficiosas.

2. As notas oficiosas são de difusão obrigatória na imprensa escrita de informação geral e na imprensa audiovisual, devendo ainda ser divulgadas de forma gratuita na parte que não exceda 500, 300 ou 200 palavras, consoante se trate da imprensa escrita, da rádio ou da televisão.

3. A difusão das notas oficiosas será feita com o devido relevo e acompanhada de menção expressa da sua natureza.

4. A difusão de comunicados, notas ou avisos oficiais, através da imprensa, deverá ter lugar, sempre que possível, nos espaços jornalísticos ou tempos de antena previstos no n.º 2 do artigo 7.º, devendo ser objecto de retribuição, quando tal não possa verificar-se, em conformidade com a tabela de publicidade normalmente praticada pelo órgão de imprensa utilizado.

5. Fica salvaguardada a obrigatoriedade de difusão das comunicações, avisos ou anúncios emanados dos tribunais, ao abrigo das leis de processo.

Artigo 9.º

(Acesso às fontes de informação)

1. Aos jornalistas profissionais, no exercício das suas funções, será facultado o acesso às fontes oficiais de informação.

2. O acesso às fontes oficiais de informação não será consentido em relação aos processos em segredo de justiça, aos factos e documentos qualificados como segredo militar ou de Estado, aos que sejam secretos ou confidenciais por imposição legal e, ainda, aos que digam respeito à reserva da vida privada dos cidadãos.

Artigo 10.º

(Sigilo profissional dos jornalistas)

1. É reconhecido aos jornalistas profissionais o direito ao sigilo, relativamente à origem das informações que publiquem ou transmitam.

2. O direito previsto no n.º 1 abrange a escusa de depoimento judicial, salvo se o mesmo for considerado indispensável por razões ponderosas de interesse público, pelo tribunal competente.

3. Para efeito do disposto na parte final do número anterior, o tribunal fará preceder a sua decisão de consulta aos Conselho Nacional de Comunicação Social.

CAPÍTULO III

Das publicações

Artigo 11.º

(Espécies de publicações)

1. As publicações podem ser periódicas ou não periódicas.

2. Consideram-se publicações periódicas os jornais, revistas e escritos de qualquer natureza que sejam editados com intervalos de tempo regulares, não superiores a um ano, em série contínua ou em números sucessivos, sem limite definido de duração.

3. São publicações não periódicas as que se editem de uma só vez, em volume ou fascículos.

Artigo 12.º

(Requisitos das publicações)

1. As publicações periódicas conterão obrigatoriamente, as seguintes menções:

a) Na primeira página, o seu título, data e preço;

b) Em qualquer das suas páginas, a sua periodicidade, a tiragem de cada edição, o nome do director, a designação da empresa editora e a localização do estabelecimento onde são impressas.

2. As publicações não periódicas conterão sempre menção do autor, do editor, do estabelecimento e data de impressão e do número de exemplares de cada edição.

3. Consideram-se clandestinas as publicações que omitam intencionalmente qualquer das seguintes menções:

a) Título, director, editor e local da impressão, no caso de publicações periódicas;

b) Autor e editor, no caso das publicações não periódicas.

Artigo 13.º

(Registo de imprensa)

1. O departamento governamental que tiver a seu cargo a área da informação organizará um registo de imprensa, ao qual ficam sujeitas as várias entidades que exerçam actividade no sector.

2. O Governo regulamentará o regime de registo de imprensa, dentro dos 90 dias posteriores à entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 14.º

(Depósito legal)

Os editores de quaisquer publicações, periódicas e não periódicas, deverão proceder ao envio de dois exemplares de cada edição, no dia de distribuição da mesma, a cada um dos seguintes serviços ou entidades:

a) Departamentos governamentais responsáveis pelas áreas de informação e da cultura;

b) Procurador-Geral da República;

c) Biblioteca Nacional;

d) Biblioteca Municipal da Região da sede da empresa editora;

e) Quaisquer outras entidades relativamente às quais se encontre previsto o dever legal de depósito.

CAPÍTULO IV

Requisitos das emissões

Artigo 15.º

(Requisitos das emissões)

1. As emissões radiofónicas e televisivas conterão, a intervalos de tempos regulares, o identificativo da respectiva estação.

2. Os programas difundidos através da rádio ou da televisão incluirão a indicação do seu título e do nome do autor, produtor ou realizador dos mesmos, bem como as correspondentes fichas artística e técnica.

3. Consideram-se clandestinas as emissões de rádio ou televisão que não contenham, intencionalmente, a identificação prevista.

Artigo 16.º

(Registo das emissões)

As estações de rádio e televisão são obrigadas a proceder ao registo magnético de todos os programas que difundirem, devendo conservar as respectivas gravações pelo espaço mínimo de trinta dias.

Artigo 17.º

(Artigos de interesse público)

Os órgãos de imprensa e, em particular, as empresas de rádio e de televisão, organizarão e conservarão os documentos e registos magnéticos que se revistam, pelo seu conteúdo histórico, político ou cultural, de notório interesse público.

CAPÍTULO V

Estrutura interna dos órgãos de imprensa do Estado

Artigo 18.º

(Estrutura interna dos órgãos de imprensa do Estado)

A estrutura interna dos órgãos de imprensa é constituída pela direcção e pelo comité de redacção, quando exista.

Artigo 19.º

(Direcção)

1. Todos os órgãos de imprensa terão uma direcção, singular ou colegial, designada pela empresa sua proprietária após audição do comité de redacção, quando exista.

2. Podem exercer funções de direcção nos órgãos de imprensa todos os cidadãos nacionais, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, que preencham os requisitos especificamente exigidos pelos estatutos ou regulamentos internos aplicáveis.

3. O exercício das funções a que se refere o presente artigo é incompatível com o desempenho de cargos políticos ou da magistratura, ficando ainda sujeito às demais incompatibilidades previstas no Estatuto do Jornalista.

4. Competem à direcção dos órgãos de imprensa:

a) A definição das grandes linhas de orientação do órgão e elaboração do seu estatuto editorial.

b) A presidência do comité de redacção, quando exista;

c) A designação da chefia de redacção;

d) Quaisquer funções de representação externa.

Artigo 20.º

(Comité de Redacção)

Nos órgãos de imprensa com pelo menos cinco jornalistas profissionais existirá, obrigatoriamente, um comité de redacção, com a constituição e competências previstas no Estatuto do Jornalista.

CAPÍTULO VI

Do direito de resposta

Artigo 21.º (Conteúdo)

1. Toda a pessoa singular ou colectiva, ou organismo público, que se considere prejudicado ou ofendido por qualquer publicação ou emissão que contenha elementos inverídicos ou erróneos, susceptíveis de afectarem manifestamente o seu bom nome e reputação, disporá do direito de resposta às referências em questão.

2. O direito de resposta consistirá:

a) na publicação do desmentido ou rectificação do ofendido, em local idêntico ao do escrito que lhe deu origem e com caracteres tipográficos semelhantes;

b) na transmissão do desmentido ou rectificação na mesma emissora de rádio ou televisão em que tiver ocorrido a emissão que lhe deu origem, e dentro do mesmo horário por ela utilizado.

3. O direito de resposta é independente do procedimento civil ou criminal resultante da difusão das palavras ou imagens ofensivas.

Artigo 22.º (Legitimidade)

O direito de resposta pode ser exercido pela própria pessoa ofendida, pelo seu representante legal e pelos herdeiros ou cônjuge sobrevivente.

Artigo 23.º (Prazo)

O direito de resposta deve ser exercido, sob pena de caducidade, nos 30 dias posteriores à data da publicação ou emissão visadas, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo seguinte.

Artigo 24.º
(Formalidades)

1. O exercício do direito de resposta será requerido por carta registada, com aviso de recepção.

2. O conteúdo da resposta será limitado pela relação directa e útil com o texto ou emissão que lhe deu origem, não podendo sua extensão exceder 200 ou 100 palavras, consoante se trate da imprensa escrita ou audiovisual.

3. A resposta não poderá conter expressões desprimorosas ou que envolvam responsabilidade civil ou criminal caso em que só ao autor será exigida.

4. Se o exercício do direito de resposta não se conformar às condições prescritas nos números 1 e 2 do presente artigo o órgão de imprensa visado notificará o seu titular para proceder às modificações necessárias, iniciando-se nova contagem do prazo a que se refere o artigo 23.º.

Artigo 25.º
(Difusão da resposta)

1. A difusão da resposta poderá ter lugar no prazo de 3 dias, a contar da data da sua recepção, tratando-se de publicação diária ou de programa radiofónico ou televisivo com idêntica periodicidade, ou numa das duas primeiras edições ou emissões subsquentes, no caso inverso.

2. A direcção do órgão de imprensa que difundir a resposta pode fazê-la acompanhar de uma breve anotação, com o objectivo de apontar qualquer inexactidão ou erro de interpretação nela contidos, sem prejuízo de o exercício de tal faculdade poder gerar novo direito de resposta, uma vez reunidos os pressupostos previstos no n.º 1 do artigo 21.º.

Artigo 26.º
(Recusa de difusão da resposta)

1. Poderá ser recusada a difusão da resposta que:

a) não tenha relação directa com os factos apontados na publicação ou emissão em causa.

b) infrinja o disposto nos números 1 e 2 do artigo 24.º e não seja objecto de correcção, nos termos do n.º 4 do mesmo preceito.

DOCUMENTOS

2. A recusa pela direcção do órgão de imprensa, de difusão da resposta será precedida de parecer do comité de redacção, quando exista, e notificada ao interessado, com a correspondente fundamentação, por carta registada, com aviso de recepção.

Artigo 27.º (Recurso ao Tribunal)

1. Se a resposta não for difundida dentro dos prazos legais, poderá o interessado requerer ao tribunal da sede do órgão de imprensa em falta, nos 15 dias imediatos, a difusão coerciva da mesma.

2. O requerimento será instruído com um exemplar do escrito em causa, se for caso disso, ou com a descrição da emissão visada, sendo igualmente acompanhado do texto da resposta.

3. O tribunal decidirá, sem admissão de recurso, no prazo de dez dias, uma vez realizadas as diligências que considere necessárias.

4. A difusão da resposta ordenada pelo tribunal deverá ter lugar na primeira edição ou emissão posterior à notificação da sentença, e assinalará ser resultado de decisão judicial.

5. Incorrem no crime de desobediência os membros da direcção de *um órgão de imprensa que se recusem a acatar a decisão do tribunal ordenando a difusão da resposta.*

Artigo 28.º (Publicação deficiente da resposta)

1. Se a resposta for difundida com alguma alteração ou deficiência que lhe deturpe ou prejudique o sentido, ou com violação dos requisitos fixados no n.º 2 do artigo 21.º, o interessado notificará de imediato o órgão de imprensa em causa para que volte a inseri-la, na edição ou emissão seguintes, com as rectificações devidas.

2. Caso o pedido do interessado não seja atendido, proceder-se-á como se de recusa de difusão da resposta se tratasse.

CAPÍTULO VII

Da publicidade difundida

Artigo 29.º (Regras gerais)

1. A difusão de mensagens publicitárias, através da imprensa, deverá respeitar os princípios da licitude, identificabilidade, veracidade, leal concorrência e respeito pela defesa do consumidor.

2. É interdita, em especial, a publicidade que:

a) Atente contra a lei, os valores fundamentais e as instituições do país;

b) Não seja expressamente identificada como tal;

c) Induza o consumidor em erro quanto às características ou propriedades do bem ou serviço anunciado;

d) Utilize expressões ou imagens denegridoras dos concorrentes;

e) Possa provocar quaisquer prejuízos, de natureza física, intelectual ou moral, aos consumidores.

3. Não são consentidos os processos publicitários que, usando imagens subliminares ou quaisquer outros artifícios dissimuladores, explorem a possibilidade de transmitir publicidade oculta ou, de qualquer modo, influenciem os membros de um público sem que estes se apercebam da natureza publicitária da comunicação.

Artigo 30.º (Publicidade redigida)

1. Considera-se como publicidade redigida todo o texto ou imagens cuja difusão tenha sido objecto de contrapartida, ainda que sem cumprimento da tabela de publicidade praticada pelo órgão de imprensa escrita que proceder à sua inserção.

2. A publicidade redigida deverá ser claramente identificada no início do anúncio e conter expressa menção do nome do anunciante.

Artigo 31.º

(Publicidade na rádio e televisão)

1. A publicidade difundida na rádio e na televisão será claramente separada da restante programação, através de identificativo apropriado.

2. A inserção de mensagens publicitárias, nas emissões de rádio e de televisão, deverá respeitar a integridade e o valor dos programas, assim como os direitos morais dos seus autores.

3. A publicidade radiofónica e televisiva não poderá exceder, por cada hora de emissão, os seguintes limites de duração:

a) 10 minutos, no caso da rádio;

b) 5 minutos, no caso da televisão.

Artigo 32.º

(Patrocínio publicitário)

Os programas radiofónicos e televisivos que sejam objecto de patrocínio publicitário conterão referência expressa a essa qualidade, no seu início e termo.

Artigo 33.º

(Recusa de publicidade)

1. A direcção dos órgãos de imprensa poderá recusar a difusão das mensagens publicitárias que se mostrem contrárias às linhas de orientação ali existentes.

2. A recusa prevista no número antecedente será fundamentada e precedida de consulta ao comité de redacção, quando exista.

CAPÍTULO VIII

Normas sobre responsabilidade

Artigo 34.º

(Formas de responsabilidade)

Pelos delitos e actos ilícitos cometidos através da imprensa respondem os seus autores, civil, criminal e disciplinarmente.

Artigo 35.º

(Responsabilidade civil)

1. A responsabilidade civil emergente de actos praticados através da imprensa rege-se pelos princípios gerais de direito privado.

2. Caso o escrito ou programa tenha sido difundido com conhecimento e sem oposição da direcção do órgão de imprensa, a empresa proprietária do mesmo será solidariamente responsável com o autor do ilícito.

Artigo 36.º

(Determinação da responsabilidade criminal)

1. A responsabilidade criminal determina-se de acordo com o disposto nos números seguintes.

2. Nas publicações periódicas respondem, sucessivamente:

a) O autor do escrito ou imagem, salvo nos casos de difusão não consentida, nos quais responderá quem a tiver promovido e, bem assim, os membros da direcção da publicação, se não provar o desconhecimento dos materiais em questão ou a impossibilidade de obstar a sua difusão;

b) Os membros da direcção da publicação, no caso de escrito ou imagem não assinados ou da autoria de pessoa que não possa ser demandada judicialmente, se não se exonerarem da sua responsabilidade nos termos previstos na alínea anterior;

DOCUMENTOS

c) Os responsáveis pela difusão de escrito ou imagens não assinados, difundidos sem conhecimento da direcção ou com a sua oposição expressa.

3. Nas publicações não periódicas respondem, sucessivamente:

a) O autor do escrito ou imagem, salvo nos casos de difusão não consentida, nos quais responderá quem a tiver promovido.

b) O editor, se não for possível a identificação do autor ou a sua demanda em juízo.

4. Nos programas da rádio e televisão respondem, sucessivamente:

a) O seu autor, produtor ou realizador, bem como os membros da direcção que não provem o desconhecimento do programa ou a impossibilidade de obstar à sua difusão;

b) Quem tiver determinado a emissão do programa, quando a mesma não tenha sido autorizada pela direcção;

c) Os membros da direcção, se não for possível a identificação do autor, produtor ou realizador do programa, ou a sua demanda em juízo;

d) Além do agente directo da infracção, todos os que, no caso das emissões em directo, não tenham prevenido, podendo e devendo fazê-lo, a sua consumação.

Artigo 37.º

(Ausência da responsabilidade criminal)

Os distribuidores e vendedores das publicações, assim como os técnicos que tenham a seu cargo as emissões de rádio e televisão, não são responsáveis pelo conteúdo ilícito dos materiais difundidos, excepto no caso das publicações e emissões clandestinas ou daquelas que se encontrem judicialmente suspensas, se tiverem consciência do carácter criminoso do seu acto.

Artigo 38.º
(Responsabilidade disciplinar)

1. Os autores de actos praticados através da imprensa e susceptíveis de responsabilidade civil ou criminal responderão também disciplinarmente pelos mesmos, nos termos da legislação aplicável.
2. O procedimento disciplinar é independente do civil ou criminal.

CAPÍTULO IX

Disposições penais

Artigo 39.º
(Crimes de imprensa)

1. São crimes de imprensa, em geral, todos os actos ou comportamentos lesivos de interesses ou valores protegidos pela lei penal, que se consumam através da imprensa.
2. Consideram-se ainda crimes de imprensa:
 - a) A difusão, através da imprensa, de notícias falsas ou boatos infundados, quando pretenda pôr em causa o interesse público e a ordem democrática;
 - b) A difusão de escritos ou imagens que contenham incitamento ou provocação à desobediência às autoridades ou ao desrespeito pelos deveres militares;
 - c) A difusão, através da imprensa, de informações que violem segredos militares ou as normas protectoras do segredo de justiça.
 - d) A difusão de publicações e a realização de emissões que sejam susceptíveis de qualificação como clandestinas.

Artigo 40.º
(Prova da verdade dos factos)

1. É admitida a prova da verdade dos factos, no caso de difusão, salvo quando:

a) tais factos constituam infracção amnistiada ou prescrita;

b) tais factos se encontrem ao abrigo da reserva de vida privada do difamado;

c) a imputação haja sido sem que o interesse público ou um interesse legítimo do acusador justifiquem a sua divulgação.

2. O autor da alegada ofensa será isento de pena, se fizer a prova dos factos imputados, ou punido como caluniador, na hipótese inversa.

Artigo 41.º
(Inadmissibilidade da prova)

Quando a difamação ou injúria recair na pessoa do Chefe de Estado, não é admitido a prova de verdade dos factos.

Artigo 42.º
(Crimes de desobediência)

Constituem crime de desobediência, como tal puníveis:

a) A edição de publicações ou emissões de programas que se encontrem judicialmente apreendidas ou suspensas;

b) A não observância da decisão judicial que ordene a difusão de resposta;

c) A recusa de difusão das condenações por crimes de imprensa;

d) A recusa infundada de difusão das notas oficiosas;

e) A recusa de difusão das comunicações ordenadas pelos tribunais, nos termos da lei processual.

Artigo 43.º
(Violação de direitos)

A violação de qualquer dos direitos consagrados no presente diploma, quando da responsabilidade de funcionário ou agente de autoridade do Estado ou qualquer outra pessoa colectiva pública, faz incorrer o seu autor no crime de abuso de autoridade.

Artigo 44.º
(Penas aplicáveis aos crimes de imprensa)

1. Aos crimes referidos no n.º 1 do artigo 39.º é aplicável a legislação penal comum.

2. Os crimes previstos no n.º 2 do artigo 39.º são puníveis com pena de prisão até dois anos, e multa correspondente, se não lhes couber pena mais grave, nos termos da lei criminal.

Artigo 45.º
(Publicações e emissões clandestinas)

1. Aqueles que promoverem a difusão de publicações clandestinas ou realização de emissões passíveis da mesma qualificação serão punidos com prisão até dois anos e multa correspondente, se pena mais grave não lhes for aplicável.

2. Serão punidos como cúmplices todos aqueles que concorrerem material e tecnicamente para a prática do ilícito.

Artigo 46.º
(Exercício ilegal da rádio e televisão)

1. O exercício da rádio e da televisão com desrespeito do prescrito no n.º 1 do artigo 6.º sujeita os infractores a pena de prisão até um ano, e multa correspondente.

DOCUMENTOS

2. A condenação prevista no n.º 1 acarreta o encerramento da estação emissora e respectivas instalações, assim como a perda, a favor do Estado, dos bens nela existentes.

Artigo 47.º (Medidas cautelares)

1. O tribunal competente, nos termos do artigo 51.º, poderá a requerimento do queixoso ou do Ministério Público, decretar a apreensão provisória ou a aplicação das medidas indispensáveis para obstar a difusão dos textos, imagens ou registos magnéticos susceptíveis de incriminação, ao abrigo do presente diploma.

2. As providências previstas no número precedente apenas serão decretadas quando o tribunal verifique estar fortemente indiciada a prática do ilícito criminal e a mesma seja potencialmente geradora de danos irreparáveis.

Artigo 48.º (Suspensão e interdição de actividades)

1. A gravidade e frequência dos crimes cometidos por órgãos de imprensa podem determinar a sua suspensão, por mandado judicial.

2. Pode ainda ser judicialmente decretada a interdição do exercício da profissão, relativamente a todos aqueles que sejam condenados por crimes de imprensa, nas condições previstas no número antecedente.

3. As penas acessórias previstas neste preceito serão aplicadas pelo tribunal competente, nos termos do artigo 51.º, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público ou do queixoso.

Artigo 49.º (Contravenções)

As contravenções ao disposto na presente lei são puníveis com multa cujos valores serão fixados anualmente por despacho do Ministro da tutela de acordo com a taxa oficial de inflação.

Artigo 50.º

(Pagamento da multa ou reparação)

Pelo pagamento da multa e indemnizações em que forem condenados os agentes de crimes de imprensa serão solidariamente responsáveis as empresas em cujas publicações ou emissões o delito se haja consumado.

CAPÍTULO X

Competência do tribunal e processo

Artigo 51.º

(Normas aplicáveis)

A acção penal pelos crimes de imprensa e o processamento das contravenções ao disposto no presente diploma exercer-se-ão nos termos da lei processual competente.

Artigo 52.º

(Tribunal competente)

1. Para conhecer das infracções previstas na presente lei é competente o tribunal da área da sede do órgão de imprensa visado ou da entidade distribuidora, tratando-se de publicações estrangeiras.

2. No caso das publicações ou emissões clandestinas, é competente o tribunal de Bissau, desde que não seja conhecido o elemento definidor da competência, nos termos do n.º 1.

3. Para conhecimento dos crimes de difamação, calúnia e injúria é competente o tribunal da área do domicílio do ofendido.

Artigo 53.º

(Celeridade processual)

Os processos por crimes de imprensa terão sempre natureza urgente, ainda que não haja réus presos.

Artigo 54.º
(Difusão das Decisões Judiciais)

A parte decisória das sentenças condenatórias transitadas em julgado, por crimes de imprensa, assim como a identificação das partes no processo, serão obrigatória e gratuitamente difundidas no órgão de imprensa em que a infracção tenha sido cometida, se assim o requererem o Ministério Público ou o queixoso.

CAPÍTULO XI

Disposições finais

Artigo 55.º
(Norma revogatória)

Fica revogada toda a legislação contrária ao disposto no presente diploma.

Artigo 56.º
(Entrada em vigor)

Esta lei entra em vigor após a sua publicação no Boletim Oficial.

Aprovada em 3 de Outubro de 1991.

Publique-se

O Presidente da Assembleia Nacional Popular, *Tiago Aleluia Lopes*.

ACTIVIDADES DO INEP

I. CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA (CEHC)

a) Projecto interdisciplinar de investigação

Prosegue o projecto de pesquisa fundamental «Uso da Terra», tendo sido realizados os inquéritos de terreno e o tratamento informático dos dados. Assim, aproxima-se a apresentação dos relatórios finais de cada um dos investigadores participantes no projecto.

b) Formação

No âmbito do seminário «Sistemas políticos pré-coloniais» tiveram lugar as seguintes apresentações:

- «Lançados nos Rios da Guiné», por Teresa Montenegro.
- «Dados da tradição oral sobre a formação do reino de Gaabu (I e II)», por Issuf Bandjai.
- «Organização política e financeira do reino do Gaabu segundo fontes orais», por Peter Karibe Mendy.

c) Participação noutras actividades

Com o CESE:

- Projecto de Seguimento do Programa de Ajustamento Estrutural.

ACTIVIDADES DO INEP

Com o GABICON:

- Avaliação do PAIB (PNUD).
- Finalização do Estudo Sócio-Económico das Ilhas Bijagós (PNUD/UICN/CECI).
- Análise da dinâmica da população (PNUD).

Com a Direcção do INEP:

- Jornadas Políticas sobre Sistemas Políticos, Democracia e Desenvolvimento.

d) Arquivos Históricos

- Foi finalizado o tratamento dos arquivos coloniais do sector de Bubaque, incluindo: Fundo da Administração de Bubaque, que tem como cota C2 e conta com 3820 unidades arquivísticas distribuídas em 141 caixas; Fundo da Administração do Hospital de Bubaque (cota C2.2, 68 U.A. em 7 caixas); Fundo da Administração de Uno (cota C3, 425 U.A. em 23 caixas); Fundo da Administração de Formosa (cota C4, 2 U.A., 1 caixa).
- Transferência dos arquivos coloniais da região de Bafatá.
- Continua o tratamento dos documentos transferidos da região de Oio, tendo sido já tratados os fundos da Administração de Farim (D1.1, 820 U.A. em 57 caixas) e dos Correios de Farim (D1.2, 148 U.A. em 10 caixas). Em processo encontram-se os fundos da Administração e dos C.T.T. de Bissorã, Binar e Olossato. O posto administrativo de Encheia não possui qualquer documentação colonial.

e) Arquivos Sonoros

Houve uma diversificação dos trabalhos e uma melhoria na recolha dos documentos sonoros. Assim, foram dinamizados os trabalhos da campanha de recolha de dados históricos da Luta de Libertação Nacional, com maior atenção para o Sector Autónomo de Bissau, donde vieram 18 cassetes.

No âmbito do acompanhamento dos estudos sobre o «Uso da Terra», deram entrada 8 cassetes gravadas durante a apresentação dos resultados

parciais. Foram ainda depositadas nestes arquivos 13 cassetes de música tradicional e duas cassetes de vídeo.

II. CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÓMICOS (CESE)

a) Projectos de estudo

Durante o último semestre continuou a decorrer o Projecto de Seguimento dos Efeitos Sócio-económicos do Programa de Ajustamento Estrutural, que é financiado pela ASDI (Suécia) e reúne 14 especialistas nacionais de sete sectores de actividade escolhidos: agricultura, saúde, economia, pescas, sector informal e aspectos institucionais do P.A.E.. Iniciado em Novembro de 1990 com uma duração prevista de um ano, este projecto encontra-se actualmente na sua fase final. Um relatório semestral foi produzido e apresentado em sessões plenárias para apreciação e análise crítica. Dois seminários (sendo um nacional e outro internacional) foram já realizados no quadro deste projecto.

Foram também iniciados contactos com o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDR) da Zona 1 com vista à materialização de um projecto de seguimento social intitulado «A Economia familiar».

b) Actividades de formação/informação/documentação

No domínio da formação o CESE organizou, de 21 a 25 de Outubro, um curso de superação dos inquiridores (permanentes e inquiridores colaboradores do INEP), no qual participou um total de 29 elementos. Este curso, o segundo do género organizado pelo CESE, tinha como objectivo principal dotar os inquiridores de uma formação específica no domínio da metodologia de recolha de dados (métodos empíricos e teóricos de pesquisa sócio-económica no meio rural). Pretendeu-se igualmente com este curso criar um corpo de inquiridores profissionais capazes de realizar inquéritos a nível nacional sobre qualquer tema proposto.

c) Contactos institucionais

A nível nacional o CESE, através do seu coordenador, representa o INEP nas seguintes organizações: Comité Técnico Nacional da O.M.V.G.,

ACTIVIDADES DO INEP

Comité Interministerial da UNICEF, Comité Executivo do projecto nacional «GBS/88/002 — Appui aux coopératives et groupements villageois» e Comissão Técnica Nacional do Programa de Luta contra o SIDA (responsável pela pesquisa operacional).

A nível internacional, e no quadro do projecto de seguimento dos efeitos sócio-económicos do P.A.E.; o INEP, através do CESE, estabeleceu um acordo de cooperação com a Universidade de Gotemburgo (Suécia). Dois dos investigadores do referido projecto já beneficiaram, em Setembro último, do apoio institucional dessa Universidade.

Também foram iniciados contactos com duas outras instituições para acordos do mesmo género: trata-se do CIPLAN (Chile) e do Skandina-viska Afrika Institutet (Suécia).

d) Participação em trabalhos com outros centros

O CESE participou no seminário sobre «Sistemas Políticos Pré-coloniais» organizado pelo CEHC e em vários trabalhos de consultoria tais como:

- Estudo para a elaboração de um programa de implantação dos refugiados do conflito de Casamance (Ministério de Economia e Finanças).
- Estudo para a elaboração de uma estratégia de integração da mulher no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau (Ministério da Promoção Feminina/PNUD).
- Estudo para a formulação dos termos de referência do projecto GBS/90/C01 - «Hidráulica de Tabanca em Oio».
- Estudo «L'Analyse des dynamiques des populations rurales» no quadro do projecto UNSO/GBS/89/X03/64/31 - Appui à l'élaboration et la mise en oeuvre d'un plan national de lutte contre la dégradation du milieu naturel - phase I.

III. CENTRO DE ESTUDOS DE TECNOLOGIA APROPRIADA (CETA)

A fim de ultrapassar os pontos de estrangulamento identificados, criar as bases organizativas susceptíveis de tornar mais eficientes e rentáveis os recursos humanos e materiais disponíveis, e atribuir maior dinâmica ao colectivo dos investigadores, promovendo simultaneamente um ambiente de trabalho que favoreça a criatividade e a responsabilidade, foram criadas no seio do CETA três divisões, abarcando as três áreas de acção prioritárias.

a) Divisão de Engenharia e Meio Ambiente

Cobrindo as áreas de agricultura, meio ambiente e tecnologia rural, a sua programação inclui as seguintes actividades:

- Inventário dos resultados da pesquisa agrícola e ambiental realizada no país com vista à sua eventual publicação.
- Estudo do impacto ambiental dos programas e projectos de recuperação de bolanhas e construção de barragens anti-sal.
- Estudo dos sistemas culturais tradicionais e dos seus elementos agro-ecológicos.
- Estudo do sistema tradicional de utilização da terra, com especial ênfase nas componentes tecnologia e meio ambiente.
- Estudo dos aspectos técnicos relacionados com a mecanização da agricultura.

b) Divisão de Informática e Estatística

Com a aquisição de novos computadores e as acções de formação ultimamente levadas a cabo, esta Divisão aumentou significativamente a sua capacidade de resposta, estando actualmente em condições de proceder ao tratamento cabal dos dados resultantes dos estudos e consultorias dos diversos centros do INEP.

Paralelamente, e de acordo com o programa estabelecido, esta Divisão experimentou progressos consideráveis na concepção, organização e manutenção de bancos de dados informatizados, dos quais se devem destacar:

ACTIVIDADES DO INEP

- Banco de dados bibliográficos relacionados com os documentos microfilmados no âmbito da Campanha de Microfilmagem (Projecto CRDI) em curso desde 1987.
- Diversos bancos de dados demográficos e sócio-económicos de interesse para a investigação (consumo e produção de cereais, refugiados de Casamance, ponteiros na Guiné-Bissau, etc.).

No quadro do projecto global «Uso da Terra» foram realizadas acções de formação em Micro-informática e em Estatística.

c) Divisão de Informação e Documentação

A esta Divisão cabe a tarefa de coordenar e dinamizar as actividades de informação e documentação científica e técnica, as quais se desenvolvem em três vertentes básicas: aquisição, divulgação e tratamento e composição.

Em termos de aquisição há a assinalar o enorme sucesso conseguido no âmbito da Campanha de Microfilmagem iniciada em 1987 e enquadrada no projecto CRDI, que visa fundamentalmente «salvar» e tornar disponíveis documentos de grande interesse que se encontram nos ministérios técnicos.

No que diz respeito à divulgação, que se processa basicamente através do Boletim de Informação Científica e Técnica (BICT), as dificuldades com que se deparam as casas editoras e em alguns casos a sua paralização, tiveram um reflexo bastante negativo no esforço feito neste domínio, deixando como última alternativa para a actualização a edição de números múltiplos.

d) Projectos de investigação

A partir de Janeiro de 1992 será executada a segunda fase do projecto CRDI, cujo programa cobre, entre outras, algumas áreas de acção da Divisão de Informática e Estatística e da Divisão de Informação e Documentação.

Os objectivos fundamentais deste projecto, que tem a duração de três anos, são por um lado apoiar o processo de informatização do INEP, incluindo a Biblioteca, cujos serviços serão automatizados gradualmente, e por outro lado apoiar a criação de uma rede nacional de documentação científica e técnica que congregará os centros de documentação melhor organizados do país.

Um outro projecto digno de referência é o da criação de uma Reserva de Biosfera no Arquipélago dos Bijagós (RBAB). Este projecto será coordenado pelo INEP através da Divisão de Engenharia e Tecnologia Rural e nele participarão vários departamentos estatais e ONG. Os objectivos fundamentais são a conservação da produtividade e diversidade biológicas e a manutenção das condições de reprodução sócio-cultural dos habitantes do Arquipélago.

IV. BIBLIOTECA PÚBLICA

O Serviço técnico tem estado a desenvolver um trabalho de rotina relativamente à coordenação e apoio na elaboração das fichas catalográficas, bem como à arrumação correcta das mesmas nos respectivos ficheiros. Também tem prestado apoio na elaboração das notícias bibliográficas publicadas no boletim «Nubedadi» da Biblioteca.

Serviço de atendimento ao público

Contando actualmente com uma média de 600 leitores inscritos, o referido serviço responde, em termos de referências, reprografia e empréstimos, na devida altura às exigências dos leitores.

Serviço de Periódicos e documentos das Nações Unidas

Tem prosseguido a constituição de colecções de revistas especializadas nos vários domínios da ciência e da tecnologia, graças ao intercâmbio regular com instituições de países amigos e ao apoio do governo canadiano na assinatura de vinte títulos diferentes durante os próximos três anos.

Serviço de Aquisições

No âmbito da Lei de Depósito Legal, a BP beneficiou de três colecções de cada ano do Boletim Oficial da Guiné-Bissau, a partir de 1975, uma parte das quais ainda se encontra na Imprensa Nacional para encadernação.

Formação

O trabalho de formação foi inteiramente dedicado aos documentalistas-auxiliares do Ministério do Plano, uma vez que nos dois anos

ACTIVIDADES DO INEP

anteriores se privilegiou outros ministérios e alguns documentalistas-auxiliares dos projectos sediados no interior.

V. SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

a) Edições

No segundo semestre de 1991 foram lançadas as seguintes publicações:

- *SORONDA, Revista de Estudos Guineenses*, n.º 12, Julho de 1991;
- *BISE, Boletim de Informação Sócio-Económica*, n.º 1-2/91;
- *BICT, Boletim de Informação Científica e Técnica*, n.º 1-2/91;
- Relatório Anual do INEP.

b) Difusão

Foi lançado um novo catálogo de publicações e procedeu-se à impressão de um cartaz publicitário e marcadores para livros das Edições INEP.

c) Participação noutras actividades

Com o GABICON:

- Estudo para a elaboração de uma estratégia de integração da mulher no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau (Ministério da Promoção Feminina/PNUD, Maio-Outubro de 1991);
- O mercado fronteiriço: estudo das trocas comerciais efectuadas entre a Guiné-Bissau e os países vizinhos (1990-1991);
- Seminário Internacional «A Convenção de Lomé IV e os PALOP», Bissau, 1991.

Com o CEHC:

- «Lançados nos Rios da Guiné», apresentação feita no quadro do Seminário de Sistemas Políticos Pré-coloniais.

VI. RELAÇÕES DO INEP COM O EXTERIOR

a) Participação em acontecimentos internacionais

- Rui Ribeiro: Cairo, Egipto, Julho de 1991. Participação na Conferência preparatória da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente.
- Carlos Cardoso: Lisboa, Portugal, Julho de 1991. Visita de estudo a Portugal para pesquisa em bibliotecas e centros de documentação.
- Faustino Imbali: Accra, Gana, Julho de 1991. *Séminaire Régional sur les ressources propriétés communes en Afrique: politiques et perspectives*, organizado pela FAO e o *Institute of Statistical Social and Economic Research* do Gana.
- Carlos Cardoso: Paris, França, Setembro de 1991. Participação no Colóquio Internacional sobre Desenvolvimento e Crescimento Rápido da População em África.
- Carlos Alfredo: Dakar, Senegal, Setembro de 1991. Formação Arquivística através de uma bolsa da *Oekomenisches Werk*.

b) Missões recebidas

- Sr. Javier Pérez de Cuellar, Secretário Geral das Nações Unidas. Visita de cortesia. Julho de 1991.
- Sr. Makhtar Diouf, professor de Economia na Universidade de Dakar e investigador permanente do IFAN. Participação nas Primeiras Jornadas de Reflexão sobre Sistemas Políticos, Democracia e Desenvolvimento em África. Outubro de 1991.
- Sres. Yussuf Adam, Michel Cahen, William G. Clarence-Smith, Georgui Derluguien, João Estevão, José Fialho Feliciano, Carlos Fortuna, Franz-Wilhelm Heimer, Lars Rudebeck; Sras. Eve Crowley, Joana Pereira Leite, Christine Messiant, Eva Sebestyén e Elisete Marques da Silva. Participação no II Colóquio em Ciências Sociais da África de Língua Oficial Portuguesa, realizado pelo INEP. Novembro de 1991.

ACTIVIDADES DO INEP

- Sra. Carrie Marias, da Divisão dos Direitos do Homem e da Paz da UNESCO. Publicação dos estudos efectuados sobre o papel da mulher na economia nacional. Dezembro de 1991.
- Sra. Marie-José Bournier, do *Institut Universitaire d' Etudes pour le Développement*, de Genebra. Difusão do seu estudo sobre agentes de saúde de base e matronas na Guiné-Bissau e estudo de um protocolo de acordo entre o IUED e o INEP. Dezembro de 1991.

PROMOTORES E PROMOVIDOS

Marie-José Burnier, Le secret de l'unité de santé, les agents de santé de base et les matrones en Guinée-Bissau, Tese de doutoramento apresentada ao Institut Universitaire d' Etudes du Développement. Genebra, 1991.

Raúl Mendes FERNANDES JR.

O trabalho de Marie-José Burnier constitui uma análise da saúde como um campo de apostas políticas em que as forças sociais em conflito ou em aliança procuram reproduzir ou transformar uma ordem social. A autora demarca-se de um modo explícito de uma visão que privilegia os aspectos técnicos, para pôr o acento tónico nos aspectos sócio-culturais da saúde. Para ela, como diria Didier Fassin, «a saúde está, quer no dispensário isolado, quer no gabinete do ministro, no centro dos jogos de poder, que fazem com que as opções em aparência puramente técnicas resultem também de escolhas políticas». (*Politique Africain*, n.º 28, Dezembro 1987).

Os principais actores desta trama, os agentes de saúde comunitária e as matronas, ganham nesta leitura uma dimensão humana. Eles não são analisados em si mesmos, mas na sua relação com os outros — com os seus parentes e vizinhos, com os anciãos, com os demais actores do sistema de saúde e, por fim, com o Estado.

Esta visão «humana» não se concilia com aquela que vê nos agentes de saúde de base e nas matronas os bodes expiatórios das dificuldades existentes.

O terreno escolhido é o da Guiné-Bissau, um país em plena transformação, onde as estratégias dos diferentes grupos sociais se manifestam

com todo o seu vigor. E, como este trabalho mostra, a saúde não escapa a estes confrontos. Os cuidados primários de saúde na aldeia são, com efeito, «fenómenos sociais totais», como diria Marcel Mauss, nos quais se encontram implicadas todas as instâncias da sociedade. Neste contexto, as forças sociais ditas «tradicionais» agem vivamente em favor ou contra as forças «modernas». Concepções do mundo dotadas de lógicas distintas opõem-se ou conciliam-se segundo as situações; grupos sociais sofrem trajectórias ascendentes ou descendentes de acordo com as pressões e relações de forças variáveis, em função da sua dinâmica interna ou da sua integração em instituições como o parentesco, o mercado, o Estado e os organismos de ajuda internacional.

A escolha de dois grupos de aldeias fulas e balantas em duas regiões diferentes — Gabú e Tombali —, num país marcado pela ruralidade e por concepções religiosas animistas e islâmicas, é representativa. O INEP interessou-se desde o início pelo projecto de pesquisa de Marie-José Burnier, porque se esperava do seu trabalho um contributo para a reflexão nacional sobre os problemas da saúde na Guiné-Bissau. Hoje em dia podemos dizer que essas esperanças realizaram-se. Este trabalho é de facto um instrumento importante para a reflexão e a acção no quadro dos programas de cuidados primários de saúde, e esperamos que haja a possibilidade de difundir as informações nele contidas junto dos seus principais actores, os agentes de saúde de base e as matronas.

Num contexto político em vias de mudança e em que o Estado perde o carácter de «todo-poderoso» e a «sociedade civil» ganha uma nova dinâmica e capacidade de realizar acções, a presente contribuição chega num momento favorável. Trata-se do questionamento de uma visão «burocrática» ou «tecnocrática» dos problemas da saúde que considera os ASB e as matronas apenas como «funcionários *ad honorem*». Ora, a realidade social é outra e as redes em que agem os ASB e as matronas, as relações que os ligam aos poderes «locais», às classes de idades, às práticas religiosas «tradicionais», aos sistemas produtivos agrícolas, não podem reduzir-se à visão «tranquilizante» de funcionários *ad honorem*. Este trabalho constitui assim um ensaio de desmistificação que vai no sentido do esclarecimento das dificuldades reais que existem na implementação dos programas de cuidados primários de saúde.

Uma das noções-chave desta análise é a da «neutralização». Trata-se de apropriação por parte dos «homens-grandes» das unidades de saúde comunitária segundo a sua própria estratégia. As consequências desta «neutralização» levam à deturpação dos objectivos preconizados à partida pelos programas de cuidados primários de saúde, privilegiando o

aspecto curativo em detrimento da prevenção. Esta noção de «neutralização» oculta, com efeito, um papel dinâmico dos «homens-grandes» na utilização dos factores da «modernidade» para o reforço do seu controle social sobre os jovens e as mulheres. As reviravoltas da prevenção são transformadas pela «neutralização» na calma das artes curativas, mais conciliáveis com os interesses dos «homens-grandes», dado que são menos perturbadoras dos mecanismos ideológicos de reprodução social.

Descobrem-se assim neste trabalho os conflitos entre os sexos que atravessam as unidades de saúde de base e colocam frente a frente os ASB e as matronas. A apropriação pelos ASB dos meios «técnicos» e do saber-fazer do sistema «moderno» legitima a dependência das matronas no seio das USB. O sistema de saúde, ao transformar as parteiras tradicionais em matronas, leva-as a uma mudança na sua posição social. No quadro das hierarquias baseadas na divisão social em classes de idade, as parteiras tradicionais são mais velhas («mulheres-grandes»), isto é, elas ocupam uma posição social «dominante». Em contrapartida, os ASB, pela sua idade, são apenas «rapazes», isto é, eles são «dominados». A posição das parteiras tradicionais é ainda reforçada pelas suas ligações como o sagrado. Como este trabalho explica bem, dar à luz é um acto mágico e o seu sucesso depende da capacidade de controlar as forças indomáveis dos espíritos dos defuntos. As parteiras não são técnicas do parto, mas sacerdotizas que agem junto dos espíritos para os controlar e, assim, permitir o nascimento de um novo ser.

Por outro lado, o parto como acto fundamental da reprodução social é um campo de investimento dos inimigos da linhagem. O medo do externo, o medo do outro, a feitiçaria, os conflitos entre linhagens invadem o campo da reprodução. E como bem mostra este estudo, a transformação das parteiras em matronas faz-se pela passagem de um sistema onde o parto é um acto mágico, para um sistema em que o parto é «tecnicamente» controlável. A transformação das parteiras em matronas no interior das USB, onde elas se tornam «dominadas» em relação aos ASB e, em consequência, «mais novos dos mais novos», faz-se na dor do desenraizamento. Esta desvalorização está na origem das grandes dificuldades encontradas no trabalho das matronas e demonstra bem, como diria Jean-Pierre Dazon, que o «paradigma em questão não repousa unicamente num conjunto de conhecimentos empíricos (plantas medicinais, farmacopeia) e de técnicas (corporais, epidemiológicas)... esta medicina (tradicional) evolui de maneira estreita e imbrincada com os outros sectores da vida social... ela mobiliza uma concepção da doença que, saindo da categoria da desgraça, só implica uma perturbação individual

NOTAS DE LEITURA

quando tende para a ordem cognitiva, simbólica, institucional própria a essa sociedade». («Ce que valoriser la médecine traditionnelle veut dire», *Politique Africaine* n.º 28, Dezembro de 1987).

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)

colóquio internacional de ciências sociais

o sistema colonial português em Africa 1930-1975

*Na sequência do I Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre a Africa de Língua Oficial Portuguesa, realizado em 1980, Bad Homburg, RFA, um grupo de africanistas e cientistas sociais está a organizar o II do mesmo título sobre o tema **O sistema colonial português em Africa, de 1930 a 1975, e o seu impacto sobre a realidade pós colonial***

O colóquio terá lugar em Bissau de 19 a 25 de Novembro de 1991

Patrocinadores:

Swedish Agency for Research Co-operation with Developing Countries (SAREC), Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal e Fundação Calouste Gulbenkian

FICHA TÉCNICA

Direcção: Carlos Cardoso, Abdulai Silá,
Raúl Fernandes, Rui Ribeiro, Carlos Lopes

Conselho Consultivo: Ana Maria Gentili (Itália),
Okwudiba N'Noli (Nigéria), Armando Entralgo (Cuba),
Lars Rudebeck (Suécia), Luís Moita (Portugal),
Manuel dos Santos (Guiné-Bissau),
Manuel Rambout Barcelos (Guiné-Bissau),
Mário Murteira (Portugal), Vasco Cabral (Guiné-Bissau)

Conselho de Redacção: Filomena Miranda, Teresa Montenegro

Concepção Gráfica: Nelson Fernandes

Preço: 3550,00 PG
750\$00 (Portugal)
US\$ 30,00 (Assinatura 4 números)

Locais de venda: Casa da Cultura e INEP (Bissau)
Instituto Caboverdiano do Livro (Cabo Verde)

Estrangeiro: Pedidos ao INEP
Complexo Escolar 14 de Novembro
C.P. n.º 112 - Bissau
República da Guiné-Bissau

SORONDA, revista semestral do INEP (Instituto Nacional de
Estudos e Pesquisa)

A edição deste número foi financiada pela: SAREC (Swedish
Agency for Research Co-operation with Developing Countries)

Depósito Legal nº 54513/92

Impressão: Tecnocor — Sacavém (Portugal)